

A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: ISSO É AVANÇO REPUBLICANO. Não criação de bolsas para Faculdades Privadas , de baixa qualidade, que acabam enriquecendo seus donos...Esta praga neo-liberal das últimas décadas parece que veio para ficar no Brasil e ninguém critica.



[US Uncut](#)

Following three years of nationwide student protests, Chile will make college tuition-free and are paying for it with a 27% tax on corporations. For-profit scho...

[Ver mais](#)

[Ver tradução](#)



NOTA (da página): A razão deste post é o restabelecimento da verdade. Circula nas redes sociais uma imagem do Ministro Joaquim Barbosa sorrindo com a seguinte f...

NOTA (da página): A razão deste post é o restabelecimento da verdade. Circula nas redes sociais uma imagem do Ministro Joaquim Barbosa sorrindo com a seguinte frase: "COTAS? NÃO, OBRIGADO. EU ESTUDEI". Isso, no entanto, não é verdade. Ao contrário, seu voto foi A FAVOR das cotas nas universidades, o que pode ser comprovado em inúmeras reportagens disponíveis na internet. Às vezes, a manipulação... pode vir de onde menos se espera. FONTE:

http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2012/04/26/interna_nacional,291243/joaquim-barbosa-vota-a-favor-das-cotas-raciais-em-universidades.shtml

Índice

1. A delinquência acadêmica – M. Tractenberg

2. A corrupção acadêmica e a crise financeira – C.Ferguson

3. Outra Educação, além da monotonia acadêmica – Alex Bretas Vasconcelos

4. Como a universidade pública e gratuita aumenta a desigualdade de renda - Carlos Góes

5. Faculdades enriquecem

6. "Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros" - Luiz Felipe Abulquerque

7. Prouni criou milionários em troca de má qualidade na educação – Soci. Wilson de Almeida questiona incentivos públicos à inclusão de estudantes de baixa renda em universidades privadas que ofertam ensino "pasteurizado" - por Marcelo Pellegrini

8. A doença da "normalidade" na universidade – Unb

9. MEC pune 70 faculdades mal avaliadas; 11 são de SP

10. A gang do MIT – Paul Krugman

11. Temas controversos sobre universidades públicas e a igualdade – S. Swatzman

12. O Ataque às Fundações Universitárias – S.S.

13. Trancada pelo tranço - Aliás - Estadão

14. A universidade brasileira e os desafios do século XXI - Aloísio Teixeira

15. Fundações são parte da solução, não do problema - Simon S.

16. TF: Universidades Federais não precisam mais realizar concurso público para contratação de professores

17. O debate sobre as Fundações nas Universidades pg67-76

18. As cotas- Marcos Francisco Martins

19. Ricos deveriam financiar ensino, afirma brasileiro reitor nos EUA - José Sartarelli

20. Lei das Cotas revolucionará acesso da população excluída a universidade

21. De como o STF sacramenta uma ilusão e ajuda a minar a universidade pública

22."Negros têm de ser prioridade no Brasil sem Miséria"Roldão Arruda –

23. Cotas e democracia – Fundação Palmares

24.Pelo menos, sete votos a favor e quatro contra - Elio Gaspari

25. Por que o Brasil precisa das cotas - Luiz Felipe de Alencastro

26.O julgamento das cotas no STF: Balanço de uma vitória histórica

27.Eduardo Guimarães: Rejeição a cotas explica desde desigualdade até o mensalão

28.Lei das Cotas Raciais 'é anacrônica': José Jorge de Carvalho

29 . A saudade que a casa grande tem da senzala

**30.Alunos cotistas têm desempenho superior a não-cotistas-
Agencia Brasil**

31. IBGE: acesso de jovens negros e pardos à universidade triplicou em dez anos

32.Dez anos da política de cotas - Emir Sader

33. O Brasil e a 'nação diaspórica' - DEMÉTRIO MAGNOLI

1.A Delinquência Acadêmica*

Maurício Tragtenberg

O tema é amplo: a relação entre a dominação e o saber, a relação entre o intelectual e a universidade como instituição dominante ligada à dominação, a universidade antipovo.

A universidade está em crise. Isto ocorre porque a sociedade está em crise; através da crise da universidade é que os jovens funcionam detectando as contradições profundas do social, refletidas na universidade. A universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo”, acima das contradições sociais.

No século passado, período do capitalismo liberal, ela procurava formar um tipo de “homem” que se caracterizava por um comportamento autônomo, exigido por suas funções sociais: era a universidade liberal humanista e mandarinesca. Hoje, ela forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam os dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito forma os aplicadores da legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de “um complô de belas almas” recheadas de títulos acadêmicos, de um doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for.

Na instância das faculdades de educação, forma-se o planejador tecnocrata a quem importa discutir os meios sem discutir os fins da educação, confeccionar reformas estruturais que na realidade são verdadeiras “restaurações”. Formando o professor-policial, aquele que supervaloriza o sistema de exames, a avaliação rígida do aluno, o conformismo ante o saber professoral. A pretensa criação do conhecimento é substituída pelo *controle* sobre o parco conhecimento produzido pelas nossas universidades, o controle do meio transforma-se em fim, e o “campus” universitário cada vez mais parece um universo concentracionário que reúne aqueles que se originam da classe alta e média, enquanto professores, e os alunos da mesma extração social, como “herdeiros” potenciais do poder através de um saber minguido, atestado por um diploma.

A universidade classista se mantém através do poder exercido pela *seleção* dos estudantes e pelos mecanismos de *nomeação* de professores. Na universidade mandarinal do século passado o professor cumpria a função de “cão de guarda” do sistema: produtor e reproduzidor da ideologia dominante, chefe de disciplina do estudante. Cabia à sua função professoral, acima de tudo, inculcar as normas de passividade, subserviência e docilidade, através da repressão pedagógica, formando a mão-de-obra para um sistema fundado na desigualdade social, a qual acreditava legitimar-se através da desigualdade de rendimento escolar; enfim, onde a escola “escolhia” pedagogicamente os “escolhidos” socialmente.

A transformação do professor de “cão de guarda” em “cão pastor” acompanha a passagem da universidade pretensamente humanista e mandarinesca à universidade tecnocrática, onde os critérios lucrativos da empresa privada,

funcionarão para a formação das fornadas de “colarinhos brancos” rumo às usinas, escritórios e dependências ministeriais. É o mito da assessoria, do posto público, que mobiliza o diplomado universitário.

A universidade dominante reproduz-se mesmo através dos “cursos críticos”, em que o juízo professoral aparece hegemônico ante os dominados: os estudantes. Isso se realiza através de um processo que chamarei de “contaminação”. O curso catedrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico; a crítica ideológica é feita nos chamados “cursos críticos”, que desempenham a função de um tranqüilizante no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinqüência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica-crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico. Watson demonstrou como, nas ciências humanas, as pesquisas em química molecular estão impregnadas de ideologia. Não se trata de discutir a apropriação burguesa do saber ou não-burguesa do saber, mas sim a destruição do “saber institucionalizado”, do “saber burocratizado” como único “legítimo”. A apropriação universitária (atual) do conhecimento é a concepção capitalista de saber, onde ele se constitui em capital e toma a forma nos hábitos universitários.

A universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas *pelos servos que ela forma*. Esse modo de produção determina o tipo de formação através das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação mestres e estudantes. O mestre possui um saber inacabado e o aluno uma ignorância transitória, não há saber absoluto nem ignorância absoluta. A relação de saber não institui a diferença entre aluno e professor, a separação entre aluno e professor opera-se através de uma relação de poder simbolizada pelo sistema de exames – “esse batismo burocrático do saber”. O exame é a parte *visível* da seleção; a invisível é a entrevista, que cumpre as mesmas funções de “exclusão” que possui a empresa em relação ao futuro empregado. Informalmente, docilmente, ela “exclui” o candidato. Para o professor, há o currículo *visível*, publicações, conferências, traduções e atividade didática, e há o currículo *invisível* – esse de posse da chamada “informação” que possui espaço na universidade, onde o destino está em aberto e tudo é possível acontecer. É através da nomeação, da cooptação dos mais conformistas (nem sempre os mais produtivos) que a burocracia universitária reproduz o canil de professores. Os valores de submissão e conformismo, a cada instante exibidos pelos comportamentos dos professores, já constituem um sistema ideológico. Mas, em que consiste a delinqüência acadêmica?

A “delinqüência acadêmica” aparece em nossa época longe de seguir os ditames de Kant: “Ouse conhecer.” Se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época é fora da universidade que irão encontrá-los. A bem da verdade, raramente a audácia caracterizou a profissão acadêmica. Os filósofos da revolução francesa se autodenominavam de “intelectuais” e não de “acadêmicos”. Isso ocorria porque a universidade mostrara-se hostil ao pensamento crítico avançado. Pela mesma razão, o projeto de Jefferson para a Universidade de Virgínia, concebida para produção de um pensamento

independente da Igreja e do Estado (de caráter crítico), fora substituído por uma “universidade que mascarava a usurpação e monopólio da riqueza, do poder”. Isso levou os estudantes da época a realizarem programas extracurriculares, onde Emerson fazia-se ouvir, já que o obscurantismo da época impedia a entrada nos prédios universitários, pois contrariavam a Igreja, o Estado e as grandes “corporações”, a que alguns intelectuais cooptados pretendem que tenham uma “alma”. [\[1\]](#)

Em nome do “atendimento à comunidade”, “serviço público”, a universidade tende cada vez mais à adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisas a serviço dos interesses econômicos hegemônicos; nesse andar, a universidade brasileira oferecerá disciplinas como as existentes na metrópole (EUA): cursos de escotismo, defesa contra incêndios, economia doméstica e datilografia em nível de secretariado, pois já existe isso em Cornell, Wisconsin e outros estabelecimentos legitimados. O conflito entre o técnico e o humanismo acaba em compromisso, a universidade brasileira se prepara para ser uma “multiversidade”, isto é, ensina tudo aquilo que o aluno possa pagar. A universidade, vista como prestadora de serviços, corre o risco de enquadrar-se numa “agência de poder”, especialmente após 68, com a Operação Rondon e sua aparente democratização, só nas vagas; funciona como tranqüilidade social. O assistencialismo universitário não resolve o problema da maioria da população brasileira: o problema da terra.

A universidade brasileira, nos últimos 15 anos, preparou técnicos que funcionaram como juízes e promotores, aplicando a Lei de Segurança Nacional, médicos que assinavam atestados de óbito mentirosos, zelosos professores de Educação Moral e Cívica garantindo a hegemonia da ideologia da “segurança nacional” codificada no Pentágono.

O problema significativo a ser colocado é o nível de responsabilidade social dos professores e pesquisadores universitários. A não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de “delinqüência acadêmica” ou da “traição do intelectual”. Em nome do “serviço à comunidade”, a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espionagem, engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a “razão do Estado” em detrimento do povo. Isso vale para aqueles que aperfeiçoam secretamente armas nucleares (M.I.T.), armas químico-biológicas (Universidade da Califórnia, Berkeley), pensadores inseridos na Rand Corporation, como aqueles que, na qualidade de intelectuais com diploma acreditativo, funcionam na censura, na aplicação da computação com fins repressivos em nosso país. Uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a pagá-los perde o senso da discriminação ética e da finalidade social de sua produção – é uma multiversidade que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, isso coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto.

Já na década de 30, Frederic Lilge [\[2\]](#) acusava a tradição universitária alemã da neutralidade acadêmica de permitir aos universitários alemães a felicidade de um emprego permanente, escondendo a si próprios a futilidade de suas vidas e seu trabalho. Em nome da “segurança nacional”, o intelectual acadêmico despe-se de qualquer responsabilidade social quanto ao seu papel profissional, a política de “panelas” acadêmicas de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer se constituem no metro para

medir o sucesso universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem e para que serve? Enquanto este encontro de educadores, sob o signo de Paulo Freire, enfatiza a responsabilidade social do educador, da educação não confundida com inculcação, a maioria dos congressos acadêmicos serve de “mercado humano”, onde entram em contato pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos, parecidos aos encontros entre gerentes de hotel, em que se trocam informações sobre inovações técnicas, revê-se velhos amigos e se estabelecem contatos comerciais.

Estritamente, o mundo da realidade concreta e sempre muito generoso com o acadêmico, pois o título acadêmico torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal. O problema da responsabilidade social é escamoteado, a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia, faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder.

Diferentemente, constitui, um legado da filosofia racionalista do século XVIII, uma característica do “verdadeiro” conhecimento o exercício da cidadania do soberano direito de crítica questionando a autoridade, os privilégios e a tradição. O “serviço público” prestado por estes filósofos não consistia na aceitação indiscriminada de qualquer projeto, fosse destinado à melhora de colheitas, ao aperfeiçoamento do genocídio de grupos indígenas a pretexto de “emancipação” ou política de arrocho salarial que converteram o Brasil no detentor do triste “record” de primeiro país no mundo em acidentes de trabalho. Eis que a propaganda pela segurança no trabalho emitida pelas agências oficiais não substitui o aumento salarial.

O pensamento está fundamentalmente ligado à ação. Bergson sublinhava no início do século a necessidade do homem agir como homem de pensamento e pensar como homem de ação. A separação entre “fazer” e “pensar” se constitui numa das doenças que caracterizam a delinqüência acadêmica – a análise e discussão dos problemas relevantes do país constitui um ato político, constitui uma forma de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual. A valorização do que seja um homem culto está estritamente vinculada ao seu valor na defesa de valores essenciais de cidadania, ao seu exemplo revelado não pelo seu discurso, mas por sua existência, por sua ação.

Ao analisar a “crise de consciência” dos intelectuais norte-americanos que deram o aval da “escalada” no Vietnã, Horowitz notara que a disposição que eles revelaram no planejamento do genocídio estava vinculada à sua formação, à sua capacidade de discutir *meios* sem nunca questionar os *fins*, a transformar os problemas *políticos* em problemas técnicos, a desprezar a consulta *política*, preferindo as soluções de gabinete, consumando o que definiríamos como a traição dos intelectuais. É aqui onde a *indignidade* do intelectual substitui a dignidade da *inteligência*.

Nenhum preceito ético pode substituir a prática social, a prática pedagógica.

A delinqüência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam os fins, os *fins* formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cede lugar ao *controle* burocrático de sua produção como suprema virtude, onde “administrar” aparece como sinônimo de vigiar e punir – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno,

mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em "Cemitério de Vivos".

A alternativa é a criação de canais de participação *real* de professores, estudantes e funcionários no meio universitário, que oponham-se à esclerose burocrática da instituição.

A autogestão pedagógica teria o mérito de devolver à universidade um *sentido* de existência, qual seja: a definição de um aprendizado fundado numa *motivação* participativa e não no decorar determinados "clichês", repetidos semestralmente nas provas que nada provam, nos exames que nada examina, mesmo porque o aluno sai da universidade com a sensação de estar mais velho, com um dado a mais: o diploma acreditativo que em si perde valor na medida em que perde sua raridade.

A participação discente não constitui um remédio mágico aos males acima apontados, porém a experiência demonstrou que a simples presença discente em colegiados é fator de sua moralização.

* Texto apresentado no *I Seminário de Educação Brasileira*, realizado em 1978, em Campinas-SP. Publicado em: TRAGTENBERG, M. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1990, 2ª ed. (Coleção teoria e práticas sociais, vol 1)

[1] Kaysen pretende atribuir uma "alma" à corporação multinacional; esta parece não preocupar-se com tal esforço construtivo do intelectual.

[2] Frederic LILGE, *The Abuse of Learning: The Failure of German University*. Macmillan, New York, 1948

2.A corrupção acadêmica e a crise financeira

CHARLES FERGUSON

DO "GUARDIAN" - 27/05/2012 - 08h00

Muitas pessoas que viram meu documentário "Trabalho Interno" (2010) acharam que a parte mais perturbadora é a revelação sobre amplos conflitos de interesses em universidades e institutos de estudos e entre pesquisadores acadêmicos. Espectadores que assistiram às minhas entrevistas com

eminentes professores universitários ficaram estarelecidos com o que saiu da boca deles.

Mas não deveríamos ter ficado surpresos. Nas duas últimas décadas, médicos já comprovaram de modo substancial a influência que o dinheiro pode exercer num campo supostamente objetivo e científico. De modo geral, as escolas de medicina e os periódicos médicos vêm reagindo bem, aderindo às exigências de transparência.

Os cursos de pós-graduação em economia, as faculdades de administração, as de direito e as de ciência política vêm reagindo de modo muito diferente. Nos últimos 30 anos, parcelas importantes do mundo acadêmico americano foram deterioradas, convertendo-se em atividades do tipo "pay to play" (pague para participar).

Gary Hershorn - 27.fev.11/Reuters

Charles Ferguson, diretor, e Audrey Marrs, produtora do filme, na entrega do Oscar de Melhor Documentário

Hoje em dia, se você vir um célebre professor de economia depondo no Congresso ou escrevendo um artigo, são boas as chances de ele ou ela ter sido pago por alguém com grande interesse no que está em debate. Na maior parte das vezes esses professores não revelam esses conflitos de interesse. Além disso, na maior parte do tempo suas universidades se fazem de desentendidas.

Meia dúzia de firmas de consultoria, vários birôs de palestrantes e diversos grupos de lobby de setores diferentes mantêm grandes redes de acadêmicos de aluguel, com o objetivo de defender os interesses desses grupos em discussões sobre políticas e regulamentação.

Os principais setores envolvidos são energia, telecomunicações, saúde, agronegócio e, sem dúvida, o setor de serviços financeiros.

Alguns exemplos: o economista Glenn Hubbard virou reitor da Columbia Business School em 2004, pouco depois de deixar o governo George W. Bush (2001-09), no qual trabalhou no Departamento do Tesouro e foi o primeiro presidente do Conselho de Assessores Econômicos do presidente, entre 2001 e 2003.

Boa parte de seu trabalho acadêmico é dedicado à política fiscal. Num resumo justo de suas posições intelectuais, pode-se dizer que ele jamais viu um imposto que tenha gostado de ver aprovado e em vigor. Em novembro de 2004, ele escreveu um artigo espantoso em coautoria com William C. Dudley, então economista-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs.

O artigo em questão, "Como os Mercados de Capitais Elevam a Performance Econômica e Facilitam a Geração de Empregos", merece ser citado. Vale lembrar que estamos em novembro de 2004, com a bolha já bem encaminhada:

"Os mercados de capital têm ajudado a tornar o mercado imobiliário menos volátil. 'Arrochos de crédito' do tipo que, periodicamente, fecharam a oferta de recursos aos compradores da casa própria [...] são coisas do passado."

Hubbard se negou a dizer se foi pago ou não para escrever o artigo. E se negou a me fornecer sua declaração mais recente de conflitos de interesse financeiros com o governo, documento que não pudemos obter de outra forma porque a Casa Branca o destruiu.

Hubbard recebeu US\$ 100 mil para depor na defesa criminal dos dois gerentes do fundo hedge (de alto risco) Bear Stearns, processados por envolvimento com a bolha; eles foram absolvidos. No ano passado, Hubbard se tornou assessor econômico sênior da campanha presidencial de Mitt Romney, o pré-candidato republicano à Presidência dos EUA.

RABO PRESO

Outro economista, Larry Summers, já ocupou quase todos os cargos governamentais importantes na área econômica. Secretário do Tesouro sob o presidente Bill Clinton (1993-2001), em 2009 ele se tornou diretor do Conselho Econômico Nacional na administração Barack Obama.

Embora seja sensato em relação a muitas questões, Summers cometeu uma sucessão bem documentada de erros e concessões. E seus pontos de vista sobre o setor financeiro dificilmente seriam distinguidos dos de, digamos, Lloyd Blankfein (chefe do Goldman Sachs) ou Jamie Dimon (presidente do banco JPMorgan).

Diego Giudice - 1º.dez.99/Associated Press

O então secretário do Tesouro americano, Larry Summers em visita a Buenos Aires

A maior parte de nossas informações sobre Summers vem de sua declaração obrigatória de conflitos de interesse, exigida pelo governo. De acordo com a declaração dada em 2009 por Summers, sua fortuna líquida estava calculada entre US\$ 17 milhões e US\$ 39 milhões. Seus recebimentos totais no ano antes de ingressar no governo chegaram a quase US\$ 8 milhões. O Goldman Sachs pagou a Summers US\$ 135 mil por um discurso.

Larry Summers é um homem com o rabo preso, que deve a maior parte de sua fortuna e boa parte de seu sucesso político à indústria de serviços financeiros e que esteve envolvido em algumas das decisões de política econômica mais desastrosas da última metade de século. Na administração Obama, Summers se opôs à adoção de medidas fortes para punir banqueiros ou limitar a receita deles.

A universidade de Harvard ainda não exige que Larry Summers divulgue seus envolvimento com o setor financeiro. Tanto Harvard quanto Summers negaram meus pedidos de informação.

O problema da corrupção acadêmica hoje está tão profundamente entrenchado que essas disciplinas e essas universidades importantes estão gravemente comprometidas, e qualquer pessoa que pensasse em se opor à tendência ficaria racionalmente muito assustada.

COMEDIMENTO

Considere a seguinte situação: você é estudante de doutorado ou um membro júnior do corpo docente que estuda a possibilidade de fazer pesquisas sobre, digamos, as estruturas de pagamento aos profissionais que assumem riscos nos serviços financeiros, ou sobre o impacto potencial das exigências de divulgação pública de informações sobre o mercado de "credit default swaps" -- instrumentos financeiros que funciona como um seguro contra calotes. O reitor de sua universidade é... Larry Summers. O chefe de seu departamento é... Glenn Hubbard.

Ou você está no MIT (Massachusetts Institute of Technology) e quer estudar o declínio dos pagamentos de impostos de pessoas jurídicas. A reitora do MIT é Susan Hockfield, que faz parte do conselho de direção da General Electric, uma empresa que vem conseguindo evitar o pagamento de quase todos os impostos corporativos há vários anos.

Até que ponto essas forças de fato afetam as pesquisas acadêmicas e as políticas das universidades? As evidências das quais dispomos sugerem que o efeito é grande.

Os comentários sobre a crise financeira proferidos por economistas na academia têm sido bastante comedidos. É verdade que existem algumas exceções notáveis. Na maior parte do tempo, porém, o silêncio tem sido ensurdecedor.

Como é possível que um setor inteiro seja estruturado de modo que funcionários sejam encorajados a saquear e destruir suas próprias firmas? Por que a desregulamentação e a teoria econômica fracassaram tão espetacularmente?

O lançamento do documentário "Trabalho Interno" claramente mexeu com sensibilidades que foram tocadas por essas questões. Fui contatado por estudantes e docentes em grande número, e houve debates em grande número.

Algumas escolas, incluindo a Columbia Business School, adotaram exigências de divulgação de informações pela primeira vez.

Mas a maioria das universidades ainda não faz essas exigências, e poucas ou nenhuma impõem qualquer limitação à existência de conflitos de interesse. O mesmo se aplica à maioria das publicações acadêmicas.

Repórteres de jornais são proibidos terminantemente de aceitar dinheiro de qualquer setor econômico ou organização sobre o qual escrevam matérias. O mesmo não acontece no mundo acadêmico.

Houve um avanço positivo importante. No início deste ano, a Associação Americana de Economia passou a exigir uma declaração de conflitos de interesse para os sete periódicos que edita.

Mas a maioria das instituições ainda se opõe à divulgação de mais informações, e, quando eu estava fazendo meu filme, se negou até mesmo a tratar do assunto.

Tradução de CLARA ALLAIN.

4. Outra Educação, além da monotonia acadêmica

ALEX BRETAS VASCONCELOS

02/02/2015

[HTTP://MERCADOPOPULAR.ORG/2015/07/COMO-A-UNIVERSIDADE-PUBLICA-E-GRATUITA-AUMENTA-A-DESIGUALDADE-DE-RENDA/](http://MERCADOPOPULAR.ORG/2015/07/COMO-A-UNIVERSIDADE-PUBLICA-E-GRATUITA-AUMENTA-A-DESIGUALDADE-DE-RENDA/)



Um padeiro medieval e seu aprendiz. “Journeymen” contemporâneos reelaboram tradição da Idade Média: viajar pelo mundo em troca apenas de hospedagem e experiência

Jornadas de aprendizado. Viagens-projeto. Doutorados informais. Mentorias. Como se multiplicam e diversificam as formas de conhecer por meio da experiência elaborada

Por **Alex Bretas Vasconcelos**

“Até então, eu me via trabalhando como designer, mas Cuba me fez virar jornalista... ao menos por alguns dias. Viajei até lá para trabalhar num projeto artístico de fotografia e vídeo com Daniel Castro, para quem eu já havia trabalhado em São Francisco, nos EUA. Entretanto, de uma hora pra outra nos vimos num trabalho jornalístico entrevistando várias pessoas, na frente e atrás das câmeras.

“Numa noite, encontramos dois jovens estudantes cubanos que toparam nos abrir portas para fotografarmos alguns moradores. O que eles não sabiam é que nós também entrevistamos cada um deles, perguntando coisas sobre a situação de Cuba e como isso afetava as suas vidas. Conhecemos gente que não via seus filhos há anos, desde que eles tentaram fugir da ilha num barco. Conversamos com dançarinas exóticas apaixonadas por Fidel Castro e com pessoas que afogavam suas mágoas em rum.

“Entrevistar pessoas e perguntar-lhes sobre suas opiniões políticas não é uma coisa que as autoridades cubanas gostam de ver... Pouco a pouco, uma paranoia começou a tomar conta de nós: toda vez que um policial se aproximava, os dois jovens cubanos precisavam mostrar seus documentos de identificação. E se alguém for preso, caso eles nos descubram? E se nós formos embora, publicaremos as entrevistas online e a polícia ficar sabendo quem critica o regime? Passou. Os vídeos que gravamos serão apresentados em breve junto a uma exposição de fotos nos EUA. E, assim espero, mais pessoas entenderão que o embargo a Cuba não está ajudando ninguém.”

Fabian Sixtus Körner é um *journeyman*. E o que ele acabou de nos relatar espelha a jornada que essas pessoas escolhem viver, cheia de imprevisibilidades e também de desenvolturas. No século XIV, eram comuns na Alemanha jovens que deixavam suas casas e viajavam pelo mundo por três anos e um dia, a fim de se desenvolverem como artesãos trabalhando somente por comida, hospedagem e transporte para o próximo destino. Hoje em dia, a tradição do *journeyman* é mantida acesa por jovens como Fabian, que viajou durante dois anos e três meses e trabalhou como designer, arquiteto e fotógrafo (para além do eventual job como jornalista) em lugares tão distintos quanto China, Egito, Etiópia e Cuba.

Conheci essa história depois de uma ótima conversa com a Luah Galvão e o Danilo España, que idealizaram o [Walk and Talk](#) como uma volta ao mundo em busca do que move, inspira e motiva. Num desses encontros inesquecíveis típicos das viagens, eles se depararam com um *journeyman* no meio de uma praia na Guatemala. Arretados, acabaram dando uma de cupido e fizeram a ponte entre ele e uma australiana que havia resolvido viver por ali desde que conhecera aquela belíssima paisagem. Recentemente, veio ao mundo um *journeybaby*.



Este site é sustentado por seus leitores. [Clique aqui para contribuir](#)

Como poderíamos nos (re)apropriar deste esplendor das jornadas de aprendizagem? A tradição do *journeyman* é uma imagem pulsante que caminha nessa direção. Outro exemplo é o [UnCollege](#), um experimento educativo de autoaprendizagem recém-chegado ao Brasil e cuja base por aqui é em Ilhabela – SP. O Gap Year, programa de um ano oferecido pelo UnCollege, é estruturado em quatro etapas que conformam uma grande jornada: Viagem, Lançamento, Estágio e Projeto. Todo esse percurso é imbuído de um espírito de desafio, permeado pela curiosidade e repleto de interações e imprevisibilidades. Trata-se de uma descrição excelente para a aprendizagem, ou para o viver-aprender.

Nesse sentido, será que jornada e aprendizagem seriam equivalentes? No processo do doutorado informal, entendo que a jornada de aprendizagem pode ser um caminho especialmente valioso para, além de suscitar algumas respostas, inaugurar novas perguntas. Lucas Favaretto, por exemplo, resolveu sair [Pelo Mundo de Magrela](#) e conhecer o sul do Brasil pedalando. Foram 86 dias de subida, descida, pouso, alimento, carinho, verdade, amizade, sorrisos,

buzinas, abraços. Minha amiga Thaianne Moregola também escolheu a bicicleta como instrumento de reflexão, e ousou ser Buscante do seu sonho de redescobrir o mundo por outra perspectiva.

Se uma jornada não precisa ser do herói (ou talvez heróis sejamos todos), também não precisa significar necessariamente viagem. Como são as jornadas que escolhemos e criamos para nossas vidas?

Quando alguém toma consciência de que está numa jornada, dá mais valor para as interações e os diálogos que surgem no meio do caminho. Afinal, esses momentos sempre podem se tornar indispensáveis oportunidades de desenvolvimento para os confrontos que aguardam nosso herói. Paul Feyerabend, em seus *Diálogos sobre o Conhecimento*, dá vida a Gaetano, um jovem tímido que tem o ar de quem escreve poesia, e é este personagem que alerta a todos a respeito da monotonia intelectual que alguns doutores e acadêmicos insistem em reproduzir. Gaetano, então, salienta que houve um tempo em que se nutriam relações pessoais com os sábios, ao invés de somente citar os autores clássicos nas teses e dissertações. E continua: “não creio que exista hoje relação pessoal análoga, o que há é uma forte pressão pessoal para o conformismo e, sobretudo, em vez da conversação viva que Platão queria, temos frases vazias combinadas de maneira esquemática”.

Pois bem, digamos a Gaetano e a Feyerabend: essas relações e conversações vivas estão sendo resgatadas e, acredito, mais rapidamente fora dos domínios da universidade do que dentro dela. A mentoria é um tipo de abordagem que reflete esse resgate. Um mentor é um parceiro de jornada, alguém que não se restringe às tentativas de impessoalidade do ambiente acadêmico. Por isso, é uma relação afetiva, amorosa, educativa. Não há uma pretensão hierárquica ou qualquer tipo de subordinação entre o mentor e o mentorado. É mais aprendizagem mútua (sim, o mentor também está ali para aprender!) do que ensino.

Nos percursos de doutorado informal, a mentoria é uma possibilidade muito interessante. Em outras palavras: se você encontrar uma pessoa que admira e sentir que de alguma forma ela poderá te ajudar no seu processo, convide-a para uma conversa e veja no que dá. Pode me ensinar sua arte? É o que André Stern pergunta para um *luthier* que encontrou na Suíça, no documentário “Ser e Vir a Ser” (“Being and Becoming”, no original em inglês), sobre desescolarização. Posso te mostrar como faço, mas não posso te ensinar nada foi a resposta que ele ouviu. Iniciou-se uma frutífera relação de mentoria – isto é, de aprendizagem.

Essa postura de *não ensinar, mas aprender junto* tem muito a ver com desescolarização. No caso, de adultos. É justamente isso que o doutorado informal pode propiciar. Clara Bellar, diretora do filme, fez um desabafo após uma exibição em São Paulo: “quando eu conheci adultos que não foram escolarizados, eu fiquei com inveja, de tanta autoconfiança que eles demonstram! Chega até a agredir. Eles são tão fortalecidos, tão seguros de si!” A jornada do doutorado informal é, no limite, um trajeto de fortalecimento

humano, e a heteronomia acarretada pela mentalidade escolar vai sendo pouco a pouco encurtada para dar lugar à autonomia do ser que quer vir a ser.

Sistemicamente, criar empodimentos de aprendizagem em adultos e crianças significa pintar um novo mundo com cores diferentes daquelas diagnosticadas por Ivan Illich, quando ele diz que *não apenas a educação, mas a própria realidade social tornou-se escolarizada*.

O doutorado informal passa a representar, a partir das suas aproximações com as jornadas de aprendizagem e a desescolarização, mais um processo do que uma ação pontual ou um projeto. Passa a ser um jeito de viver-aprender. Ainda assim, pra mim, existe uma necessidade de haver um lado mais sistemático que trabalha com ciclos recursivos de entregas: se, antes, eu consideraria meu doutorado informal como finalizado após entregar o que me comprometi (um livro, produto, serviço, evento, curta-metragem etc), agora minha compreensão caminha no sentido de considerar esse marco apenas como o primeiro passo de uma espiral.

À medida que me reconheço em minha autonomia e deixo fluir minhas paixões, este não é um processo que costuma parar. Haverá outras entregas, e acredito que o ritmo ou a pulsação são importantes – como numa sequência de Us encadeados, numa hora estou num ciclo de aprofundamento, e noutra, num ciclo de entrega ou de realização.

No livro *Mapeando Diálogos*, de Marianne Mille Bojer e outros autores, há uma compreensão mais específica sobre as jornadas de aprendizagem que pode ser particularmente útil como ferramenta num ciclo de aprofundamento: aqui, elas significam *jornadas de um lugar para outro com o objetivo de explorar e experimentar o mundo em primeira mão* e têm uma relação forte com a criação de empatia e com princípios do diálogo.

Numa típica jornada de aprendizagem, os participantes são convidados a se sentar em pequenos grupos para conversar com os atores locais, buscando entender sua realidade. Escutam não apenas com a mente aberta, mas também com o coração e a vontade abertos. Após a visita, escutam as perspectivas de cada um e, por meio da conversa, chegam a uma compreensão mais profunda e a um quadro mais completo do que foi experienciado.

Caio Dib aproveitou-se da essência que anima as jornadas de aprendizagem para ir em busca do seu sonho de viajar pelo país para conhecer experiências educativas inspiradoras. É o projeto [Caindo no Brasil](#), cujo livro retrata algumas ótimas histórias como a de Seu Luiz, meu conterrâneo de Minas Gerais. Caio narra o encontro que teve com ele numa viagem por terras mineiras. Durante nossa conversa, ele me contava sobre assuntos que circundavam sua realidade e que passavam pela nossa janela do ônibus. Ele sempre completava com “mas você deve saber disso, né? Você estudou!”.

Na maioria das vezes, não sabia. Eram saberes populares ou conhecimentos necessários para a realidade dele. Não sabia medir um hectare apenas

olhando, não sabia fazer o parto de uma vaca, não sabia quanto custava um caminhão carregado de madeira para se fazer carvão.

Esse trecho assinala, por um lado, o relativismo cultural que Paul Feyerabend argumenta, em algumas de suas obras, ser imprescindível para entender a aprendizagem ou o conhecimento. A sabedoria que Seu Luiz demonstrava pertencia a um mundo completamente diferente do que o que Caio habitava. No caso, poderíamos dizer que é “sabedoria popular”, mas penso que talvez esse termo não consiga exprimir as singularidades existentes em cada fala e em cada contexto. Sabedorias são várias, e populações também.

De outro lado, percebo a beleza da narrativa construída pelo Caio, que emana de sua escolha por simplesmente contar histórias. Toda vez que estabeleço contato com iniciativas assim, me lembro da provocação que Ian Mitroff se fez, retomada por Juanita Brown: *a questão então não é se contar histórias é ciência, mas sim “será que a ciência consegue aprender a contar boas histórias?”* (tradução livre). Assim, por esse caminho, vejo aproximarem-se os mundos da poesia e da racionalidade, da ficção e da realidade, da arte e da ciência. **Tudo são histórias.**

Fabian Körner, o *journeyman* que foi jornalista em Cuba e percorreu o mundo para aprimorar seu talento e se enriquecer de experiências diversas e interessantes, escreveu um livro para contar sua história. Segundo ele, a tradição dos journeymen aponta que eles devem sempre compartilhar seus momentos mais marcantes com a comunidade. Faz parte da jornada.

Referências

Berlin FM 104,1. ‘Crossing Borders’ With Fabian Sixtus Körner at TEDxBerlin. Nov. 2012. **Disponível em:** . **Acesso em: 3 out. 2014.**

Bojer, Marianne Mille et al. *Mapeando diálogos: ferramentas essenciais para a mudança social*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

BROWN, Juanita. *The World Café: Living Knowledge Through Conversations That Matter*. Tese (Doutorado em Filosofia)—Human and Organizational Development, The Fielding Institute, Saint Barbara, 2001.

Dib, Caio. *Caindo no Brasil: uma viagem pela diversidade da educação*. 2014.

Fabian Sixtus Körner. *We Are No Journalists*. In: *Stories of a Journeyman* (blog). Dez. 2011. **Disponível em:** . **Acesso em: 3 out. 2014.**

Feyerabend, Paul. *Diálogos Sobre o Conhecimento*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Fonseca, André Azevedo da. *Sociedade sem escolas* (Parte 1) *Introdução ao pensamento de Ivan Illich*. Video do Youtube publicado em 15/09/2014. **Disponível em:** . **Acesso em: 4 out. 2014.**



4. Como a universidade pública e gratuita aumenta a desigualdade de renda

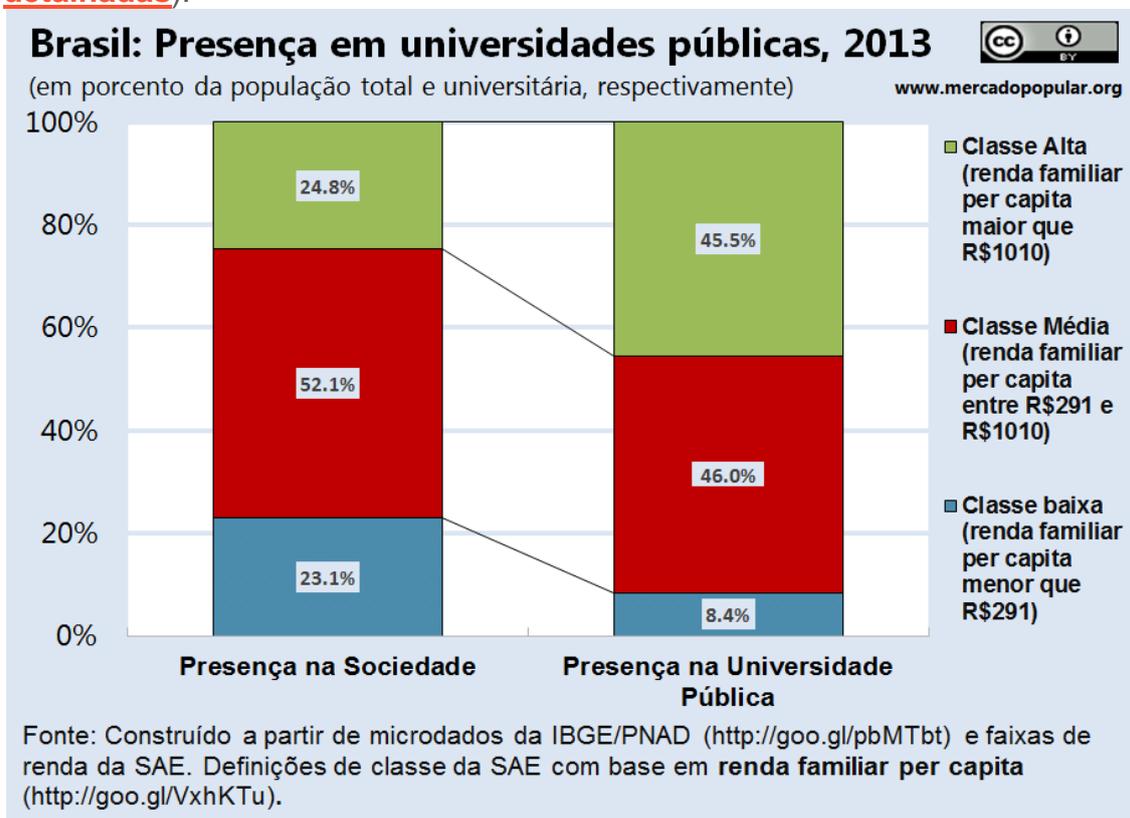
Carlos Góes @goescarlos · On 23/07/2015

Existe um grande paradoxo na realidade política brasileira. Aqueles que usualmente se colocam como defensores da justiça social e dos mais vulneráveis, normalmente também entendem que as universidades públicas devem ser financiadas do modo que são hoje: com dinheiro de impostos. Tentativas de financiamento privado da universidade pública – por meio de empresas e fundações privadas – ou de cobrança de taxas de mensalidade e matrícula para os estudantes mais abastados – como tentou fazer, durante algum tempo, a UFMG – são rechaçados como métodos de privatização da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Mas por que essa justaposição de defesas seria um paradoxo? A realidade é que, quando se olha para os dados do conjunto dos estudantes de universidades públicas brasileiras, observa-se que estas tendem a beneficiar os ricos de forma desproporcional. Por causa da alta concorrência das universidades públicas e da baixa qualidade das escolas públicas brasileiras, aqueles em situação econômica mais vulnerável têm pouca chance de conseguir uma vaga para estudar em uma universidade financiada pelo contribuinte.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE mostram a realidade dessa distorção. Usando os critérios de classe desenhados pela

[Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República](#), a classe alta corresponde a 24,8% da população. Mas, nas universidades públicas, a classe alta ocupa 45,5% das vagas. Do outro lado dessa equação, as pessoas que estão hoje na classe baixa são 23,1% da população brasileira, mas apenas 8,4% da população universitária. Os dados estão expostos no gráfico abaixo ([clique aqui para um gráfico com faixas de renda mais detalhadas](#)).



Note que esses dados são de 2013 – portanto, após os amplos ciclos de expansão das universidades federais e disseminação das políticas de ação afirmativa durante o governo Lula. Mesmo após esses processos, a universidade pública continua beneficiando primariamente os mais ricos. E isso acontece mesmo em países bem mais igualitários que o Brasil: [mesmo na Noruega pobres têm dificuldade em chegar à universidade pública](#). Como pessoas com ensino superior tendem a ter salários maiores, essa distorção nas universidades públicas acaba financiando com impostos um sistema de aumento e perpetuação das desigualdades de renda.

Essa realidade estatística é algo que quem conhece universidades públicas já percebia intuitivamente. Certa vez, eu ouvi um professor da Universidade de Brasília dizer algo que esses dados confirmam: as universidades do governo são universidades estatais, mas não universidades públicas. Elas são universidades que, apesar de utilizarem recursos do estado, beneficiam primariamente aqueles que estão nas faixas mais altas de renda.

Existe um problema adicional nessa questão. De acordo com [dados da OCDE](#), enquanto o governo brasileiro gasta cerca de 11 mil dólares por cada estudante de uma universidade pública, o gasto com cada estudante de ensino médio é cerca de 2.700 dólares. Ou seja, para cada estudante que é financiado pelo governo para frequentar o ensino superior, seria possível financiar quatro

estudantes no ensino médio. Isso é muito importante porque, como mostram dados do IBGE, a maioria das pessoas que estão entre os mais 20% mais pobres do Brasil sequer termina o ensino fundamental.

Subsidiar a educação superior dos mais ricos enquanto os mais pobres sequer terminam os ensinos fundamental e médio resulta em transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. Por isso, as universidades públicas brasileiras são um dos mais importantes mecanismos de perpetuação das desigualdades de renda que já existiu na história brasileira. Enquanto os filhos da elite são educados com o dinheiro dos contribuintes (no Brasil, majoritariamente negros e pobres), os filhos dos mais pobres terão pouquíssimas chances de conseguir entrar na universidade pública.

Uma alternativa óbvia é mudar o foco do investimento público da educação superior para a educação de base: pré-escolar, primária e secundária. James Heckman, prêmio Nobel em Economia, coletou dados durante cinquenta anos e demonstrou que os retornos ao investimento em educação, em termos econômicos para a sociedade e cognitivos para as crianças, são maiores quando esses investimentos são direcionados à educação de base – em especial na primeira infância.

Por isso, no lugar de criar programas que mandem os filhos dos ricos estudar no exterior com o dinheiro de impostos – com o Ciência Sem Fronteiras – o governo federal poderia recordar de uma promessa de campanha da Presidenta Dilma e pagar bolsas de estudo para estudantes pobres estudarem em boas escolas particulares. Além disso, para horror dos puristas, o governo poderia cobrar uma mensalidade daqueles estudantes que podem pagar – como acontece por exemplo nas universidades públicas dos Estados Unidos, onde a bolsa recebida é proporcional à renda familiar do aluno – e usar esse orçamento para incentivar a educação pré-escolar, o que garantiria melhores índices escolares para as crianças no ensino fundamental e médio e facilitaria a inserção das mulheres – em especial mães solteiras – no mercado de trabalho.

Talvez você tenha torcido o nariz ao ouvir algumas dessas propostas, mas seja pragmático e pense duas vezes. Apesar da sua paixão ideológica, a tal universidade “pública, gratuita e de qualidade”, na verdade, está ajudando a fomentar uma sociedade desigual que você não gosta. Se você, como eu, realmente se preocupa com os mais pobres e com justiça social, você precisa ajudar a mudar essa situação. E, pra isso, precisa mudar de opinião.

6. “Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros”

Em entrevista exclusiva, novo reitor da UFRJ, Roberto Leher, aponta os impactos da lógica mercantilizada sobre a educação brasileira e aponta que como grupos financeiros tentam dominar a educação pública.

Por Luiz Felipe Abulquerque - De São Paulo (SP) - 01/07/2015

Um grande negócio. É assim que o novo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, enxerga o novo momento da educação brasileira.

Em entrevista ao Brasil de Fato, o professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ traça um panorama do atual estágio da educação no Brasil, e as conclusões não são nada animadoras.

Para Leher, que tomará posse nesta sexta-feira (3), os recentes processos de fusões entre grandes grupos educacionais, como Kroton e Anhanguera, e a criação de movimentos como o *Todos pela Educação* representam a síntese deste processo.

No primeiro caso, ocorre uma inversão de valores, em que o primordial não é mais a educação em si, mas a busca de lucros exorbitantes por meio de fundos de investimentos. No segundo, a defesa de um projeto de educação básica em que a classe dominante define forma e conteúdo do processo formativo de crianças e jovens brasileiros.

O movimento *Todos Pela Educação* é uma articulação entre grandes grupos econômicos como bancos (Itaú), empreiteiras, setores do agronegócio e da mineração (Vale) e os meios de comunicação que procuram ditar os rumos da educação no Brasil.

Para o professor, o movimento se organiza numa espécie de Partido da classe dominante, ao pensarem um projeto de educação para o país, organizarem frações de classe em torno desta proposta e criar estratégias de difusão de seu projeto para a sociedade.

“Os setores dominantes se organizaram para definiram como as crianças e jovens brasileiros serão formados. E fazem isso como uma política de classe, atuam como classe que tem objetivos claros, um projeto, concepções clara de formação, de modo a converter o conjunto das crianças e dos jovens em capital humano”, observa o professor.

Confira a entrevista:

Brasil de Fato - Muitos setores denunciam a atual mercantilização da educação brasileira. O que está acontecendo neste setor?

Roberto Leher - De fato há mudanças no que diz respeito a mercantilização da educação, diferente do que acontecia até 2006 no Brasil. Os novos organizadores dessa mercantilização são organizações de natureza financeira, particularmente os chamados fundos de investimento.

Como o próprio nome diz, os fundos de investimentos são fundos constituído por vários investidores, grande parte estrangeiro, como fundos de pensão,

trabalhadores da GM, bancos, etc, que apostam num determinado fundo, e esse fundo vai fazer negócios em diversos países.



Em geral, os fundos fazem fusões, como é o caso da Sadia e Perdigão no Brasil. Mas é o mesmo grupo que também adquiri faculdades e organizações educacionais com o objetivo de constituir monopólios.

Crédito: Reprodução

Esse processo levou a Kroton e a

Anhanguera - fundo Advent e Pátria - a constituírem, no Brasil, a maior empresa educacional do mundo, um conglomerado que hoje já possui mais de 1,2 milhão de estudantes, mais do que todas as universidades federais juntas.

O que muda com essa nova forma de mercantilização da educação?

O negócio do investidor não é propriamente a educação, é o fundo. Ele investiu no fundo e quer resposta do fundo, que cria mecanismos para que os lucros dos setores que eles estão fazendo as aquisições e fusões sejam lucros exorbitantes. É isso que valoriza o fundo.

A racionalidade com que é organizada as universidades sob controle dos fundos é uma racionalidade das finanças. São gestores de finanças, não são administrados educacionais. São operadores do mercado financeiro que estão controlando as organizações educacionais.

Toda parte educacional responde uma lógica dos grupos econômicos, e por isso eles fazem articulações com editoras, com softwares, hardwares, computadores, tablets; é um conglomerado que vai redefinindo a formação de milhões de jovens.

No caso do Brasil, cinco fundos têm atualmente cerca de 40% das matrículas da educação superior brasileira, e três fundos têm quase 60% da educação à distância no Brasil.

Quais os interesses dessas grandes corporações para além do econômico?

A principal iniciativa dos setores dominantes na educação básica brasileira é uma coalizão de grupos econômicos chamado *Todos pela Educação*, organizado pelo setor financeiro, agronegócio, mineral, meios de comunicação,

que defendem um projeto de educação de classe, obviamente interpretando os anseios dos setores dominantes para o conjunto da sociedade brasileira.

Em outras palavras, os setores dominantes se organizaram para definir como as crianças e jovens brasileiros serão formados. E fazem isso como uma política de classe, atuam como classe que tem objetivos claros, um projeto, concepções clara de formação, de modo a converter o conjunto das crianças e dos jovens em capital humano.

Em última instância, é com isso que eles estão preocupados: em como fazer com que a juventude seja educada na perspectiva de serem um fator da produção. Essa é a racionalidade geral, e isso tem várias mediações pedagógicas.

A aparência é de que estão preocupados com a alfabetização, com a escolarização, com o aprendizado, etc. E de fato estão, mas dentro dessa matriz de classe, no sentido de educar a juventude para o que seria esse novo espírito do capitalismo, de modo que não vislumbrem outra maneira de vida que não aquela em que serão mercadorias, apenas força de trabalho.

De que maneira eles interferem nas políticas educacionais do Estado?

Como sociedade civil, os setores dominantes buscam interferir nas políticas de Estado. O *Todos pela Educação* conseguiu difundir a sua proposta educativa para o Estado, inicialmente por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) - que aliás foi homenageado com o nome *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, em referência ao movimento. Com isso definiram em grandes linhas o que seria o PNE que está vigente.

Articulam por meio de leis, mas também da adesão de secretários municipais e estaduais às suas metas, aos seus objetivos. Articulam com o Estado, que cria programas, como o programa de ações articuladas, em que a prefeitura, quando apresenta um projeto para o desenvolvimento da educação municipal, tem que implicitamente aderir às metas do movimento *Todos pela Educação*.

Temos um complexo muito sofisticado que interage as frações burguesas dominantes, as políticas de Estado e os meios operativos do Estado para viabilizar esta agenda educacional.

Mas como se dá isso na prática?

Quando um município faz um programa de educação para a sua região, ele já deve estar organizado com base no princípio de que existe uma idade certa para educação, que os conteúdos não devem se referenciar nos conhecimentos, mas sim no que eles chamam de competências, que o professor não deve escapar deste currículo mínimo que eles estão desenvolvendo por meio de uma coerção da avaliação.

A escola que não consegue bons índices no Idep [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] é penalizada, desmoralizada, sai nos jornais, e isso cria um constrangimento que chega ao cotidiano da sala de aula, e as prefeituras pressionadas por esses índices acabam sucumbidos às fórmulas que o capital

oferece. A mais importante delas é comprar sistemas de ensino, apostilas, que são fornecidos pelas próprias corporações.

O professor está em sala de aula, recebe apostilas, exames padronizadas que foram feitos pela corporação, e na prática, ao invés do professor desenvolver um papel intelectual, criador, ele tem que ser muito mais um aplicador das cartilhas, um entregador de conhecimento, e isso obviamente esvazia o papel do professor que tem consequências diretas com o processo de formação.

A formação esperada do educador não é uma formação enquanto intelectual, mas sim como alguém que sabe desenvolver técnicas para aplicar aquelas pacotes que as corporações preparam.

E há resistências a isso?

Existe um complexo de situações onde as resistências, as tensões são muito grandes, o que traz infelicidade aos professores e aos estudantes, mas tudo isso é muito difuso. As resistências acontecem na forma de lutas sindicais, quando fazem greve criticando a chamada “meritocracia”, os sistemas de avaliação.

Aparecem aqui e ali, mas é forçoso reconhecer que existe um complexo de controle sobre as escolas que restringem muito a margem de manobra dos trabalhadores da educação para desenvolverem um projeto pedagógico autônomo e crítico.

Essa situação é agravada quando a própria direção da escola, que deveria pensar como a escola se auto governa, vem sendo ressignificada como um papel de gestão. O diretor e os coordenadores são pensados como gestores na lógica de uma empresa, que deve cumprir metas, fiscalizar o cumprimento delas e tentar atingir essas metas de todas as formas.

Temos uma mudança de referências quando a própria equipe de coordenação da escola se torna uma equipe de gestores. No documento Pátria Educadora há uma possibilidade de punição dos professores que não cumprirem as metas.

Por sinal, o Pátria Educadora é um dos programas carro chefe do governo federal. Como você avalia este documento?

Não casualmente, esse documento foi elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), atualmente dirigido pelo ministro Mangabeira Unger. Ele parte de um diagnóstico de que o modelo de desenvolvimento baseado em commodities se esgotou com a crise mundial, com seus preços despencando depois daquele período de ouro entre 2004 e 2009.

Com a desvalorização dessas commodities, Mangabeira chama atenção para o fato de que o Brasil deveria buscar outra forma de inserção na economia mundial que não fosse apenas de commodities.



E a minha hipótese é que eles estão sinalizando nesse documento que o

Crédito: Antônio Cruz/Agência Brasil

Brasil deveria ser uma espécie de plataforma de exportação, assim como já existe na fronteira norte do México, em alguns países asiáticos - o modelo chinês foi isso nos anos 90, de ser um local em que a força de trabalho é muito explorada, recebe um treinamento específico que permite uma exploração muito grande, e esses países entram em circuitos de produção industrial de maneira subalterna, explorando o que seriam suas vantagens comparativas: baixo custo de energia, da força de trabalho, baixa regulamentação ambiental, e isso daria vantagens competitivas novamente ao país.

O drama é que a concepção do Pátria Educadora tem como correspondência a ideia de que a formação da maior parte da força de trabalho no Brasil deve ser por um trabalho mais simples, e isso tem consequências pedagógicas muito grande.

Se é para formar para o trabalho simples, a maior parte das escolas podem ser instituições estruturadas para a formação de um trabalho de menor complexidade, que seria desdobrados em processos de formação técnica de cursos de curta duração, cujo exemplo mais conhecido é o Pronatec, em que grande parte dos cursos são aligeirados para a formação de uma força de trabalho simples - tanto aquela que já estará inserida no mercado quanto aquela que constitui o que podemos denominar de um exército industrial de reserva.

O documento Pátria Educadora altera a racionalidade da organização da escola quando vislumbra escolas que vão formar forças de trabalho de menor complexidade. É importante destacar que no documento encontramos uma formulação muito perigosa de enormes consequências para o futuro da educação brasileira, que é a referência que o Mangabeira faz da adoção de um modelo tipo SUS (Sistema Único de Saúde).

O que é isso?

O modelo SUS teve como objetivo assegurar o direito ao atendimento à saúde de maneira universal, e isso poderia ser feito tanto pelo órgãos públicos quanto pelas entidades privadas.

Quando Mangabeira reivindica o modelo SUS, claramente está sinalizando que a formação do conjunto da classe trabalhadora deveria ser feita em nome de uma suposta democratização, realizada tanto pelas instituições públicas quanto pelas organizações privadas.

Isso é congruente com o PNE aprovado em 2014, ao estabelecer que a verba pública é aquela utilizada nas instituições públicas, mas também em todas as parcerias público-privadas, como o FIES, PROUNI, Ciências Sem Fronteira, PRONATEC, Pronacampo, sistema S, tudo isso entra como recurso público.



Ministro Mangabeira Unger | Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A rigor, estamos diante de uma política que pode indiferenciar as instituições públicas e privadas em detrimento do público, já que as corporações também se acercam da educação básica.

Em setembro acontecerá o 2º Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), em Brasília. Como o Enera se insere nesta conjuntura?

Tenho uma expectativa muito positiva em relação ao segundo Enera. No primeiro Enera tivemos a constituição de outra perspectiva pedagógica para a educação brasileira, que foi a Educação do Campo, uma conceituação do que seria uma educação pública voltada para o campo, mas com um horizonte de formação humana que ultrapassa o campo.

Foi certamente uma proposta que promoveu sínteses brilhantes entre uma perspectiva crítica que vem do campo marxista, da ideia da escola unitária, do trabalho, ao compreender que o trabalho deveria ser um elemento simbólico, imaginativo, capaz de nos constituir como seres humanos, e que portanto a escola é o lugar da cultura, da arte, da ciência, da tecnologia, e não uma instituição livresca. É uma instituição que tem interação com o mundo, com a vida, com os processos de trabalho, com a produção real da cultura em diversos espaços, como pensar no que significa a agricultura no Brasil.

Foi uma proposta pedagógica que promoveu sínteses incorporando pensamento crítico marxista, tradição latino-americana de educação popular, particularmente com Paulo Freire, e criou bases para um pensamento pedagógico socialista.

O segundo Enera, a meu ver, está desafiado pela conjuntura a fazer um balanço do que foi essa mercantilização e de como o capital está tentando se apropriar do conjunto da educação básica.

Ao fazer essa reflexão, certamente o Enera vai ajudar a criar bases para uma perspectiva de educação pública unitária capaz de contrapor a educação frente à lógica de movimentos empresariais como o *Todos pela Educação*.

Pode haver incorporações de elementos novos na nossa reflexão sobre a pedagogia socialista que respondam desafios da ofensiva do capital, mas sobretudo respondam os anseios que estão pulsando em todo o país em torno da educação pública.

Como as últimas greves na educação?

Podemos problematizar a fragmentação das lutas pela educação, o fato de que muitas vezes são lutas econômicas e corporativas, que estão vinculadas as políticas municipais e estaduais, mas não tenho dúvidas de que essas lutas que estão pulsando no país estão enfrentando aspectos dessa pedagogia do capital, criticando a meritocracia, a racionalidade das competências e dos sistemas centralizados de avaliação, o uso de cartilhas.

Temos críticas reais a essa lógica de controle que o capital está buscando sobre a educação básica, mas precisamos sistematizar isso com outros fundamentos pedagógicos, e aprofundando a experiência que foi construída a partir do primeiro Enera.

No segundo Enera acredito que novas dimensões para essa pedagogia socialista vão ser esboçados, e não como o resultado de um processo em que os especialistas de educação do MST vão se reunir e pensar o que seria essa agenda.

Ao contrário, como resultado de uma articulação de movimentos que estão fazendo educação pública e estão buscando uma educação criativa, que estão fazendo as lutas de resistências com as greves, mobilizações, com a participação de estudantes.

Esta riqueza de produções que estão em circulação nas lutas em defesa da educação pública que podem criar uma sistematização maior. Cria condições para que possamos ampliar esta aliança entre experiências da luta urbana com as que vieram do campo, produzindo novas sínteses e novas possibilidades para que a classe trabalhadora tenha sua própria agenda para o futuro da educação pública.

É um processo longo e exigirá um esforço organizativo e intelectual de enorme envergadura. Temos que ter uma produção pedagógica mais sistematizadas, mais profunda, para criarmos a base desse pensamento pedagógico crítico,

que assegure uma formação integral, mas uma educação que recusa a divisão dos seres humanos em dois grupos: um que pensa e manda, outro que executa e obedece.

Essas bases para uma proposta socialista estão sendo gestadas nas lutas, mas com o ENERA podemos ganhar um momento de qualidade no terreno da elaboração, articulação e organização em defesa desse projeto de novo tipo.

7. Prouni criou milionários em troca de má qualidade na educação

Sociólogo Wilson de Almeida questiona incentivos públicos à inclusão de estudantes de baixa renda em universidades privadas que ofertam ensino "pasteurizado"

Marcelo Pellegrini — publicado 19/12/2014

<http://www.cartacapital.com.br/educacao/prouni-criou-milionarios-em-troca-de-ma-qualidade-na-educacao-7396.html>



Leia também

[As Eleições e o Ensino Superior](#)

Criado em 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni) já garantiu mais de 2 milhões de bolsas de estudo parciais e integrais em universidades privadas a estudantes brasileiros de baixa renda. Ao lado do Financiamento Estudantil (Fies), o programa é uma importante maneira de assegurar qualificação profissional a jovens que, historicamente, dificilmente conseguiriam

espaço em universidades públicas, seja pela forma como os vestibulares se estruturam, seja por problemas em sua formação básica.

A lógica emergencial do Prouni, construído para suprir a baixa oferta de vagas em universidades públicas, tem reflexos diretos no modelo e na qualidade do ensino universitário brasileiro. Para o sociólogo Wilson Mesquita de Almeida, o Prouni ajudou a consolidar um modelo de Ensino Superior que prioriza o lucro em detrimento da qualidade. "Hoje, os fundos de investimento de educação reestruturam as instituições, reduzindo custos, com o corte de professores e outras medidas que influenciam na qualidade", afirma o sociólogo. "O resultado é evidente: o maior grupo educacional não usa livros, mas apostilas, que saem mais barato. Existe uma pasteurização dos conteúdos didáticos oferecidos aos alunos."

Autor de *Prouni e o Ensino Superior Lucrativo em São Paulo*, Almeida afirma que os incentivos fiscais oferecidos às universidades privadas pelo Prouni transformaram pequenas universidades em grandes grupos de educação com ações comercializadas na Bolsa de Valores. "A transferência de dinheiro público continua a pleno vapor, agora fazendo novos milionários que vendem seus grupos a investidores estrangeiros e nacionais", argumenta.

Em 2014, os valores destinados ao Prouni, via renúncia fiscal, cresceram 166%. Já o orçamento na rede pública do Ensino Superior aumentou 86%. Os dados reiteram a opinião do sociólogo de que houve omissão do governo federal. Para Almeida, a política de estímulos estatais para universidades privadas "ocorreu paralelamente a uma omissão em desenvolver um sistema de Ensino Superior que combinasse instituições de pesquisa de ponta com um sistema público de ensino de massa, indo em direção oposta àquela de países desenvolvidos". Confira abaixo a entrevista de Wilson de Almeida a **CartaCapital**.

CartaCapital: *O que diferencia o "ensino privado lucrativo" de outras instituições privadas de ensino?*

Wilson Mesquita de Almeida: Trata-se de um setor voltado para extrair lucros com a venda de serviços educacionais em nível superior, tocado por empresários e suas mantenedoras. Qualifico-o como ensino

privado *lucrativo* para diferenciá-lo das instituições privadas comunitárias, confessionais, fundações de direito privado, autarquias municipais, dentre outras, que cobram mensalidades, mas cujo lucro não é revertido para os proprietários e seus herdeiros. Esse é o ponto essencial.

CC: *Quando surge este modelo?*

WMA: Esse setor surge durante o regime militar, no contexto da Reforma Universitária de 1968. Para a sua consolidação, contou com o auxílio do aparato estatal do período por meio da concessão de incentivos e subvenções e mediante a interferência do Conselho Federal de Educação, órgão na época responsável pela autorização de abertura dos cursos em prol do segmento privado lucrativo. Os governos posteriores à ditadura não conseguiram mudar o desenho desse sistema privado lucrativo de Ensino Superior, ao contrário, continuaram estimulando-o. Por isso, hoje ele é hegemônico em termos de vagas na graduação.

CC: *O modelo brasileiro de “ensino privado lucrativo” é único no mundo? Qual a diferença entre este modelo e o modelo americano, por exemplo, com universidades privadas de excelência?*

WMA: Não é só no Brasil que existe, mas aqui teve estímulos estatais para desenvolvimento e consolidação. Isso ocorreu paralelamente a uma omissão em desenvolver um sistema de Ensino Superior que combinasse instituições de pesquisa de ponta com um sistema público de ensino de massa, indo em direção oposta àquela de países desenvolvidos como França, EUA, Inglaterra, Holanda e Austrália.

Nos Estados Unidos, por exemplo, universidades com fins lucrativos constituem uma parcela baixíssima. São quase inexistentes. As únicas que há são justamente os grupos que investiram ou fizeram parcerias com universidades privadas lucrativas brasileiras. Em geral, não há universidade que vise ao lucro na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Suécia.

CC: *O Prouni é importante para garantir que estudantes de baixa renda tenham acesso ao Ensino Superior. Mas ele é lucrativo para as universidades privadas?*

WMA: Sim. Segundo o MEC [*Ministério da Educação*], 40% do faturamento do maior grupo educacional formado pela fusão entre Kroton e Anhanguera são provenientes de recursos públicos das isenções fiscais do ProUni e do financiamento obtido por meio do FIES [*Financiamento Estudantil*]. Com o ProUni, as instituições com fins lucrativos ficam isentas de tributos que antes recolhiam. Isso em troca de um número de bolsas muito baixo em relação ao número de alunos pagantes.

Caso emblemático foi a adesão da Universidade Estácio de Sá ao ProUni. Na época, ela era a maior privada do País, com mais de 100 mil alunos, e mudou seu estatuto de filantrópica para entidade com fins lucrativos. Com isso, obteve uma série de privilégios e benefícios: isenção de impostos, redução da concessão de bolsas de estudo gratuitas, não precisou pagar de forma retroativa alguns tributos devidos, além de ter alargado o tempo para pagar a cota patronal do INSS.

Ao retirar a carga de impostos, o ProUni contribui para o lucro das universidades. É como se uma empresa que vende um produto não precisasse pagar o governo ou se do salário bruto do trabalhador não precisasse extrair o imposto de renda.

CC: *Dessa forma, pode-se dizer que há um financiamento indireto do governo federal a instituições privadas de Ensino Superior?*

WMA: Sim, o financiamento se deu e se dá por meio das isenções fiscais. As universidades privadas lucrativas não são financiadas apenas com recursos vindos diretamente das mensalidades pagas pelos estudantes. É preciso considerar também a forma indireta, pela não cobrança de impostos ao longo do tempo e, agora, por meio do ProUni.

Nos anos 70, eram faculdades isoladas, pequenas. Hoje, são impérios, possuem o maior número de matrículas na graduação e as maiores faculdades já estão na Bolsa de Valores. O lobby das universidades lucrativas, que possuem articulações políticas em todos os partidos, conseguiu o fôlego

necessário para hoje se dar ao luxo de entrar na Bolsa de Valores. A conta, a imensa maioria dos brasileiros paga. Ou seja, a transferência de dinheiro público continua a pleno vapor, agora fazendo novos milionários que vendem seus grupos a investidores estrangeiros e nacionais.

CC: *A profissionalização da gestão das universidades privadas as tornaram corporações despreocupadas com o seu produto, que é a qualidade do ensino e a formação do aluno?*

WMA: Mais ainda. Intensificou algo que já era bem complicado. Desde o seu surgimento, durante o regime militar, a qualidade de ensino das universidades estritamente voltadas ao lucro está comprometida. Por exemplo, no que se refere ao corpo docente, há a contratação de professores pagos por hora, sem um plano de carreira, e dedicados a circular entre as várias unidades para somente dar aulas.

Algo como um “professor-feirante” que não tem tempo para pesquisar, estudar, produzir conhecimento novo e transmitir esse conhecimento novo para as gerações vindouras. Há problemas mais graves com universidades que utilizam “cooperativas” para não pagarem direitos sociais assegurados ao trabalhador formal.

Hoje, os fundos de investimento de educação reestruturam as instituições, reduzindo custos pelo corte de professores e outras medidas que influenciam na qualidade do ensino oferecido, para maximizar suas ações na Bolsa de Valores, visando um alto retorno financeiro. O nome disso é “desinvestimento” ou “saída do investimento”.

O resultado é evidente: o maior grupo educacional não usa livros, mas, sim, apostilas, que saem mais barato. Existe uma pasteurização dos conteúdos didáticos oferecidos aos alunos.

CC: *O Brasil carece de mão de obra qualificada e de vagas no Ensino Superior público. Programas como o Prouni e o Fies são um incentivo no curto prazo do governo federal. Na sua opinião, o “ensino privado lucrativo” responde a essa*

demanda proporcionando um aluno com os padrões de qualificação desejados?

WMA: Não. Na verdade, sem a inversão da lógica atual predominante, esses programas tendem a ser ainda mais prejudiciais. No entanto, para inverter a lógica atual, tem que mexer em privilégios. Ou a sociedade brasileira enfrenta o lobby das universidades lucrativas, regulando-o de fato, ou ficaremos nos discursos. É importante ampliar o acesso ao Ensino Superior, mas deve-se garantir a qualidade dos cursos ofertados. O desafio é que a rede privada e lucrativa atualmente possui mais de 70% de participação no Ensino Superior brasileiro.

CC: *O senhor poderia comentar o lobby que a Frente Parlamentar fez pela adoção do Prouni pelos grupos como a Anhanguera e o Kroton?*

WMA: No Congresso, o lobby privatista é representado pela Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior Privado. Ela é composta por senadores e deputados, tanto da oposição quanto da situação, o que demonstra a força do segmento privatista incrustado também no Poder Legislativo. Em 2008, a frente era formada por 171 deputados e 36 senadores. Ela já chegou a pleitear, sem sucesso, mudanças na lei para inclusão do setor de Ensino Superior privado lucrativo entre as áreas de aplicação do FGTS.

Quanto ao ProUni, a influência pode ser constatada a partir do total de emendas propostas pelos deputados ao Projeto de Lei do ProUni. Ao todo, foram 292 propostas de emenda. No livro, faço uma análise comparativa que revela a existência de claras mudanças decorrentes das interferências do segmento privado lucrativo por meio de suas entidades representativas e dos deputados e senadores que as apoiam.

CC: *Qual é a forma de garantir padrões mínimos de formação do aluno pelas universidades?*

WMA: Assegurar padrões mínimos de formação passa obrigatoriamente pela atração de bons professores. Isso depende de uma carreira digna, com condições de trabalho decentes e salário condizente com suas funções. Também é preciso fornecer tempo para o professor se dedicar a estudos e

pesquisas, evitando que o profissional vire um papagaio repetindo coisas velhas.

Além disso, é preciso que o aluno passe por um crivo mínimo, que o possibilite acompanhar, de modo mais pleno, o curso superior. Educação não é só com ter o diploma na mão. Sabemos há muito tempo que grande parte das universidades privadas não faz um vestibular de verdade. É mais para preencher formalidades junto ao MEC. Não é à toa que os bolsistas do ProUni, geralmente, tendem a possuir desempenho igual ou superior que os alunos pagantes.

Isso porque, além de ser uma oportunidade que ele agarrou para conseguir fazer o Ensino Superior, o aluno do Prouni também teve de passar por um crivo mínimo que é o Enem (Exame do Ensino Médio).

Logicamente, há outros fatores a considerar: redesenho do sistema de Ensino Superior para um modelo que reverta a lógica de curtíssimo prazo, currículo, forma de avaliação do estudante, complementação de conteúdos para alunos de baixa renda, interface com o mercado de trabalho, dentre outros. Porém, o essencial é a qualidade do professor e em uma seleção mínima do estudante.

CC: *O descredenciamento do MEC funciona?*

WMA: Não. Os prazos são muito largos. Efetivamente, conta-se nos dedos as instituições que, de fato, foram descredenciadas. Os advogados dessas instituições utilizam-se de brechas na legislação para protelar o processo na Justiça e, no fim, fica por isso mesmo. O MEC passa muito a mão na cabeça de gente que não cumpre a lei. Ou seja, é omissivo. O correto seria o descredenciamento imediato de quem não cumpriu com seus compromissos. Infelizmente, empresa, no mundo e no Brasil, só muda quando dói no bolso, quando perde mercado. Ou muda ou desaparece.

CC: *Políticas como o Plano Nacional de Educação podem ecoar num salto de qualidade no Ensino Superior?*

WMA: Planos são delineamentos e propostas de metas e objetivos. É importante, mas o que muda, de fato, é a política adotada, com estímulos e desestímulos a determinado setor, investimentos ou a falta deles, enfim, ações concretas.

É preciso redesenhar o sistema de ensino superior brasileiro. Uma alternativa concreta, viável e mais sólida seria fazer o que eu chamo de um modelo público diversificado e amplo, pois o modelo público de Ensino Superior atual, centrado nas universidades públicas, ainda é muito restrito, com poucas vagas e com baixo número de estudantes de baixa renda.

Ter um sistema de Ensino Superior composto por universidades públicas com um leque maior de opções de cursos e universidades privadas não lucrativas seria bem mais adequado e produtivo. Nos países mais desenvolvidos, esse é o modelo dominante. O Brasil possui ambas, mas elas são minoria, justamente porque se elas fossem maioria não haveria espaço para esse setor voltado estritamente para o lucro, sem preocupação maior em ofertar educação de qualidade. Mexer nisso é contrariar interesses e mudar o desenho do sistema de Ensino Superior brasileiro, tanto na sua parte privada quanto na sua parte pública. Ao fazê-lo, penso, estaríamos bem mais próximos de ter um Ensino Superior mais democrático e de qualidade. Se o Brasil souber utilizar os novos recursos destinados à educação nessa direção, abrirá novas perspectivas de avanço educacional.

8.A doença da "normalidade" na universidade

Somos todos normóticos em um sistema acadêmico de formação de pesquisadores e de produção de conhecimentos que está doente, e nossa Normose acadêmica tem feito naufragar o pensamento criativo e a iniciativa para o novo em nossas universidades

Fonte: Uol - Educação

Doença sempre foi algo associado à anormalidade, à disfunção, a tudo aquilo que foge ao funcionamento regular. Na área médica, a doença é identificada por sintomas específicos que afetam o ser vivo, alterando o seu estado normal de saúde. A saúde, por sua vez, identifica-se como sendo o estado de normalidade de funcionamento do organismo.

Numa analogia com os organismos biológicos, o sociólogo Émile Durkheim também sugeriu como identificar saúde e doença em termos dos fatos sociais: saúde se reconhece pela perfeita adaptação do organismo ao seu meio, ao passo que doença é tudo o que perturba essa adaptação.

Então, ser saudável é ser normal, é ser adaptado, certo? Não necessariamente: apesar de Durkheim, há quem considere que do ponto de vista social, ser normal demais pode também ser patológico, ou pode levar a patologias letais.

Os pensadores alternativos Pierre Weil, Jean-Ives Leloup e Roberto Crema chamaram isto de Normose, a doença da normalidade, algo bem comum no meio acadêmico de hoje. Para Weil, a Normose pode ser definida como um conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir, que são aprovados por consenso ou por maioria em uma determinada sociedade e que provocam sofrimento, doença e morte. Crema afirma que uma pessoa normótica é aquela que se adapta a um contexto e a um sistema doente, e age como a maioria. E para Leloup, a Normose é um sofrimento, a busca da conformidade que impede o encaminhamento do desejo no interior de cada um, interrompendo o fluxo evolutivo e gerando estagnação.

Estes conceitos, embora fundados sobre um propósito de análise pessoal e existencial, são muito pertinentes ao que se vive hoje na academia. Aqui, pela Normose não é apenas o indivíduo que adocece, que estagna, que deixa de realizar o seu potencial criador, mas o próprio conhecimento. E não apenas no Brasil, também em outras partes do mundo.

Peter Higgs, Prêmio Nobel de Física de 2013 disse recentemente que não teria lugar no meio acadêmico de hoje, que não seria considerado suficientemente produtivo, e que, por isso, provavelmente não teria descoberto o Bosão de Higgs (a “partícula de Deus), descrito por ele em 1964 mas somente comprovado em 2012, quase 50 anos depois, com a entrada em funcionamento de uma das maiores máquinas já construídas pelo homem, o acelerador de partículas Large Hadron Collider. Higgs contou ao The Guardian que era considerado uma “vergonha” para o seu Departamento pela baixa produtividade de artigos que apresentava, e que só não foi demitido pela possibilidade sempre iminente de um dia ganhar um Nobel, caso sua teoria fosse comprovada. Ele reconheceu que, nos dias de hoje, de obsessão por publicações no ritmo do “publique ou pereça”, não teria tempo nem espaço para desenvolver a sua teoria. À sua época, porém, não só o ambiente acadêmico era outro como ele próprio era um desajustado, um anormal, uma espécie de dissidente que trabalhava sozinho em uma área fora de moda, a física teórica especulativa. Então, sua teoria é também fruto desta saudável “anormalidade”.

A mim, embora não surpreendam, as declarações de Higgs soam estarecedoras: ou seja, com os sistemas meritocráticos de avaliação de hoje, que privilegiam a produção de artigos e não de conhecimentos ou de pensamentos inovadores, uma das maiores descobertas da humanidade nas últimas décadas, que rendeu a Higgs o Nobel em 2013, provavelmente não teria ocorrido, como certamente muitos outros avanços científicos e intelectuais estão deixando de ocorrer em função dos sistemas atuais de avaliação da

“produtividade em pesquisa”. É a Normose acadêmica fazendo a sua maior vítima: o próprio conhecimento.

Aliás, nunca se usou tanto a autoridade do Nobel para apontar os desvios doentios do nosso sistema acadêmico e científico como em 2013. Randy Schekman, um dos ganhadores do Nobel de Medicina deste ano, em recente artigo no El País, acusou as revistas Nature, Science e Cell, três das maiores em sua área, de prestarem um verdadeiro desserviço à ciência, ao usarem práticas especulativas para garantirem seus mercados editoriais. Schekman menciona, por exemplo, a artificial redução na quantidade de artigos aceitos, a adoção de critérios sensacionalistas na seleção dos mesmos e um absoluto descompromisso com a qualificação do debate científico. E afirmou que a pressão para os cientistas publicarem em revistas “de luxo” como estas (de alto impacto) encoraja-os a perseguirem campos científicos da moda em vez de optarem por trabalhos mais relevantes. Isto explica a afirmação de Higgs sobre ser improvável a descoberta que lhe deu o Nobel no mundo acadêmico de hoje.

O próprio Schekman publicou muito nestas revistas, inclusive as pesquisas que o levaram ao Nobel: diferentemente de Higgs, que era um dissidente, Schekman também já sofreu de Normose. Porém, agora laureado, decidiu pela própria cura e prometeu evitar estas revistas daqui para adiante, sugerindo não só que todos façam o mesmo, como também que evitem avaliar o mérito acadêmico dos outros pela produção de artigos. Foi preciso um Nobel para que se libertasse da doença.

A atual Normose acadêmica se deve à meritocracia produtivista implantada nas universidades, cujos instrumentos, no Brasil, para garantir a disciplina e esta doentia normalidade são os sistemas de avaliação de pesquisadores e programas de pós-graduação, capitaneados principalmente pela CAPES e CNPq. Estes sistemas têm transformado, nas últimas décadas, docentes e alunos em burocráticos produtores de artigos, afastando-os dos reais problemas da ciência e da sociedade, bem como da busca por conhecimentos e pensamentos realmente novos. A exigência de produtividade é um estímulo ao status quo, obstruindo a criatividade, a iniciativa, o senso crítico e a inovação, pois inovar, criar, empreender, fugir ao normal pode ser perigoso, pode ser incerto, pode ser arriscado quando se tem metas produtivas a cumprir; portanto, não é desejável: o mais seguro é fazer “mais do mesmo”, que é ao que a Normose acadêmica condenou as universidades e seus integrantes ao redor do mundo.

Eu escrevi em um artigo de 2013 que a meritocracia leva a uma ilusão de eficiência e progresso que não podem se realizar, porque as meritocracias modernas são burocracias. Como bem ensinou Max Weber, a burocracia é uma força modeladora inescapável quando se racionaliza e se regulamenta algum campo de atividade, como acontece no sistema científico atual. Para supostamente discriminar por mérito pessoas e organizações acadêmicas,

montou-se um tal sistema de regras, critérios avaliativos, hierarquias de valor, indicadores, etc., que a burocratização das ações acadêmicas tornou-se inevitável. Agora é este sistema que orienta as ações dos acadêmicos, afastando-os de seus próprios valores, desejos e convicções, para agirem em função da conveniência em relação aos processos avaliativos, visando controlar os benefícios ou penalidades que eles impõem. Pessoas sob regimes de avaliação meritocráticos se tornam burocratas comportamentais; e burocratas, como se sabe, pela primazia da conformidade organizacional a que se submetem, tornam-se inexoravelmente impessoalistas, formalistas, ritualistas e avessos a riscos e a mudanças. Tornam-se normóticos, preferindo, no caso da academia, uma produção sem significado, sem relevância, sem substância inovadora porém segura, a aventurarem-se incertamente em busca do novo.

Agora, depois de já ter escrito isto naquele artigo, descubro que o Nobel de Medicina de 2002, o sul-africano Sydney Brenner, em entrevista de fevereiro deste ano à King's Review, afirmou exatamente o mesmo. Dentre outras coisas, disse ele que as novas ideias na ciência são obstruídas por burocratas do financiamento de pesquisas e por professores que impedem seus alunos de pós-graduação de seguirem suas próprias propostas de investigação. É ao menos alentador perceber que esta realidade insólita não é apenas uma versão tupiniquim da busca tardia e equivocada por um lugar o sol no campo acadêmico atual, mas uma deformação que assola também os "grandes" da arena científica mundial. E também constatar que os laureados com a distinção do Nobel tem se percebido disto e denunciado ao mundo.

De certa forma, todos na academia sabem que estes sistemas de avaliação acadêmicos têm levado a um produtivismo estéril, mas isto não tem sido suficiente para mudar nem as condutas pessoais, nem as diretrizes do sistema, porque a Normose é uma doença coletiva, não individual. Ela advém da necessidade de legitimação do indivíduo frente ao sistema de regras, normas, valores e significados que se impõe a ele. Por isto é que o pesquisador australiano Stewart Clegg afirmou, certa vez, que "pesquisadores que buscam legitimação profissional podem com muita facilidade ser pressionados a aprender mais e mais sobre problemas cada vez mais desinteressantes e irrelevantes, ou a investigar mais e mais soluções que não funcionam".

Mas agora me advém uma questão curiosa: por que tantos Nobéis tem denunciado este sistema? Creio que porque do alto da distinção recebida, eles já não tem mais nenhum compromisso com a meritocracia acadêmica, e podem falar do dano que ela causa às ideias realmente inovadoras que, inclusive, podem levar à láurea. Mas também porque o Nobel foge à lógica da meritocracia, ele não é um mecanismo meritocrático, portanto, não é burocrático. Ele é até mesmo político, antes de ser meritocrático e burocrático! É um reconhecimento de "mérito" sem ser uma "cracia". Ou seja, não há, através dele, um sistema de governo das atividades científicas, e por isso ele

não leva a uma racionalidade formal, pois ninguém em consciência normal pautaria sua atividade acadêmica quotidiana pela improvável meta de, talvez já na velhice, ganhar o Nobel; e mesmo que tivesse este excêntrico propósito como pauta, teria que fugir da meritocracia que governa os sistemas científicos atuais para chegar a um lugar reconhecidamente distinto, pois ser normal não leva ao Nobel.

Mas este não é o mundo da vida dos seres acadêmicos de hoje, aqui vivemos em uma meritocracia burocrática, e num contexto assim, pouco adiantam as advertências da editora-chefe da revista Science, Marcia McNutt, publicados no Estadão, de que a ciência brasileira precisa ser mais corajosa e mais ousada se quiser crescer em relevância no cenário internacional. Segundo ela, para criar essa coragem é preciso aprender a correr riscos, e aceitar a possibilidade de fracasso como um elemento intrínseco do processo científico. Mas quando as pessoas são penalizadas pelo fracasso, ou são ensinadas que fracassar não é um resultado aceitável, elas deixam de arriscar; e quem não arrisca não produz grandes descobertas, produz apenas ciência incremental, de baixo impacto, que é o perfil geral da ciência brasileira atualmente, segundo ela. É a Normose acadêmica “a brasileira” vista de fora.

Somos todos normóticos em um sistema acadêmico de formação de pesquisadores e de produção de conhecimentos que está doente, e nossa Normose acadêmica tem feito naufragar o pensamento criativo e a iniciativa para o novo em nossas universidades. Sem eles, porém, não há futuro significativo para a vida intelectual dentro delas, nem na ciência nem nas artes.

Texto de Renato Santos de Souza, publicado no E-Book: NASCIMENTO, L.F.M. (Org.) Lia, mas não escrevia (livro eletrônico): contos, crônicas e poesias. Porto Alegre: LFM do Nascimento, 2014.

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/07/a-doenca-da-normalidade-na-universidade.html>

ARTIGOS RELACIONADOS

•



Produção científica e lixo acadêmico no Brasil

[Salvar](#)

FOLHA DE S.PAULO - 37.715 COMPARTILHAMENTOS - 5
DE JANEIRO DE 2015

•



Darwin e a prática da 'Salami Science' - São Paulo -
Estadão

[Salvar](#)

SAO-PAULO.ESTADAO.COM.BR · 1.294
COMPARTILHAMENTOS · 2 DE JUNHO DE 2014

•



A ratazana com PhD

Imagine que você está numa reunião de colegiado de qualquer universidade brasileira. Desafio você a contar quantas vezes ouvirá a palavra "alunos" ao longo da reunião. Provavelmente, nenhuma ou quase nenhuma. Refiro-me aqui especificamente ao universo do mestrado e do doutorado.

[Salvar](#)

FOLHA DE S.PAULO · 6.857 COMPARTILHAMENTOS · 16
DE NOVEMBRO DE 2014

9. MEC pune 70 faculdades mal avaliadas; 11 são de SP

Notícia disponibilizada no Portal www.cmconsultoria.com.br às 09:03 hs.

23/11/2011 - Instituições de ensino perderão autonomia para abrir novas vagas e cursos. Ministério da Educação diz que, se não houver melhora após um ano, as unidades podem ser descredenciadas.

RENATO
DE

MACHADO
BRASÍLIA

O Estado de São Paulo tem 11 das 70 instituições de ensino superior com desempenho insatisfatório no Enade (exame nacional para alunos de graduação).

As universidades e centros universitários mal avaliados perderão autonomia para abrir

novas vagas e cursos e ficarão limitadas a oferecer aos novos alunos no próximo ano a mesma quantidade de vagas de 2011.

Além destas medidas, as 70 instituições com baixo desempenho serão supervisionadas pelo MEC, o que inclui uma auditoria e um plano de saneamento de deficiências.

Se não houver melhora após um ano, as instituições podem ser descredenciadas.

São Paulo tem mais reprovadas, mas é também o Estado com mais instituições de ensino superior. Em relação às universidades e centros universitários, quatro das dez instituições nessa situação são paulistas: Uniban, Unipinhal, Unicapital e Centro Universitário Estácio Radial.

A relação total do país inclui três universidades, sete centros universitários e 60 faculdades. Essas instituições tiveram pela segunda vez conceitos 1 ou 2 no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2010 -a outra nota ruim foi em 2008 ou 2009.

O IGC tem escala de 1 a 5 e leva em conta a nota dos alunos no Enade, a estrutura das instituições e a titulação dos professores.

A avaliação do MEC, divulgada na semana passada, apontou cerca de 300 instituições mal avaliadas. A pasta, no entanto, começará ações com as piores. As demais terão a supervisão anunciada no início do ano.

"O recorte que fizemos começou por aquelas que apresentaram IGC mais abaixo, disse o secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Luís Fernando Massonetto.

AVALIAÇÃO

ANTERIOR

O MEC também divulgou o resultado da supervisão realizada desde o início de 2011 em 15 instituições que tiveram desempenho insatisfatório na avaliação de 2009.

Apenas três universidades melhoraram o desempenho e saíram do processo de acompanhamento: UniABC (SP), Unig (RJ) e Uniplan (DF).

Outras 12 mantiveram notas baixas e, por isso, continuarão supervisionadas. "Pelo fato de já terem sofrido supervisão, esperava-se motivação da instituição a melhorar", disse Massonetto.

Instituições paulistas dizem estar melhores

As universidades e centros universitários disseram que a avaliação reflete um momento passado e que realizaram melhorias desde então.

Das instituições paulistas, a Uniban afirmou que foi adquirida recentemente pelo Grupo Anhanguera Educacional e que já tem um plano de melhorias em execução.

A Estácio UniRadial informou que não concorda com medidas adotadas pelo MEC e

que o resultado "não é a fotografia mais atualizada".

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo informou que a má avaliação é resultado de um boicote dos alunos ao Enade em 2008 e da falta de estrutura do prédio usado até agosto. Diz que mudou para prédio melhor.

A diretora da Faculdade Morumbi Sul, Lucinei Aparecida Brito, disse que, do ano passado para cá, cumpriu os pedidos do MEC, com renovação dos cursos, contratação de mais professores doutores e melhoria estrutural.

Carlos Eduardo Quirino, diretor-geral do grupo Oswaldo Cruz, que controla a Faiter (Faculdades Integradas Interamericanas), diz que ainda avalia os dados para falar sobre os motivos da nota, mas que pretende fazer o que for pedido pelo MEC.

Unipinhal e Unicapital não se pronunciaram até o fechamento desta edição. A reportagem não conseguiu contato com a FCCI, com a Fatef, com a Intesp e com a Fatep.

Fonte: Folha de São Paulo

[Voltar](#)

Destaques

MEC abre processo de supervisão contra 70 instituições com desempenho insatisfatório em avaliação

Notícia disponibilizada no Portal www.cmconsultoria.com.br às 09:01 hs.

23/11/2011 - Setenta instituições de ensino superior que tiveram desempenho insatisfatório na última avaliação do Ministério da Educação (MEC) irão passar por um processo de supervisão que inclui congelamento de vagas e perda da autonomia para criar novos cursos. Elas tiraram notas 1 e 2 no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2010. O indicador, divulgado na semana passada, mede a qualidade do ensino oferecido por uma instituição em uma escala que vai de 1 a 5.

Amanda Ciegliniski
Da Agência Brasil, em Brasília

As medidas foram publicadas hoje (22) no Diário Oficial da União (DOU). No grupo estão sete centros universitários e três universidades que perderam sua autonomia. Com isso, ficam impedidas de abrir novas vagas ou cursos.

A supervisão também atinge 60 faculdades que apresentaram resultado insatisfatório no IGC de 2010 e já tinham apresentado desempenho ruim nos últimos três anos. Elas terão restrições para receber novos alunos a partir de 2012 – o número de estudantes ingressantes não poderá ser superior ao total de vagas ocupadas em 2011. A lista das instituições incluídas no processo de supervisão pode ser consultada no DOU.

As medidas têm validade até a divulgação do próximo IGC, em 2012. Se no período elas conseguirem melhorar o desempenho e apresentar um resultado satisfatório na avaliação – o que significa um IGC acima de 3 – as restrições são suspensas. Caso as determinações não sejam cumpridas, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC pode abrir processo para descredenciar a instituição.

Três centros universitários que tinham perdido a autonomia pelo mau desempenho no IGC de 2009 melhoraram a nota e tiveram as medidas cautelares revogadas. O despacho que libera essas instituições para abrir novos cursos e ampliar vagas também foi publicado hoje no DOU.

Instituições sob supervisão que estejam com pedidos de recredenciamento ou criação de novos cursos em tramitação na secretaria terão os processos suspensos enquanto durar a medida cautelar.

10 . A gang do MIT

<http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.nytimes.com/2015/07/24/opinion/paul-krugman-the-mit-gang.html&prev=search>

Adeus, rapazes de Chicago. Olá, grupo MIT.

Se você não sabe o que eu estou falando, o termo "Chicago boys" foi originalmente usado para se referir a economistas latino-americanos, treinados na Universidade de Chicago, que assumiu radical ideologia do mercado livre de volta para seus países de origem. A influência desses economistas era parte de um fenômeno mais amplo: Os anos 1970 e 1980 foram uma época de ascensão para idéias econômicas laissez-faire e da escola de Chicago, que promoveu essas idéias.

Mas isso foi há muito tempo atrás. Agora uma escola diferente está em ascensão, e merecidamente.

Paul Krugman - 24 de julho de 2015- Tradução eletrônica

É realmente surpreendente quão pouca atenção da mídia tem sido dada ao domínio dos economistas MIT-formados em posições políticas e discurso político. Mas é bastante notável. [Ben Bernanke](#) tem um Ph.D. ; MIT assim como [Mario Draghi](#) , o presidente do Banco Central Europeu, e [Olivier Blanchard](#) , o economista-chefe enormemente influente do Fundo Monetário Internacional. Sr. Blanchard está se aposentando, mas seu substituto, [Maurice Obstfeld](#) , é outro cara MIT - e um outro estudante de [Stanley Fischer](#) , que ensinou no MIT por muitos anos e agora é vice-presidente do Fed.

Estes são apenas os exemplos mais proeminentes. Economistas do MIT treinados, especialmente Ph.Ds da década de 1970, desempenham um papel

desproporcional em instituições políticas e na discussão política em todo o mundo ocidental. E sim, eu sou parte da mesma turma.

Então, o que distingue a economia do MIT, e por que isso importa? Para responder a essa pergunta, você precisa voltar para a década de 1970, quando todas as pessoas que eu apenas fui nomeado para a faculdade.

Na época, a grande questão era a combinação de desemprego elevado com inflação alta. A vinda de estagflação foi uma grande vitória para Milton Friedman, que havia previsto exatamente esse resultado se o governo tentou manter o desemprego muito baixo por muito tempo; foi amplamente visto, com razão ou (principalmente) de forma errada, como prova de que os mercados acertar eo governo deve ficar fora do caminho.

Ou, dito de outra maneira, muitos economistas respondeu a estagflação por virando as costas para a economia keynesiana e seu apelo para a ação do governo para combater recessões.

No MIT, no entanto, Keynes nunca foi embora. Para ter certeza, estagflação mostrou que havia limites para o que podemos fazer política. Mas os alunos continuaram a aprender sobre as imperfeições dos mercados eo papel que a política monetária e fiscal pode desempenhar na promoção de uma economia deprimida.

E os alunos do MIT da década de 1970 alargada sobre esses insights em seu trabalho mais tarde. [Sr. Blanchard, por exemplo, mostrou](#) como pequenos desvios da racionalidade perfeita pode ter grandes consequências económicas; [Mr. Obstfeld mostrou](#) que os mercados cambiais às vezes pode experimentar auto-realizável pânico.

Esta abordagem de mente aberta, pragmática foi esmagadoramente vindicada após crise atingiu em 2008. tipos Chicago-escolar alertou incessantemente que a resposta à crise, imprimindo dinheiro e déficits levaria a 70s do tipo estagflação, com crescentes taxas de inflação e de juros. Mas tipos MIT previu, corretamente, que as taxas de inflação e de juros ficaria baixo em uma economia deprimida, e que as tentativas para reduzir os défices demasiado cedo aprofundaria a recessão.

A verdade, embora ninguém vai acreditar, é que a análise económica alguns de nós aprendemos no MIT caminho de volta quando tem trabalhado muito, muito bem durante os últimos sete anos.

Mas se o sucesso intelectual do MIT economia levou ao sucesso da política comparável? Infelizmente, a resposta é não.

É verdade que tem havido alguns sucessos monetárias importantes. O Fed, liderada pelo Sr. Bernanke, ignorou a pressão da direita e ameaças - Rick Perry, governador do Texas, foi tão longe como para [acusá-lo de traição](#) - e seguiu uma política agressiva de expansão que ajudou a limitar os danos da crise financeira . Na Europa, o ativismo do Sr. Draghi tem sido crucial para acalmar os mercados financeiros, provavelmente salvar o euro do colapso.

Em outras frentes, no entanto, um bom conselho de turma o MIT tem sido ignorado. Departamento de Pesquisa do FMI, sob a liderança do Sr. Blanchard, tem feito um trabalho autoritário sobre os efeitos da política fiscal, o que demonstra para além de qualquer dúvida razoável, que cortando gastos em uma economia deprimida é um erro terrível, e que as tentativas para reduzir níveis elevados de dívida através de austeridade são auto-destrutivo. Mas os políticos europeus reduziram os gastos e exigiu austeridade incapacitante dos devedores de qualquer maneira.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, os republicanos têm respondido ao completo fracasso da ortodoxia do livre mercado e as previsões notavelmente bem sucedidos de muito odiada keynesianos por cavar ainda mais fundo em, determinado a aprender nada com a experiência.

Em outras palavras, estar certo não é necessariamente suficiente para mudar o mundo. Mas ainda é melhor estar certo do que estar errado, e economia MIT-style, com sua abertura pragmática para provas, tem sido muito bem, de fato.

Siga A seção New York Times Parecer sobre [Facebook](#) e [Twitter](#) , e se inscrever para [boletim informativo Hoje parecer](#) .

Uma versão deste op-ed aparece na imprensa em 24 de julho de 2015, na página A29 da edição de New York

11. Temas controversos sobre universidades públicas e a igualdade

<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=3244&lang=pt-br>

2012-06-16

Como era de se esperar, nem todo mundo concordou com a [nota que circulei recentemente a propósito da greve das universidades federais](#). Creio que vale a pena explicar melhor alguns dos pontos que podem ter ficado pouco claros, ou que causaram mais controvérsia.

O primeiro ponto é que eu estaria defendendo a existência de um sistema de educação superior estratificado, com instituições separadas para ricos e pobres, quando o atual sistema seria muito mais democrático e igualitário: toda a remuneração de professores e funcionários é definida de forma isonômica pelo governo federal, todas as instituições federais têm as mesmas responsabilidades de ensino, pesquisa e extensão, e, cada vez mais, todos os estudantes passam por um mesmo sistema unificado de seleção através do ENEM.

O que venho argumentando (e não é de hoje) é que o atual sistema, ao proclamar a igualdade formal de todas as instituições, professores e alunos, na verdade cria e mantém fortes desigualdades, e que um sistema que reconhecesse as diferenças seria muito menos discriminatório e permitira um uso muito mais adequado dos recursos públicos. As desigualdades que existem hoje ocorrem dentro das instituições, aonde convivem cursos altamente seletivos com exigências acadêmicas altas e acesso dependente de exames de seleção difíceis, e cursos de fácil acesso e exigências acadêmicas mínimas; e entre instituições, cursos e departamentos que têm forte cultura profissional e acadêmica e desenvolvem programas de ensino e de pesquisa de qualidade e outras que mal o fazem, embora recebendo recursos e salários semelhantes.

Existem também grandes diferenças entre os professores que, apesar de contratos de trabalho e titulação formalmente idênticas, têm produção técnica e científica de qualidade e quantidade muito distintas, e se desempenham de maneiras muito diferentes na sala de aula.

A estas diferenças entre instituições, cursos, departamentos e professores se soma a grande desigualdade que existe entre os alunos. Nos últimos anos, na medida em que o sistema de educação superior se ampliou e chegou a regiões mais afastadas, ele passou a receber alunos que não tiveram educação básica e média com um mínimo de qualidade, e não têm como acompanhar os cursos mais exigentes. Ele passou também a incorporar cada vez mais estudantes mais velhos que precisam trabalhar e não podem se dedicar aos estudos como atividade principal. Tratar a todos os estudantes como se fossem iguais leva, na prática, ou a reprovar e acabar expulsando dos cursos a maioria dos alunos que não conseguem acompanhar os programas, ou baixar as exigências, nivelando por baixo. Tratar a todos os cursos e programas como se fossem iguais leva, na prática, a um faz-de-conta em que muitos professores e programas de ensino recebem recursos para pesquisas e dedicação exclusiva que não exercem, enquanto que outros não conseguem os recursos e o apoio financeiro de que necessitam. A solução para isto não é dar mais dinheiro a todos na esperança de que um dia se igualem, porque isto só perpetua as diferenças. A solução é, do ponto de vista dos alunos, criar alternativas educacionais que tomem em conta as diferenças reais existentes entre os estudantes (com alternativas de cursos de formação tecnológica, geral e profissional, por exemplo), e criar formatos institucionais que tomem em conta a efetiva capacidade de trabalho e vocação de diferentes instituições (muitas podem se concentrar no ensino, outras em pesquisa e pós-graduação, etc.) .

O risco que existe quando se diferenciam formalmente estudantes e instituições é que isto poderia perpetuar e congelar as diferenças e as oportunidades. De fato este risco existe, e precisa ser enfrentado criando flexibilidade para que as pessoas possam ir de um sistema a outro, e as instituições possam se transformar na medida em que consigam desenvolver novas competências e vocações. Nada disto é simples, mas existem muitas experiências internacionais e uma grande literatura que trata das questões de diferenciação e da doença do viés acadêmico que tende a afetar as instituições de ensino sobretudo a partir do ensino médio e que, no caso do Brasil, já

infectou o pouco que temos de ensino técnico profissional ([escrevi um artigo específico sobre isto que está disponível aqui](#)).

O outro mito que precisa ser enfrentado é o do que a educação estatal é sempre boa, e a educação privada, sobretudo de fins lucrativos, é sempre ruim. Basta olhar as estatísticas para ver que foi o setor privado que permitiu que o ensino superior brasileiro se expandisse nos últimos anos, dando inclusive mais acesso a estudantes mais pobres, oriundos de escolas públicas e não brancos. A experiência latino-americana, da qual infelizmente estamos nos aproximando (daí a [referencia de Daniel Levy a meu "triste texto"](#)) é que as instituições públicas, quando se inflam por políticas populistas e se paralisam internamente pelo corporativismo, acabam funcionando tão mal que expulsam os melhores alunos, e os que podem pagar, para instituições privadas de qualidade (um exemplo famoso é a Universidade Técnica de Monterrey, no México, e existem muitos outros).

A outra questão é a da diferença entre universidades privadas com e sem fins lucrativos. A ideia de que a educação, como atividade cultural e de conteúdo ético, não pode estar associada a lucro é tão obsoleta quanto a ideia de que os médicos, que cuidam da vida e da saúde das pessoas, não deveriam cobrar pelos seus serviços. O Brasil, diferentemente de outros países como Chile e Colômbia, já não mantém mais o mito de que todas as instituições particulares são filantrópicas, quando de fato a grande maioria delas não o são, e o governo Lula, com o Prouni, reconheceu que o setor privado empresarial tinha uma contribuição social a dar. Existem certamente problemas potenciais em empresas de ensino (ou de saúde, ou de qualquer serviço público) que colocam o lucro no fim do mês como sua prioridade absoluta, negligenciando os interesses do público a que atendem, assim como a participação de seus profissionais na condução de seus trabalhos. Estes problemas podem ser reduzidos em parte pela regulamentação e supervisão governamental, e em parte pela própria lógica da competição no mercado. Mas existem problemas igualmente sérios em instituições estatais que paralisam as aulas em greves intermináveis, não têm mecanismos efetivos para afastar professores que lecionam mal e não se atualizam nem se esforçam para atender de forma adequada os alunos diferenciados que recebem.

Um último ponto é o da autonomia universitária, da qual se fala tanto, quase sempre sem sabermos exatamente de que estamos falando. Existem dois princípios importantes aqui, que precisam ser combinados de forma adequada. O primeiro é que instituições de ensino e pesquisa não podem funcionar bem sem o envolvimento e participação de seus professores, em primeiro lugar, e também de alunos e funcionários. O segundo é que estas instituições, sobretudo as públicas ou que recebem subsídios governamentais, não existem para atender aos interesses de seus membros, mas da sociedade como um todo, e por isto precisam responder a uma supervisão e acompanhamento externos. Uma maneira de resolver esta questão, adotada pela maioria dos países ocidentais desenvolvidos, é fazer com que as universidades respondam a um conselho superior externo, com autoridade para eleger o reitor, que trabalha por sua vez com a participação de conselhos e órgãos acadêmicos internos, mas sem se subordinar a eles.

No Brasil, a ideia de que os reitores sejam nomeados pelo governo federal ou estadual a partir de uma lista indicada pelas universidades é uma tentativa de combinar os dois princípios, fazendo com que o reitor seja ao mesmo tempo um representante da instituição e da sociedade mais ampla, cujos interesses o governo deve representar. A responsabilidade do Ministério da Educação e dos governos estaduais, no caso do Brasil, não deveria se limitar a atender às demandas de recursos e salários das universidades e seus funcionários, mas também de exercer um papel ativo de supervisão e acompanhamento, associando recursos a resultados. Nesta perspectiva, a autonomia universitária deve ser entendida sobretudo como a capacidade da instituição de assumir a responsabilidade pelo seu trabalho, respondendo de maneira efetiva às demandas e expectativas da sociedade, não de maneira abstrata, mas conforme resultados e metas estabelecidos pelos seus órgãos de supervisão e acompanhamento externo.

Quando estes dois princípios não são combinados de forma efetiva, as instituições podem sofrer, seja com intervenções externas que destroem sua moral e sua vitalidade, seja pelo isolamento e incapacidade de responder às necessidades da sociedade, que faz com que elas percam a confiança e, ao final, o apoio da político e financeiro, entrando em decadência.

 [Share on Facebook](#)

12.O Ataque às Fundações Universitárias

S.S. - <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?cat=11&lang=pt-br>

Fiquei chocado com o ataque generalizado às fundações universitárias feito por uma matéria conjunta dos principais jornais do país, entre os quais **O Estado de São Paulo** e **O Globo**. Entrevistado sobre isto por um repórter do Estado de São Paulo, lembrei que as fundações são um caminho encontrado pelas universidades para sair da camisa de força do serviço público que as mantêm congeladas e isoladas da sociedade, e que o correto seria transformar todas as universidades em fundações regidas pelo direito privado, e não acabar com a pouca flexibilidade que as fundações trazem. Também observei que as eventuais situações de abuso e falta de transparência poderiam ser facilmente controladas por uma supervisão e regras claras de transparência, mas é absurdo pensar que flexibilidade e corrupção são a mesma coisa, e que não há salvação fora da burocracia do serviço público, quando é exatamente o contrário.

O assunto, infelizmente, é antigo. Em 1988 houve também um ataque generalizado às fundações, e um decreto governamental que determinou sua extinção, mas prevaleceu o bom senso e foi cancelado. Reproduzo abaixo o artigo que escrevi a respeito, publicado no Jornal do Brasil em 1988.

As Fundações Universitárias (Jornal do Brasil, 9 de maio de 1988)

Ainda não se sabe se o governo federal vai realmente modificar o artigo 40 do decreto 95.904, do dia 7 passado, em que se davam 30 dias para que as universidades federais extinguissem cerca de 40 fundações por elas criadas como forma de sair da camisa de força que lhes dá sua condição de autarquia pública. Estas fundações são, tipicamente, entidades não lucrativas de direito privado, estabelecidas e controladas por universidades e escolas superiores, através das quais convênios de pesquisa são assinados, serviços de extensão e assistência técnica remunerados são feitos, e hospitais universitários são administrados. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras solicitou ao Ministro da Educação que intercedesse junto à Presidência para pelo menos prorrogar o prazo para 180 dias, para dar tempo a um exame mais aprofundado do problema, evitando, inclusive, a demissão de quase 7 mil profissionais da área de saúde, sem falar da inviabilização de um sem número de projetos de pesquisa hoje financiados pela FINEP, CNPq e outras instituições. Esta determinação veio no bojo da extinção da URP para servidores federais, e passou quase despercebida, não provocando, nem de longe, reação semelhante à que existe quanto à proibição temporária de contratação de novos professores pelas universidades federais, apesar de ser possivelmente muito mais grave.

A justificativa formal para a determinação é que estas fundações são ilegais, por terem sido estabelecidas por meros atos administrativos, e há um parecer do Tribunal de Contas da União sugerindo seja sua extinção, seja sua melhor regulamentação. Esta regulamentação é, efetivamente, necessária, já que fundações deste tipo podem ser, se mal utilizadas, uma porta aberta para o desvirtuamento das funções universitárias, e a apropriação, para uso privado, de bens públicos. Assim, em um exemplo fictício, os professores de uma faculdade de arquitetura poderiam, através de uma fundação deste tipo, vender serviços feitos durante suas horas de trabalho em regime de dedicação exclusiva, utilizando-se de equipamentos e materiais fornecidos pelo governo, e receber por isto muito mais do que colegas que não participam das fundações. Não só haveria, no caso, uma utilização indébita de recursos públicos para fins privados, como uma concorrência desleal da universidade com os escritórios privados de arquitetura, além de gerar o desinteresse dos professores pelas atividades regulares de ensino e de pesquisa para os quais, afinal, o governo lhes paga. A maneira de evitar que estes abusos ocorram é colocar as fundações sob supervisão acadêmica, administrativa e financeira direta dos departamentos, institutos ou universidades a que estejam vinculadas, estabelecendo regras para que seus trabalhos tenham um sentido acadêmico claro, para que o tempo dedicado e as remunerações adicionais dos professores obedeçam a normas definidas, e que haja uma efetiva transferência de recursos das fundações para o interior das universidades. Estas regras não podem ser gerais, mas devem ser estabelecidas pelas universidades em cada caso.

Existe um outro tipo de oposição às fundações, no entanto, que não se mostra de corpo inteiro, mas que talvez explique melhor a truculência do decreto presidencial (que não tem agido com igual determinação ante outros casos de uso privado de funções públicas) assim como a pouca grita que a medida está causando no próprio ambiente universitário, onde poucas vezes se uniram, até agora, ao protesto dos reitores.

Esta oposição surda às fundações vem do fato de que, na prática, muitas delas têm conseguido romper o monolitismo e o controle burocrático da vida das universidades federais, criando um espaço de liberdade, diferenciação e “insubordinação” que a burocracia não tolera, e que os setores menos competentes das universidades olham com inveja e desconfiança. Elas também são vistas, por muitos, como uma forma embrionária de privatização das universidades, já que são portas através das quais recursos não orçamentários podem ser obtidos, inclusive para a complementação de salários. Através de uma Fundação, por exemplo, um instituto de engenharia de alto nível pode estabelecer relações de cooperação com a indústria local, transferir de forma efetiva a tecnologia gerada por suas pesquisas, e dar formação atualizada a seus alunos; através de uma fundação pesquisadores competentes podem obter um financiamento para um grande projeto, que traga novos equipamentos, contrate assistentes técnicos e administrativos, proporcione estágios a estudantes, e assim por diante. As fundações dão lugar ao surgimento, nas universidades, de líderes empreendedores que localizam talentos, identificam fontes de financiamento, formulam projetos e fazem crescer seus institutos e departamentos. As complementações salariais feitas pelas fundações permitem às universidades reter as pessoas mais qualificadas e que atuam nas profissões mais bem pagas (médicos, administradores, economistas, engenheiros), que de outra forma terminariam por abandoná-las pelo setor privado.

Aumentar os vínculos das universidades com o mundo que as rodeia, torná-las sensíveis às demandas da sociedade, dar liberdade e iniciativa a seus professores e pesquisadores, não são tarefas fáceis, e geram inevitáveis ambigüidades, distorções e conflitos de interesse que precisam ser examinados e resolvidos caso a caso a partir dos valores maiores do desenvolvimento do conhecimento e da capacitação científica e tecnológica do país. Acabar com as fundações por um fiat administrativo pode, sem dúvida, eliminar muitos abusos. Mas este ato vai, principalmente, acabar com o “abuso” dos setores mais dinâmicos da universidade federal brasileira de tentar se diferenciar e fazer valer sua competência e sua capacidade de iniciativa. O fim das fundações será mais uma vitória dos que trabalham, sem pensar muito no que fazem, pelo achatamento monolítico e centralizado das universidades federais, e mais um passo em seu plano inclinado de decadência.

13. Trancada pelo tranção - Aliás - Estadão

A USP virou refém de sindicatos e da falta de transparência e quem diverge é desqualificado. Passou da hora de sairmos desse torpor, afirmam professores

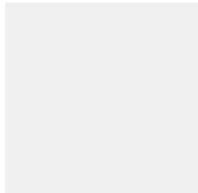
ALIAS.ESTADAO.COM.BR

14 . A universidade brasileira e os desafios do século XXI

*Aloísio Teixeira** - Publicado em 01.03.2009

Plataforma Política e Social de 24 de julho de 2014, de autoria do ex-reitor da UFRJ e saudoso amigo Aloísio Teixeira

Exclusão e desigualdade social ainda persistem como ranço no elitista e oligárquico sistema universitário brasileiro. Entretanto, caso seja reformada, a universidade pode cumprir sua função original de fomentar conhecimento, atuando, assim, na formação de quadros dirigentes para o país



“A minha casa pobre é rica em quimera”. Carlos Drummond de Andrade

A universidade pública brasileira – em particular as federais – vive hoje o mais rico processo de discussão da história. É isso que permite vislumbrar a oportunidade para a construção das bases de um verdadeiro sistema nacional de educação superior, adequado e integrado a um novo projeto nacional para o Brasil.

Transformações na universidade em plano mundial: um resumo

A universidade é uma Instituição milenar, datando suas origens do Século XII, com as experiências pioneiras de Bolonha e Paris. Foi, no entanto, no Século XIX, com as transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial na Inglaterra e da generalização do modo de produção fabril, que a Universidade tomou a forma que hoje conhecemos. Suas finalidades passaram a ser:

- A produção, o armazenamento e a difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- a formação das elites dirigentes selecionando, por via meritocrática, os quadros para direção do Estado e das empresas.

Justamente tais funções estão postas em tela de juízo, à medida que cresce a percepção de que escaparam às mãos da Universidade.

A produção de conhecimento científico e tecnológico, no ciclo expansivo do capitalismo mundial ocorrido desde o fim da Segunda Guerra Mundial, assumiu características inteiramente diversas das que assumira anteriormente. O processo de internacionalização do capital levou as grandes corporações multinacionais a introduzirem, em suas estruturas empresariais, grandes centros de pesquisa e desenvolvimento, tornando a tecnologia um diferencial de competitividade na luta pela conquista de mercados.

Essa mudança acarretou profundos impactos, pois o conhecimento gerado nas empresas é um segredo industrial – enquanto o conhecimento gerado na Universidade é essencialmente público. Em consequência, as trajetórias de desenvolvimento da pesquisa de ponta vivem sob ameaça de exclusão da

Universidade, ou pelo menos de “despublicização” (1).

Igualmente, o papel relacionado à formação da elite dirigente também é questionado, à medida que vai-se universalizando o ensino superior. Em países desenvolvidos, na América, na Europa e na Ásia, o percentual de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, que cursam instituições de educação superior, já ultrapassou a casa dos 60%. Tornando-se um direito universal, a que todos podem ter acesso, a Universidade já não forma elites, processo esse que encontrará outros percursos, nem sempre baseados nos princípios do mérito.

I A especificidade do caso brasileiro

Do ponto de vista econômico, o Brasil experimentou, nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado, um vigoroso processo de crescimento, com a industrialização e a urbanização do país, passando a um novo padrão de acumulação, especificamente capitalista. Esse crescimento acelerado, por certo, não só não resolveu inúmeros problemas, como criou outros tantos, gerando assimetrias e desigualdades, muitas das quais permanecem até hoje.

O que nos interessa destacar, no entanto, é que o Brasil deu essa arrancada para a constituição do modo de produção especificamente capitalista no momento em que se afirmava o movimento expansivo da economia mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. O Brasil esteve situado na fronteira desse processo, e a internacionalização de seu mercado interno foi o traço mais marcante e o principal motor de sua expansão. Suas consequências mais importantes foram a presença e a liderança exercida pelas empresas internacionais nos setores mais dinâmicos e uma divisão de esferas entre as empresas nacionais e o Estado, em que predominou a sua lógica e a sua dinâmica. O longo ciclo de industrialização que se estendeu de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970 foi comandado pela estratégia de crescimento, padrão de produção e acumulação de capital das grandes empresas internacionais, dos setores dinâmicos da indústria de bens duráveis de consumo, particularmente a automobilística e a eletro-eletrônica.

Uma das características desse processo é que ele não propicia uma capacidade endógena de geração de tecnologia, uma vez que, nos setores líderes, dominam as empresas multinacionais, cujas atividades de P & D realizam-se em seus países de origem. Enquanto nos setores convencionais, onde as empresas de capital nacional tinham maior peso relativo, as tecnologias utilizadas eram de uso difundido, incorporadas nos bens de capital importados. Dessa forma, o intenso processo de industrialização por via da internacionalização não gerou estímulos à articulação orgânica entre a universidade e o sistema produtivo (2).

Esta observação permite concluir que, ao contrário do que ocorre em países de capitalismo central, a função que a universidade brasileira vem historicamente desempenhando, relativa a produção, armazenamento e difusão do conhecimento científico e tecnológico, ainda pode e deve ser desempenhada no Brasil. Mais que isso, poderíamos dizer que pensar em um projeto nacional

para o país supõe atribuir à universidade brasileira um papel central nas atividades de P & D.

Quanto à formação das elites dirigentes, há que se registrar que o Brasil ainda está muito distante da universalização do ensino superior. Apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior (3). Assim, se é verdade que a universidade brasileira continua a ser, em última instância, um monopólio social, atuando como mecanismo de reprodução dos padrões de exclusão característicos do país, também é verdade que pode, caso seja reformada, atuar como importante elemento na formação de quadros dirigentes para o país.

Estes dois aspectos – o modelo de industrialização internacionalizado, que não gerou impulsos modernizantes para a universidade brasileira e o padrão excludente dessa instituição – não se apresentam desligados um do outro. Ao contrário, a opção pelo modelo de desenvolvimento adotado veio reforçar uma tendência histórica do país no que se relaciona ao ensino superior.

II A universidade brasileira: uma visão histórica

Passados quase 200 anos da criação das primeiras instituições de ensino superior no país e cerca de 90 anos das primeiras instituições universitárias ainda não temos no Brasil verdadeiras universidades. Esse diagnóstico não é novo: foi formulado pelos educadores brasileiros na década de 30 do século passado e renovado nos anos 1960; ele deu origem a duas experiências frustradas de criação de verdadeiras universidades:

- A UDF, em 1935, liderada por Anísio Teixeira;
- A UnB, em 1960, liderada por Darcy Ribeiro e, mais uma vez, por Anísio Teixeira.

Ambas foram frustradas pela incompatibilidade entre os regimes ditatoriais vigentes e o necessário clima de liberdade e autonomia que deve presidir a existência de uma universidade. Por que isso ocorreu? Por que podemos afirmar que não existem verdadeiras universidades em nosso país?

Na verdade, o conjunto de características que configuram as instituições de ensino superior decorre de um processo genético-estrutural que está ligado ao processo de formação da economia capitalista no Brasil. O Brasil é a meca da desigualdade e os traços constitutivos de heterogeneidade estrutural nos fornecem o quadro geral para o entendimento de nosso sistema de educação superior.

Um pouco de história pode ilustrar o argumento: ao contrário do que ocorreu na América espanhola – onde foram criadas universidades desde o século XVI – a política portuguesa obrigava as elites da colônia a se submeterem ao monopólio da educação superior exercido por Coimbra, visando a consolidar-lhes a condição de súditos da coroa. Somente com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, é que foram criadas as primeiras instituições de ensino superior. Mas tratava-se de instituições de cunho estritamente

profissionalizante: escolas de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro (ambas em 1808) e de Engenharia no Rio de Janeiro (1810). E voltadas apenas para os interesses da elite e não para a resolução dos dramáticos problemas de um país de dimensões continentais.

Com a Independência do país em relação a Portugal (1822) novas escolas foram criadas, mas sempre voltadas para a formação profissional, sem uma perspectiva verdadeiramente universitária. Tanto que, por ocasião da proclamação da República (1889), havia no Brasil apenas seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade: as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife; as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto.

Somente nos anos 1920 esse quadro começou a ser modificado, a partir dos intensos movimentos de renovação social, política e cultural, que iriam culminar na Revolução de 1930. Fazem testemunho deste processo, as greves operárias, o movimento tenentista, a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista (1922), a criação da Academia Brasileira de Ciências (1922) e da Associação Brasileira de Educação (1924), entre outros. É nesse contexto que surge, ainda que tardia, a primeira universidade brasileira. Em 7 de setembro de 1920, por ocasião do 98º aniversário da Independência, um decreto presidencial deu origem à Universidade do Rio de Janeiro (4).

Posteriormente, foram criadas também a Universidade de Minas Gerais (1927) e a Universidade de São Paulo (1934).

O ato de criação de uma Universidade não correspondia, no entanto, a um projeto verdadeiramente universitário. Ao contrário, tratava-se quase de um simples ato burocrático de justaposição de instituições de ensino superiores (de formação profissional) previamente existentes. No caso da Universidade do Rio de Janeiro, sua criação se deu pela reunião da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito. Posteriormente, novas unidades foram-lhe agregadas, consolidando-se um “pacto federativo”, que garantia a autonomia das partes e impedia a formação de um verdadeiro tecido universitário.

A Universidade brasileira surgiu assim com o traço constitutivo e indelével da fragmentação e da formação profissionalizante, o que viria a moldar sua estrutura e levar à formação de uma cultura que marcaria sua trajetória posterior, constituindo-se até hoje em obstáculo ao seu pleno desenvolvimento.

III A universidade brasileira e o regime militar

As limitações da estrutura universitária brasileira estavam em claro desacordo com a realidade de um país que acelerava o seu desenvolvimento industrial, e isso não escapou à percepção dos militares. Não cabe uma avaliação rigorosa e extensa da política educacional do regime militar, até porque não se constituiu em um todo homogêneo, quer do ponto de vista de sua concepção,

quer de sua evolução temporal. Mas alguns aspectos marcantes das políticas da ditadura para o ensino superior brasileiro podem ser destacados:

- Em primeiro lugar a repressão, que se abateu sobre professores – muitos deles impedidos de lecionar no país –, sobre estudantes – muitos deles impedidos de estudar, perseguidos, presos e assassinados –, e sobre as instituições – com o Decreto nº 477 e a intervenção na única experiência universitária verdadeiramente inovadora que foi a Universidade Nacional de Brasília.

- Em segundo, a “reforma universitária”, de cunho modernizante e autoritário, que permitiu a expansão da rede de universidades federais, com a criação de pelo menos uma universidade federal por estado, e a adoção de várias normas que podem ser consideradas atualizadoras: introdução da estrutura departamental e do sistema de créditos, fim da cátedra vitalícia, docência em tempo integral e indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

- Em terceiro, o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. O modelo adotado, no entanto, foi o da justaposição de institutos de pós-graduação e pesquisa novos à velha estrutura da universidade, na esperança de que as novas instituições inoculassem a modernidade de fora para dentro. Para isso, teve que fazer concessões à comunidade científica organizada em instituições externas à universidade.

A implantação em nível nacional, em curtíssimo período de tempo, do sistema de pós-graduação e pesquisa nas universidades brasileiras só foi possível graças a essa espécie de entente cordiale entre o governo militar e a comunidade científica (5). Para ser mais explícito, a fantástica expansão do sistema de pós-graduação e pesquisa na universidade brasileira, a partir do final dos anos 1960, foi induzida pelo governo militar através de suas agências de fomento, por meio de ações planejadas e executadas com a participação da comunidade científica.

Seria injusto não destacar o efeito modernizante produzido por estas ações sobre o sistema universitário. No entanto, forjadas no ambiente do autoritarismo, constituíram-se com fortes traços de centralização e inteiramente à margem da institucionalidade existente.

- O quarto e último aspecto da política da ditadura para o ensino superior é, em certa medida, uma contrapartida do anterior. A pressão social pela expansão do sistema universitário brasileiro, que já vinha desde a década anterior, não cessara depois do golpe militar de 1964. Ao contrário, até se intensificara, assumindo a luta por “vagas e verbas” um conteúdo nitidamente político, ampliado pela maré montante da revolução mundial dos estudantes, de 1968. A solução encontrada foi uma espécie de “divisão do trabalho”, em que à universidade pública era permitida sua qualificação, mas não sua expansão, garantindo com isso a possibilidade de implementação da política para a pós-graduação e a pesquisa; o outro lado da moeda foi a redução dos níveis de exigência do Conselho Federal de Educação para a abertura de novas instituições privadas de ensino superior, que começam a se expandir desde então, para atender à crescente demanda social.

A consequência para o ensino superior, da aplicação desse conjunto de políticas, foi contraditória. Certamente agravaram-se tanto a heterogeneidade do sistema quanto a fragmentação no interior de cada instituição, além de se criarem filtros que dificultavam a democratização do acesso à universidade: os alunos da rede pública de ensino médio, quando conseguem completar este ciclo, não dispõem de condições para superar os obstáculos do vestibular nas universidades públicas. Eles desistem de ingressar no terceiro grau ou optam por universidades particulares, de reduzida qualidade. Por outro lado, os estudantes de maior renda, frequentadores de bons colégios da rede privada, têm maior acesso ao ensino de qualidade das universidades públicas.

A aplicação dessas políticas, apesar de seu caráter contraditório e em vários aspectos regressivo, permitiu alguns avanços para as grandes universidades públicas, à medida que se modernizaram e adquiriram significativo grau de excelência no ensino de graduação e de pós-graduação e na pesquisa. Mas significou também a consolidação de suas características regressivas constitutivas: fragmentação, patrimonialismo, elitismo e autorreferência, dispersão administrativa e geográfica – agravadas a partir da crise dos anos 80 do século passado por se reproduzirem em um quadro de grande heterogeneidade quanto a recursos e condições de trabalho entre suas diversas unidades constitutivas.

IV A universidade brasileira e o restabelecimento da democracia

A redemocratização do país, a partir do início dos anos 1980, não modificou substancialmente esse quadro. Mesmo a introdução, na Constituição de 1988, do almejado princípio da autonomia universitária, não significou a aplicação prática do conceito, pelo menos no que diz respeito ao conjunto de instituições federais de ensino superior. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) não incorporou todas as demandas de mudança a que aspiravam os setores mais progressistas da Universidade.

Até mesmo a questão do financiamento à pesquisa, base de nosso sistema de pós-graduação, não sofreu alterações de monta. A restauração da democracia no país não ensejou a criação de mecanismos mais participativos e transparentes, adequados a uma universidade que cresceu, melhorou sua qualidade e aspira à plena realização do princípio da autonomia. Ao contrário, tais mecanismos têm revelado poderosa resistência à sua superação, acabando por impor uma verdadeira tutela sobre a Universidade, por corpos que lhe são estranhos e que não têm delegação social para isso.

Esse quadro agravou-se durante os anos 1990, quando se assistiu a um acelerado processo de crescimento do segmento privado. As matrículas nas instituições particulares, que eram da ordem de 40% em 1960, atingiram em 2001 percentual superior a 70% (6). Empreendeu-se, de fato, naquela década, um virtual processo de destruição das universidades públicas federais. O conjunto de políticas adotadas, que afetaram o cerne da questão do financiamento, veio muitas vezes disfarçado pelo falso argumento da oposição entre ensino fundamental e ensino superior, e pela necessidade de se atender prioritariamente ao primeiro, justificando assim novos cortes de recursos para a

universidade.

V A universidade brasileira: uma nova agenda de debates

Alguma coisa mudou nesses últimos anos e antes de mais nada no governo federal. Entre elas, vale destacar:

- O estabelecimento de um clima de diálogo, imprescindível para que se possa pensar o futuro da instituição universitária no Brasil;
- a recuperação dos orçamentos que, ainda que insuficiente, permitiu às universidades federais recuperar os patamares de mais de uma década atrás;
- o protagonismo reassumido pelo sistema público federal de educação superior;
- e o incentivo à expansão e à reestruturação da educação superior pública federal, com a alocação de recursos específicos, principalmente na rubrica de investimentos.

Essas mudanças exigem da universidade pública um esforço para discutir os problemas já diagnosticados no passado por nossos grandes educadores, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, bem como para refazer a agenda das reformas e atualizar as políticas para a recuperação do tempo perdido. Isso passa por:

- Autonomia;
- financiamento;
- reorganização sistêmica;
- renovação das estruturas administrativas e acadêmicas.

Muitos pontos poderiam ser tocados, desde a necessária integração entre as atividades de pesquisa e extensão, à indispensável aplicação do método científico à busca de soluções para os problemas concretos do país, passando pela ampliação de seus métodos de gestão, que deverão ter um caráter cada vez mais democrático, participativo e transparente. Certamente, entre esses pontos, coloca-se o reconhecimento, por parte da universidade, de que suas atividades extramuros devem perder qualquer traço de assistencialismo ou limitar-se à mera busca de fontes não-públicas de recursos financeiros; elas devem, ao contrário, ser organizadas de modo sistemático, como um serviço público que a Universidade presta à sociedade que a mantém, envolvendo tanto professores como estudantes. Tais serviços adquirem importância excepcional no momento presente, particularmente nos campos da educação e da saúde, onde a universidade deve envolver-se em atividades que vão da elaboração de programas e projetos ao planejamento e execução de ações concretas com vistas à prevenção e ao combate de doenças e à erradicação do analfabetismo e ao desenvolvimento de programas educacionais em ampla escala.

Um dos problemas mais graves diz respeito ao acesso à educação superior. Vale destacar alguns pontos dessa subagenda:

- Democratização do acesso, com expansão do número de vagas e abertura de cursos noturnos, permitindo a um número cada vez maior de jovens ingressar

nas universidades públicas e receber um ensino superior de qualidade.

- Adoção de novas técnicas de ensino que permitam dar um caráter verdadeiramente massivo ao ensino superior.

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de ingresso na universidade, com vistas à eliminação do vestibular que hoje se constitui como verdadeira barreira à entrada na universidade pública de estudantes provenientes das classes de menor renda.

- Melhoria permanente da qualidade de ensino, especialmente ao nível de graduação, para reduzir a frustração dos estudantes com os cursos que recebem e que são uma das causas principais do elevado índice de evasão das universidades públicas.

- Ampliação do número de bolsas e de seu valor, principalmente para estudantes de graduação, sob variadas formas (estudo, pesquisa, monitoria etc.), de modo a ampliar as possibilidades de permanência, particularmente aos mais carentes, na universidade.

- Desenvolvimento de políticas ativas de assistência estudantil, com alocação de recursos específicos para construção e custeio de restaurantes e alojamentos universitários.

- Atualização e expansão dos acervos de bibliotecas e adoção de sistemas informatizados que percas e adoção de sistemas informatizados que permitam acesso on-line dos usuários, estudantes e professores, aos textos de que necessitam.

- Eliminação de mecanismos arcaicos de avaliação dos estudantes que constroem barreiras artificiais ao seu progresso na vida acadêmica.

- Ampliação do ensino de pós-graduação stricto sensu, retirando-lhe o verniz elitista que contraria os interesses reais da sociedade.

Há, no entanto, problemas que vão além do que poderia visualizar a genialidade de nossos grandes educadores do passado, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Nenhum deles estava posto diante das exigências da integração dos conhecimentos e do processo de universalização da educação superior, tal como se coloca hoje no mundo.

E aqui as perguntas devem ser formuladas de modo claro e direto: estarão nossas instituições de educação superior orgânica e estruturalmente preparadas para viver esses processos? Podem instituições concebidas e organizadas para a formação profissional de pequenas elites dar conta das exigências do momento presente? Podem nossas estruturas de organização acadêmica dar conta de interligar os conhecimentos e preparar os jovens para uma visão integrada da ciência e da cultura?

A resposta só pode ser uma: não. Instituições concebidas como federações de

unidades autônomas de formação profissional e baseadas na formação celular da estrutura departamental, se já eram obsoletas há tempos, hoje são um obstáculo intransponível ao desenvolvimento de um verdadeiro projeto nacional e a condenação ao atraso de nosso sistema de educação superior e de desenvolvimento científico e tecnológico.

A busca de um novo modelo está em curso. E o caminho para encontrá-lo é o debate, desde que garantidos os seguintes princípios fundadores:

- Manutenção do caráter público das atividades universitárias;
- preservação e ampliação das grandes conquistas da instituição universitária como autonomia e forma democrática de governo, com participação de todos os seus segmentos em seus órgãos deliberativos;
- fidelidade aos padrões internacionais de produção, cultivo e difusão do saber;
- compromisso ativo com a busca de soluções para os problemas sociais e do desenvolvimento global e autônomo da sociedade nacional; e
- liberdade de manifestação e de pensamento para todos os membros da comunidade acadêmica.

Uma universidade assim estruturada, indispensável para a construção de um projeto nacional, pode parecer uma utopia para quem se defronta com a atual realidade brasileira. Mas ela está a um passo de nós. Basta querê-la. Pois, nas palavras de Eduardo Galeano: “Ela está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dois passos. Por mais que eu caminhe jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para fazer caminhar”.

Aloísio Teixeira é Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor titular do Instituto de Economia da UFRJ.

Notas

(1) Lembrar, a respeito, que um dos projetos mais importantes da atualidade – o Projeto Genoma – vem sendo desenvolvido, nos Estados Unidos, por uma empresa privada.

(2) A única exceção fica por conta das empresas públicas. Nesse caso houve, em muitos momentos, articulação com a Universidade para o desenvolvimento de inovações de processo e produto. Ocorre que, nestas últimas duas décadas, o segmento de empresas públicas foi bastante afetado pelas políticas de desnacionalização e privatização.

(3) Do total de jovens matriculados em instituições de ensino superior, pouco mais de 20% cursam universidades públicas, que são as que, como norma geral, preenchem os requisitos mínimos para o desenvolvimento do ensino de qualidade e da pesquisa.

(4) A Universidade do Rio de Janeiro funcionou com esse nome até 1937, quando a Lei nº 452 a reorganizou e mudou sua denominação para Universidade do Brasil. Em 1965, por ocasião da reforma implantada pelo regime militar, foi-lhe conferida a atual denominação de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

(5) Ver, a respeito, Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira e Virgílio Alvarez Aragon (org.), op. cit., p. 230 e seg. Ver também Pablo Gentili (org.): Universidades na Penumbra – Neoliberalismo e reestruturação universitária, SP: Cortez, 2001, p. 36 e 37.

(6) A idolatria ao superávit fiscal primário, ícone diante do qual se ajoelham todas as equipes econômicas do país, desde o início dos anos 1990, e a capitulação às políticas recomendadas pelo Banco Mundial, levaram a essa situação em que o investimento no ensino superior é visto como um gasto, que deve ser regido por princípios de “eficiência” e “produtividade”. Ver Héglio Trindade (2001): 17 e seg.

EDIÇÃO 100, MAR/ABR, 2009, PÁGINAS 94, 95, 96, 97, 98, 99

15. **Fundações são parte da solução, não do problema**

<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=5215&lang=pt-br>

Simon S -.2015-04-15

O Jornal O Globo publica hoje, 15 de abril, uma matéria de Raphael Kapa com uma entrevista feita comigo sobre o tema das fundações universitárias. [A matéria completa pode ser vista clicando aqui.](#)



Computador de 30 anos atrás, quando a discussão sobre as fundações universitárias estava no mesmo lugar do que hoje

Fundações são parte da solução, não do problema

Na opinião do sociólogo Simon Schwartzman, especialista em ensino superior, o caminho para fazer com que as universidades usem melhor os recursos que recebem é dar mais autonomia para que utilizem este dinheiro, seja público ou privado, mas cobrando delas metas claras e transparência na prestação de contas.

— O problema é que o regime de serviço público não permite isso, e os setores mais dinâmicos das universidades, como os institutos de pesquisa e tecnologia, necessitam poder administrar seus recursos de forma mais flexível — afirma Schwartzman. Segundo ele, é nesse contexto em que surgem as fundações. — Elas são parte da solução, não do problema. O problema está na burocracia e na inércia deste atual modelo de serviço público.

Desde domingo, os jornais O GLOBO, “Zero Hora”, “Diário Catarinense”, “Gazeta do Povo” e “O Estado de S. Paulo” vêm relatando casos de irregularidades em contratos com fundações universitárias e empresas privadas, em muitos casos beneficiando indevidamente professores que deveriam trabalhar em regime de dedicação exclusiva.

Para o sociólogo, o uso das fundações pode gerar uma flexibilização que coíbe a corrupção:

—Os financiamentos obtidos das agências de financiamento de pesquisa e através de convênios com empresas públicas e privadas normalmente requerem relatórios, prestações de conta, você tem que mostrar como o dinheiro está sendo utilizado. O problema é que um grande setor da universidade não quer mudar a forma como ela funciona. Para eles, a burocracia é boa. Eles recebem recursos públicos, independentemente dos resultados que possam obter, no ensino e na pesquisa.

Schwartzman afirma também que não se pode condenar professores que, mesmo com contratos de dedicação exclusiva, buscam alternativas para melhorar seus salários e, ao mesmo tempo, trazer recursos e novas pesquisas para as universidades.

— A “dedicação exclusiva” acabou virando salário-base para a grande maioria dos professores das universidades públicas. A ideia original era que metade do tempo de dedicação seria voltada à pesquisa, mas sabemos que pesquisa de qualidade está concentrada em um número reduzido de universidades e regiões. Não há por que pensar que os professores que trazem mais dinamismo e mais recursos para as universidades não podem ganhar mais por suas iniciativas.

Schwartzman também afirma que não há como ter bons quadros sem flexibilização, porque a universidade precisa disputar talentos com o mercado.

— Muitos dos melhores médicos de São Paulo são professores universitários. É justo eles terem que deixar seus consultórios para serem professores? Se não puderem combinar o trabalho profissional com a universidade, o mais provável é que abandonem o ensino, e quem perde é a universidade.

O pesquisador afirma que, enquanto a estrutura universitária não se adequar ao dinamismo necessário para o uso eficiente e flexível dos recursos e o relacionamento mais dinâmico com a sociedade, o papel das fundações é fundamental.

 [Share on Facebook](#)



Address: <http://www.schwartzman.org.br/sites/simon/?p=5215&lang=pt-br>

Comentário -*augusto jose de sa campello*

Não conheço as estruturas e particularidades das universidades públicas. Suponho que existam diferenças mesmo porque, neste balaio estão as federais, as estaduais e mesmo as municipais.

Mas meus contatos, minhas vivências, com umas poucas, apontam na direção da efetiva oxigenação provocada pelas fundações.

Apontam também na direção de disputas entre grupos internos que não raro, (assisti a

algumas) resultam no torpedeamento de projetos e mesmo na desqualificação, via maledicência e tráfego de influência, de pessoas . Mais a fundo , a velha e nefasta burocracia se prestando à criação de obstáculos e distorções.

Ouso concluir que seria necessário que as universidades busquem termos e parâmetros de ajustes internos . A começar por pressupostos éticos.

Cordialmente , AJSCampello

16.TF: Universidades Federais não precisam mais realizar concurso público para contratação de professores



Curta o Facebook do [Blog do Tarso aqui](#).

Atualizado em 17.04.2015, às 18h38

Não passou nas TVs e rádios, pouco realçado nos jornais e internet. Mas nessa quinta-feira (16) o Supremo Tribunal Federal decidiu o futuro do Direito Administrativo e da Administração Pública brasileira.

O STF decidiu que a Administração Pública pode repassar a gestão de escolas públicas, universidades estatais, hospitais, unidades de saúde, museus, entre outras autarquias, fundações e empresas estatais que prestam serviços públicos sociais para entidades privadas sem fins lucrativos como associações e fundações privadas qualificadas como organizações sociais.

Foi na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.923, proposta pelo PT e pelo PDT contra a Lei 9.637/98, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O STF decidiu pela constitucionalidade de quase toda a lei. Nesse sentido votaram os Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, nos termos da Advocacia-Geral da União. Marco Aurélio Mello e Rosa Weber votaram contra a privatização dos serviços públicos sociais, conforme o Ministério Público Federal. O Relator Carlos Ayres Britto, quando era Ministro, havia votado contra a privatização, permitindo apenas as OS para fins de fomento por meio de convênios. Luís Roberto Barroso, por ter substituído Ayres Britto, e Dias Toffoli, por ter agido no processo como AGU, não votaram. Assim como Luiz Edson Fachin, que já foi

escolhido por Dilma Rousseff (PT) mas ainda não foi sabatinado pelo Senado e nem empossado.

Com isso, por exemplo, uma Universidade Federal **não precisa mais realizar concurso público para a contratação de professores.**

Os Hospitais de Clínicas ligados às universidades federais não precisam mais repassar a gestão para a empresa pública EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Basta privatizar e repassar a gestão de suas unidades para ONGs, por meio de contratos de gestão, sem a realização de licitação.

E as entidades não farão licitação, não realizarão concurso público para suas contratações. O STF decidiu no sentido de julgar parcialmente procedente o pedido, apenas para conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV da Lei nº 8666/93 (incluído pela Lei nº 9.648/98), para que tanto o procedimento de qualificação; a celebração do contrato de gestão; a dispensa de licitação para contratações das OSs que celebraram contratos de gestão; a outorga de permissão de uso de bem público para as OSs; os contratos a serem celebrados pela OS com terceiros, com recursos públicos; e a seleção de pessoal pelas OSs seja conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência; e afastar qualquer interpretação que restrinja o controle, pelo Ministério Público e pelo TCU, da aplicação de verbas públicas.

Ou seja, além de poder privatizar toda a gestão de entidades estatais que prestam serviços públicos sociais, isso pode ser feito sem licitação, bastando um procedimento simplificado que garanta os princípios. Infelizmente o STF errou, de novo.

O que cabe fazer é que os indignados com esse absurdo entrem com ações contra cada ato que realizar essas privatizações, ainda com a tentativa de que as OSs sejam utilizadas no caso concreto apenas para fins de fomento do Estado, para que o Poder Público fomente a iniciativa privada sem fins lucrativos, mas sem repasse de gestão de estruturas já existentes.

Em tempo:

Alguns esclarecimentos sobre o post:

Os servidores públicos e professores estatutários das universidades federais podem ficar tranquilos, seus cargos estão garantidos, mesmo se sua Universidade repassar a gestão dela para uma OS. O problema é que vocês vão ter que conviver com trabalhadores celetistas fazendo as mesmas funções do que vocês.

No post deixo claro que o STF entende que as universidades PODEM terceirizar via organizações sociais, mas não que DEVAM, ou que VÃO fazer isso.

Mas antes da decisão do STF já havia proposta de contratar sem concurso público, via OSs, professores estrangeiros e pesquisadores.

Essa prática de burla ao concurso público já existe em vários hospitais e museus estaduais em todo o Brasil, e pode virar prática na educação, com chancela do STF.

No Paraná a APP Sindicato conseguiu excluir a educação na Lei das OS estadual e, por isso, aqui não há esse perigo.

É claro que será essencial que, se quiserem fazer essa barbaridade, que os estudantes, servidores e professores se indignem contra e pressionem contra, inclusive com ações na Justiça.

Fico a disposição para maiores dúvidas nos comentários.

Tarso Cabral Violin – advogado e professor universitário estudioso sobre as Organizações Sociais, o Direito Administrativo, o Direito do Terceiro Setor e as licitações e contratos administrativos, mestre e doutorando (UFPR), autor do livro [Terceiro Setor e as parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica](#) (editora Fórum, com 3ª edição no prelo) e autor do [Blog do Tarso](#).

Curta o Facebook do [Blog do Tarso aqui](#).

<http://blogdotarso.com/2015/04/17/stf-universidades-federais-nao-precisam-mais-realizar-concurso-publico-para-contratacao-de-professores/>

17.O DEBATE SOBRE AS FUNDAÇÕES pg 65-74

Compartilhando a indignação de Benício [Benicio Schmidt](#) sobre a perseguição às Fundações Universitárias (nada a ver com a denúncia/investigação/coibição de eventuais irregularidades neste (e em todos(!) os demais setores da economia nacional)!



Benicio Schmidt

Sazonalmente, a Grande Imprensa (incluindo a de esquerda xenófoba e atrasadíssima), o setor Privado de Ensino Superior, as Empresas Internacionais de Consultoria (que emprestam o nome e empregam cientistas e técnicos brasileiros) voltam a atacar o que RESTA das Universidades Públicas (só têm 26% das matrículas).

Professores com salários humilhantes, metade da tropa não quer saber de fazer pesquisa, dá suas aulinhas, arruma uma Bolsa no CNPQ e fica fofocando com....bem deixe prá lá. Agora, novamente, este estranho conluio, contra o Interesse Nacional, ataca novamente, vendo nas Fundações o Diabo.

Ora, vão ler, por favor e vejam, como é no Mundo Desenvolvido. Aqui, no Brazil Bananal, se não fosse a UFRJ, USP, UNB, UFRGS < UFMG etc e tal, não haveria nem pré-sal descoberto...Pesquisas básicas que reformam o Brasil desde 1950 nasceram desta cooperação entre Universidade Pública-Estado-Empresas nacionais e estatais....E O Ministério Público....sem entender nada, passa à

caça. O MEC, o MCT e a Presidente têm de se manifestar. Isto é LESA-PÁTRIA! Se quiserem mais, explico!

Dilma, Janine e Aldo poderiam explicar para os Desvairados do Judiciário e do TCU, como funcionam projetos estratégicos para a soberania de nosso Brasil : Petrobrás, EMBRAER, Submarino da Marinha, etc. Mas, imploro, venhas estas três autoridades a público e defendam a possibilidade que resta!

Ensino Superior

"A universidade se beneficia, e muito, com convênios empresariais", diz vice-reitor da UFRGS

Oppermann diz que raciocínio das horas-aulas não deve ser aplicado a docentes que ganham a mais para ter dedicação exclusiva

por [Humberto Trezzi](#)

14/04/2015 | 05h04



Para Oppermann, relação com empresas garante novos equipamentos e produção de conhecimentoFoto: Lauro Alves / Agencia RBS

Por duas gestões consecutivas o reitor Alexandre Neto e o vice-reitor Rui Oppermann foram guindados ao comando da maior universidade gaúcha, a UFRGS, tendo como uma das bandeiras a interação entre meio acadêmico e empresas. Nesta entrevista, em seu gabinete, o vice-reitor defende, convicto, os convênios com a iniciativa privada, alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF).

Contratos em universidades públicas são investigados em cinco Estados Como professores driblam a regra da dedicação exclusiva às universidades

Docentes recebem a mais para ter dedicação exclusiva (DE), que passa pelo número de horas dedicadas à universidade. Mas alguns têm até três convênios por ano. Se dividir o número de horas que trabalham fora, recebem bem mais que dentro da universidade. Eles recebem 50% do salário a mais (pela DE). Mas esse raciocínio das horas-aula não se aplica aqui. A universidade pública é formada por ensino, pesquisa e extensão, esse é o valor dela. Os valores da DE incluem tudo isso, não se resumem a tempo na sala de aula. É errado pensar assim. Os grandes pesquisadores são procurados pelas empresas por terem expertise. O valor em dinheiro eles ganham para resolver um problema, não é mensurável por horas. **Mas o cálculo de quanto esses professores ganham fora da universidade, por hora, partiu de colegas deles, que são contrários a tanta atividade externa.**

Esse é um julgamento pessoal de alguns, mas não condiz com a realidade. Os convênios se estabelecem porque há quem venha buscar pesquisa, e há quem faça pesquisa. E são avaliados por gente que não tem relação com os professores envolvidos. É auditoria interna, procuradoria... O reitor já assina o convênio endossado por olhares colegiados.

Pedimos dados sobre convênios feitos com empresas em 2014. Chama a atenção que a universidade ficou só com 5% dos R\$ 26 milhões dos 98 convênios. Ou seja, a maior parte do dinheiro não vai para a UFRGS, vai para professores. Por quê?

Tem dinheiro que não está ali. Os 5% se referem, em geral, a taxas de custeio. É o menos relevante. O grosso do dinheiro do convênio se reverte em equipamentos, insumos (de laboratórios, por exemplo) e um saber intangível. Serve para formação e pesquisa, para propor outros projetos.

Mas os professores ficam com mais recursos que a UFRGS. Não seria aliciamento de cérebros por parte das empresas?

O investimento é em dinheiro, mas também em formação. O que a gente ganha em conhecimento num projeto desses não tem como mensurar. A universidade se beneficia, e muito, com convênios empresariais. É experiência conquistada na pesquisa. Antigamente, a gente ia na Fiergs (*Federação das Indústrias do Estado*), e a crítica era: cadê a pesquisa aplicada da UFRGS? Pois, nos empenhamos num parque científico-tecnológico, no empreendedorismo. Mudamos a lei para melhorar a interação universidade-empresa. Não nos beneficiamos em lucro, mas na construção de novos laboratórios e produção de conhecimento.

Há o caso de um funcionário federal que não cumpriu presença mínima em sala de aula. Mesmo assim, foi aprovado no mestrado. Qual sua opinião?

Existe regra de presença mínima de 75% na graduação. Na pós, não há regra geral. Tem de cumprir créditos. A grande maioria é presencial, mas o aluno

pode ganhar créditos de outra forma. Se o meu aluno de mestrado publicar um trabalho A1, o top class dos trabalhos da Capes, ganha créditos e não precisa ir à aula. Conheço o aluno em questão, o Hêider Pinto. Ele foi diretor de atenção básica do Ministério da Saúde. O encontrei quando buscava convênios. A gente quer parcerias com o ministério. E o Hêider tem uma expertise enorme. Ele pode compensar as atividades de aluno mediante trabalhos, seminários. A pós tem essa elasticidade de assimilar as experiências dos alunos para fazer um programa melhor ainda.

Instituto de Geociências defende docentes

Diretor do Instituto de Geociências da UFRGS, André Mexias encaminhou nota a ZH na qual defende o trabalho dos docentes da sua unidade que firmam convênios externos. Ele ressalta que esses termos de cooperação só vigoram após passar por pelo menos nove instâncias de controle, no instituto e na universidade.

Ele discorda também que a atividade dos professores possa ser medida em cálculo de pagamento por horas. "Esse mecanismo não compreende a complexidade da pesquisa e a formação dos recursos humanos relacionados a ela", diz o texto. Com relação aos valores diminutos destinados pelos convênios à UFRGS, ele diz que se referem a "custos mínimos administrativos".

Mexias diz que a universidade é compensada também com aquisição de equipamentos para o desenvolvimento de pesquisas e recursos para auxílio aos alunos.

Clique na imagem abaixo para ler a reportagem especial [Universidades S/A](#):



* Zero Hora
http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/09/internacional/1428595647_142720.html

"A universidade se beneficia, e muito, com convênios empresariais", diz vice-reitor da UFRGS Oppermann diz que raciocínio das horas-aulas não deve ser aplicado a docentes que ganham a mais para ter dedicação exclusiva (Zero Hora, 14 abril2015).

Que DILMA, JANINE e ALDO venham a público peitar as idiotices da imprensa e de órgãos de fiscalização. Questão de sobrevivência nacional! Só cegueta não vê !!!!!~

Ou então, fechem logo todas as universidade públicas e forneçam Bolsas para os Setor Privado (este sim, pirata, em sua maior parte)! Capz de dar votos....mas vai acabar com nossos sonhos de "alguma soberania"no campo educacional e científico!

Sazonalmente, a Grande Imprensa (incluindo a de esquerda xenófoba e atrasadíssima), o setor Privado de Ensino Superior, as Empresas Internacionais de Consultoria (que emprestam o nome e empregam cientistas e

técnicos brasileiros) voltam a atacar o que RESTA das Universidades Públicas (só têm 26% das matrículas).

Professores com salários humilhantes, metade da tropa não quer saber de fazer pesquisa, dá suas aulinhas, arruma uma Bolsa no CNPQ e fica fofocando com....bem deixe prá lá. Agora, novamente, este estranho conluio, contra o Interesse Nacional, ataca novamente, vindo nas Fundações o Diabo.

Ora, vão ler, por favor e vejam, como é no Mundo Desenvolvido. Aqui, no Brazil Bananal, se não não fosse a UFRJ,USP,UNB,UFRGS<UFMG etc e tal, não haveria nem pré-sal descoberto...Pesquisas básicas que reformam o Brasil desde 1950 nasceram desta cooperação entre Universidade Pública-Estado-Empresas nacionais e estatais....E O Ministério Público....sem entender nada, passa à caça. O MEC, o MCT e a Presidente têm de se manifestar. Isto é LESA-PÁTRIA! Se quiserem mais, explico!

Dilma, Janine e Aldo poderiam explicar para os Desvairados do Judiciário e do TCU, como funcionam projetos estratégicos para a soberania de nosso Brasil : Petrobrás, EMBRAER, Submarino da Marinha, etc. Mas, imploro, venhas estas três autoridades a público e defendam a possibilidade que resta!

Benicio Schmidt

4 h ·

DILMA, JANINE e ALDO têm de vir a público peitar estas palhaçadas publicadas sobre as relações Universidade Pública-Fundações e Empresas. Os reitores (coitados) estão cerceados e se fizerem algo são punidos como nas Grandes Cruzadas contra os Mouros!

Onde estão as autoridades que têm a OBRIGAÇÃO de defender nossa soberania educacional e científica? Ou então, FECHEM-SE todas as Universidades Públicas e entregamos o cabedal de conhecimentos- projetos-pesquisas para as Universidades Estrangeiras que vão chegando. O nosso setor privado de ensino superior poderia ser imediatamente reduzido a Colégio de III Grau.. e fornecer diplomas sob módicas quantias, em 15 dias.... Assim, provavelmente, o Ministério Público ficaria feliz e o TCU comemoraria: muito trabalho a menos....TRISTE!!!!

"A universidade se beneficia, e muito, com convênios empresariais", diz vice-reitor da UFRGS Oppermann diz que raciocínio das horas-aulas não deve ser aplicado a docentes que ganham a mais para ter dedicação exclusiva (Zero Hora, 14 abril2015).

Que DILMA, JANINE e ALDO venham a público peitar as idiotices da imprensa e de órgãos de fiscalização. Questão de sobrevivência nacional! Só cegueta não vê !!!!!~

Ou então, fechem logo todas as universidade públicas e forneçam Bolsas para os Setor Privado (este sim, pirata, em sua maior parte)! Capz de dar

votos...mas vai acabar com nossos sonhos de "alguma soberania"no campo educacional e científico!

terça-feira, 14 de abril de 2015

Ataque à Pesquisa no Brasil

Os jornais O Globo, Zero Hora, Estado de São Paulo, Gazeta do Povo e Diário Catarinense resolveram atacar a pesquisa no Brasil ao condenar a pesquisa que é feita fora das Universidades ([link aqui](#)). Logo no primeiro parágrafo a reportagem conjunta afirma que:

“Cerca de 2,1 mil docentes têm autorização para trabalhar em outras atividades e receber por atividades como dar aulas em cursos pagos e fazer pesquisas remuneradas por empresas.”

Na sequência a reportagem afirma:

“A dedicação exclusiva sempre foi um dos pilares do ensino superior público por dar ao professor as condições de autonomia e independência para pesquisa, ensino e extensão. O porcentual de profissionais nessa modalidade é critério, inclusive, na avaliação da qualidade dos cursos de ensino superior realizada pelo Ministério da Educação (MEC).”

Está dado o tom da matéria: muitos professores atuam fora dos limites estritos da universidade e isso é ruim para academia. O leitor da reportagem pode terminar com a sensação que o problema de nossa pesquisa é que um número significativo de professores realiza parcerias com empresas, ONGs ou mesmo órgãos da administração pública. O contraponto feito por Simon Schwartzman, que por sinal fez um texto a respeito do assunto ([link aqui](#)), parece não ter influenciado muito os jornalistas. Pena.

A figura da dedicação exclusiva nas universidades surgiu como forma de criar uma comunidade acadêmica no Brasil. No passado era comum que mesmo universidades federais contassem em seus quadros com um grande número de professores que tinham outros empregos e davam aula como atividade extra. Embora esse perfil de profissional possa ministrar aulas excelentes o fato de professores não se dedicarem a questões acadêmicas em geral e à pesquisa em particular como parte das tarefas profissionais diárias era visto como um entrave ao desenvolvimento da academia local. A solução então foi fazer com que as universidades contratassem profissionais em regime de dedicação exclusiva. Como tal conceito passou a ser visto como um impedimento a realização de pesquisa fora da universidade é algo difícil de entender.

A ideia que um professor realizar pesquisas em parcerias com empresas é algo prejudicial à academia é uma daquelas ideias que se transformaram em verdade auto evidente por aqui, mas que simplesmente não existem nas universidades que deveriam nos servir de modelos. As melhores universidades do mundo não apenas não proíbem como incentivam seus professores a trabalharem em parceria com outras instituições. O motivo para tal incentivo é simples: ao se fechar para o resto da sociedade a pesquisa feita na academia perde o poder de resolver problemas reais e, no limite, pode se tornar irrelevante.

Imagine o leitor um médico que retorna ao Brasil após obter o PhD em alguma universidade de ponta nos EUA. Ele chega com uma bagagem de problemas que estudou durante o período de formação, com o conhecimento de teorias que resolveram tais problemas e sabendo como tais teorias permitiram a solução dos problemas. O que seria de se esperar do médico recém chegado? Imagino que esperar que ele usasse tudo que aprendeu para identificar novos problemas ou resolver problemas que não foram resolvidos seria uma boa resposta. Mas como conhecer novos problemas? Como saber o que impediu outros profissionais de resolver problemas antigos? Trancado em um gabinete na universidade? Lendo a literatura de fronteira a respeito de como foram resolvidos outros problemas em outros lugares? Não creio.

Dou um exemplo mais concreto. Na semana passada comentei um estudo da CUT a respeito da terceirização que me pareceu muito frágil. Sei que nas universidades de São Paulo existem vários professores que fariam um trabalho muito melhor que o apresentado pela CUT. Suponha que que existisse no Brasil o hábito de contratar professores para fazer pesquisas e que tal prática não fosse dificuldade ao limite de se tornar ilegal por nossa legislação. A CUT poderia ter procurado um especialista em econometria ou economia do trabalho, tais especialistas poderiam ter feito um estudo melhor ou até mesmo construído uma base de dados que permitisse o estudo adequado do tema. Os professores ganhariam a remuneração pela pesquisa, a CUT teria um trabalho mais sólido, a universidade poderia ganhar por meio de taxas nas pesquisas realizadas, a comunidade acadêmica ganharia com o possível acesso a base de dados criada, a sociedade ganharia com um debate mais sólido a respeito de um tema importante. Quem perderia? Tenho minha resposta, mas vou deixar para outro post.

Alguém poderia questionar os exemplos acima dizendo que só valem para pesquisa aplicada. Não estaria de todo errado, porém deve ser levado em conta que boa parte dos esforços de pesquisa realizados no mundo são em pesquisa aplicada e que muito dos avanços na teoria vieram de dificuldades encontradas na pesquisa aplicada. Porém a pesquisa pura e outras atividades

também poderiam ser beneficiadas pelas pesquisas realizadas em parceria. Caberia à cada universidade elaborar uma política a respeito de como as pesquisas feitas em parcerias dariam retorno financeiro à universidade e como esse retorno seria destinado a outras atividades. Não seria preciso inventar nada, basta observar e aprender com as melhores universidades do mundo. Universidades que “vendendo pesquisas”, na linguagem que se pretende pejorativa usada por alguns, conseguem colaborar para o progresso das várias áreas da ciência.

Por fim a questão das fundações de apoio que parece ser uma das motivadoras da infeliz reportagem. Acredito que em um mundo ideal tais fundações não existiriam, as próprias universidades teriam como captar recursos por meio de pesquisas e gerenciar tais recursos. Porém não estamos no mundo ideal, estamos no Brasil em um tempo onde o excesso de burocracia e a complexidade da legislação tornar muito difícil realizar qualquer atividade produtiva. Nesse mundo as fundações são as alternativas possíveis. Nos últimos dez anos fui coordenador de curso, coordenador de pós-graduação, chefe de departamento e diretor da unidade na Universidade de Brasília (UnB). Testemunhei a importância das fundações de apoio para viabilizar pesquisas que de outras formas não seriam realizadas. O atual marco legal faz com que a compra de coisas simples como aparelhos de ar-condicionado, computadores ou tubos de ensaio leve meses ou mesmo anos. Imagine o leitor como seria se a importação de um equipamento de alta tecnologia para um laboratório fosse depender apenas da universidade?

Nas condições atuais atacar as fundações de apoio é atacar a pesquisa. Em quaisquer que sejam as condições atacar quem busca parcerias fora dos muros da universidade é atacar a pesquisa. Uma pena que tantos jornais que estão entre os melhores do país ao decidirem dedicar atenção ao tema não tenham se dado ao trabalho de pesquisar como as coisas são feitas nas melhores universidades do mundo. No lugar de colaborar para a melhora da pesquisa no país o esforço da imprensa se limitou a desferir um ataque ao já combalido esforço de pesquisa realizado no país.

P.S. Para avaliar o post de forma adequada é importante que leitor saiba que eu sou professor universitário e faço captação de recursos com pesquisas e com cursos oferecidos em parceria com outras instituições. Não me envergonho do que faço, pelo contrário, me orgulho de ter captado para UnB um valor maior do que tudo que recebi de salário nos últimos dez anos mesmo descontado o que recebo de tais parcerias.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/fundacoes-sao-parte-da-solucao-nao-do-problema-afirma-schwartzman-15875543#ixzz3XUS90Ihb>

© 1996 - 2015. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/fundacoes-sao-parte-da-solucao-nao-do-problema-afirma-schwartzman-15875543>

18.AS COTAS

Artigo publicado em 3/12/2012 no jornal CRUZEIRO DO SUL - SP

As instituições federais de ensino superior terão quatro anos para implantar o que estabelece a lei, mas em 2013, pelo menos 12,5% das vagas de cada curso terão que ser reservadas nos processos seletivos

Marcos Francisco Martins

Findado novembro, mês da consciência negra, há muito por se comemorar, mas a comemoração deve ser cautelosa, sem excessos. E isso porque se percebe, de um lado, a evidência de que a luta contra o preconceito e o racismo precisa continuar sendo vigorosa, mas, por outro, nota-se avanços significativos em relação ao reconhecimento das dívidas históricas que o Brasil e os brasileiros têm com a comunidade negra.

A principal dificuldade em reconhecer a referida dívida com a comunidade afro-brasileira reside no fato de que ainda persiste no imaginário nacional o peso histórico da escravidão da forma como foi traduzida por Gilberto Freire, como democracia racial. Disso resulta o equivocado e romanceado entendimento de que a escravidão no Brasil foi diferente da implantada nos demais países, como nos EUA e na África do Sul, porque aqui, acredita-se, a relação entre senhor e escravo foi mediada por certo humanismo cristão, foi algo suavizado. Essa situação tornou-se objeto de pesquisas, como a realizada na década de 1950 por Florestan Fernandes e Roger Bastide, os quais concluíram,

contestando Gilberto Freire, que a escravidão brasileira foi uma das mais horrorosas experiências de negação da dignidade humana a uma parcela social, sobre a qual recaiu a exploração econômica, vivida pelos trabalhadores em geral, aliada ao peso do preconceito e do racismo.

A visão de Florestan e de Bastide é um dos fundamentos que orienta e mobiliza milhares de indivíduos, grupos e organizações sociais a lutarem contra a "naturalização" das desigualdades sociais, que sustenta subjetivamente a injusta e objetiva situação econômica, social, política e cultural vivida pela comunidade negra. E por ser efetivamente uma luta, objetiva e subjetiva, essa tem também suas referências, muito embora sejam negadas ou apresentadas de forma distorcida pela história tradicional oficial e pelo discurso escolar.

Entre as mais importantes figuras ilustrativas da resistência negra destaca-se Zumbi, que no final do século XVII liderou a resistência em Palmares. Além dele, podem ser citadas outras menos conhecidas pelo público em geral, como é o caso dos marinheiros liderados por João Cândido durante a Revolta da Chibata, em 1910, manifestação considerada como marco do movimento negro no Brasil; as várias associações recreativas e culturais negras, bem como os veículos da imprensa negra articulados nas décadas de 1910 e 1920, que criaram condições que deram origem à Frente Negra Brasileira em 1930; o Tetro Experimental do Negro fundado no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento, experiência que possibilitou e estimulou uma série de outras nas décadas seguintes; o Movimento Negro Unificado, criado em 1978, que rearticulou as pautas da comunidade negra após a ditadura civil-militar como proposta política a ser assumida pelo Estado; entre outras.

Todos esses movimentos levam à contestação do mito da democracia racial brasileira, uma construção simbólica que carece de correspondência com as relações sociais brasileiras pretéritas e presentes. Os que "acreditam" nele - o fundamento do mito é a crença! - são desafios pelos dados da realidade, os quais demonstram com clareza que os negros no Brasil são, de fato, um grupo social que sofre com o preconceito, uma distinção de ordem individual, e com o racismo, que socialmente promove a hierarquização social a partir de critérios como a cor da pele, e se expressa institucionalmente, manifestando-se, também, em outras esferas das relações sociais, como na política (apenas 8,5% dos deputados da atual legislatura se declararam negros, sendo que no Senado Federal há apenas dois senadores que assim se identificaram em um

total de 81), na academia (apenas 2% dos professores do nível superior se declaram negro) e no mercado de trabalho (entre os desempregados, os negros representam cerca de 90%, sendo o rendimento médio do negro empregado menor do que o do branco com a mesma escolaridade). Assim, preconceito e racismo tornam-se critérios distintivos no processo de ascensão social, constituem-se como específicos "filtros sociais" que injustamente ordenam o âmbito econômico, o mundo político e mesmo a esfera cultural.

Particularmente, no âmbito da educação, é notório o avanço das políticas afirmativas, as quais estão vigorosamente repercutindo neste e nos demais campos da realidade humana, promovendo certas condições de ascensão social. Um dado significativo das conquistas no âmbito educacional são as legislações que têm sido conquistadas a duras penas pelos movimentos sociais, como é o caso da Lei 10.639/03, que exige incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", a qual foi posteriormente reeditada com a aprovação da Lei 11.645/08, que estende para a comunidade indígena os mesmos direitos da comunidade negra. Veja-se que repercussões dessas iniciativas têm sido sentidas: no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) deste ano se verificou que o percentual dos inscritos que se declararam "pretos", "pardos" e indígenas chegou a 52%, algo bem próximo do que representam no Brasil como um todo; nos últimos 10 anos o percentual de negros com curso superior subiu de 4% para 19%, sendo eles, aproximadamente, 52% da população.

Além disso, no segundo semestre de 2012, a comunidade negra teve uma nova e significativa conquista no âmbito educacional; trata-se da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, a chamada "lei de cotas", que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e médio. O foco da norma legal são os estudantes de escolas públicas, negros e indígenas. Em relação às instituições federais de ensino superior, a lei estabelece que pelo menos 50% das vagas serão reservadas aos que cursaram todo o ensino médio em escola pública, com critérios étnico-raciais e renda associados. Isto é, pelo menos 50% das vagas reservadas (25% do total de vagas) serão destinadas aos que tiverem renda mensal familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos, sendo os demais percentuais da cota reservada destinados proporcionalmente à distribuição étnica de "pretos", "pardos" e indígenas verificada pelo IBGE em cada Estado, os quais disputarão

entre si por tais vagas. As instituições federais de ensino superior terão quatro anos para implantar o que estabelece a lei, mas em 2013, pelo menos 12,5% das vagas de cada curso terão que ser reservadas nos processos seletivos.

Considerando que os dados da realidade econômica, social, política e cultural apontam para a ausência dos negros nas instâncias de decisão da vida coletiva; considerando que, atualmente, não existe política de cotas em 27 das 59 universidades; e, por fim, considerando que o acesso ao ensino superior é passo indispensável para saldar a dívida histórica do Brasil com a comunidade negra, a "lei de cotas" contribui muitíssimo para promover a verdadeira democracia em nosso País, que tem que ser racial, econômica, política, social e cultural, e não apenas um mito.

Marcos Francisco Martins é professor-doutor da Ufscar e pesquisador do CNPq

(marcosfmartins@ufscar.br)

19. **Ricos deveriam financiar ensino, afirma brasileiro reitor nos EUA**

Por BBC | 23/07/2015 12:15 - Atualizada às 23/07/2015 12:23

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-07-23/ricos-deveriam-financiar-ensino-afirma-brasileiro-reitor-nos-eua.html>

Tido como o primeiro brasileiro a dirigir uma universidade americana, José Sartarelli afirma que muitos brasileiros ricos agem como se fossem 'levar à tumba todo o dinheiro'

Para José Sartarelli, brasileiro reitor de universidade nos EUA, ricos deveriam doar parte de suas fortunas para a educação

Brasileiros ricos deveriam seguir o exemplo de americanos e doar parte de suas fortunas para melhorar a educação do país, diz à BBC Brasil José "Zito" Sartarelli, reitor da Universidade da Carolina do Norte Wilmington (UNCW), nos Estados Unidos.

Tido como o primeiro brasileiro a dirigir uma universidade americana, Sartarelli afirma que muitos brasileiros ricos agem como se fossem "levar à tumba todo o dinheiro". "Na nossa cultura ibérica, esperamos que a educação seja provida pelo Estado, grátis. Agora, com o Estado em dificuldades, as pessoas de sucesso se voltam para proteger e investir na própria família", critica.

Sartarelli foi escolhido reitor da UNCW em abril, em seleção com 95 candidatos. A instituição figura nos rankings das melhores universidades públicas do sul dos Estados Unidos.

Nascido há 65 anos em Ribeirão Bonito, cidade com 12 mil habitantes no interior de São Paulo, ele migrou para a educação após uma carreira internacional no setor farmacêutico. Depois de passar pela Eli Lilly e pela Bristol-Myers Squibb, Sartarelli foi presidente da Johnson & Johnson na América Latina, Japão e Ásia-Pacífico entre 2001 e 2010.

Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, em 1973, ele fez MBA e doutorado na Universidade de Michigan State, nos Estados Unidos, quando conheceu sua esposa, Katherine.

Sartarelli voltou ao meio universitário em 2010, desta vez como diretor da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade de West Virginia, cargo que deixou neste ano.

Em entrevista à BBC Brasil, Sartarelli defende que universidades se aproximem de empresas e diz que o Brasil abriu mão de investir em centros de excelência, o que terá um alto custo no futuro. Ele afirma ainda que, para que a universidade que dirige possa competir com as melhores instituições americanas, será essencial atrair bons estudantes.



Divulgação

Segundo o reitor, falta ao ensino brasileiro investir em excelência em algumas áreas, única maneira para a promoção de avanços na ciência

Leia os principais trechos da entrevista, concedida por telefone na última semana.

BBC Brasil - O senhor tinha uma posição de destaque no mundo dos negócios. Por que resolveu se dedicar à educação?

Zito Sartarelli - Eu tinha alguns objetivos claros quando entrei na carreira corporativa: queria ter uma carreira internacional, atuar na área comercial e eventualmente ser o presidente ou gerente-geral de uma empresa. Depois de 30 anos, já tinha feito tudo isso. Pensei que talvez fosse a época de voltar para

área acadêmica e "give back" (devolver). Retornar e compartilhar com estudantes, pessoas jovens, tudo aquilo que aprendi.

BBC Brasil - Como a gestão de uma empresa se diferencia da gestão de uma universidade?

Sartarelli - Embora a liderança moderna nas empresas seja participativa, na área acadêmica é muito mais. Os professores todos têm uma influência muito grande, porque a definição do que nós entregamos para o aluno é feita por eles. Na área corporativa, você tem bastante poder de fogo para contratar, desenvolver e também demitir pessoas.

BBC Brasil - O fato de ser brasileiro afeta de alguma forma o seu trânsito em universidades americanas?

Sartarelli - Os Estados Unidos são um dos poucos países onde pessoas como eu conseguem chegar aos mais altos níveis através da capacidade, do mérito. Mas alguns podem ter visto minha contratação como "por que queremos ter um estrangeiro nessa posição?". Por mais perfeito que meu inglês seja, tem sempre um resquíciozinho (de sotaque) que vão reconhecer.

BBC Brasil - Como compara o ensino superior no Brasil e nos Estados Unidos?

Sartarelli - No Brasil não conseguimos ainda fazer conviverem excelência e acesso. O sistema de sucesso tem de permitir o acesso a todos os alunos competentes. Por outro lado, o país tem também que focar em algumas áreas específicas de excelência, onde vai ser muito difícil entrar, não vai ter proteção por minorias, onde você tem que ser realmente bom. A única maneira de avançar a ciência é ter nível de excelência ímpar. Todos os países de desenvolvimento recente, especialmente na Ásia, têm tido uma preocupação muito grande em criar centros de excelência competitivos ao níveis mais altos no mundo. O que nós não temos feito. Vamos pagar um preço mais alto no futuro, porque vamos continuar sendo copiadore, e não inovadore.

BBC Brasil - O senhor acha que o avanço de políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras afetou a qualidade?

Sartarelli - Não sei. Acho que a não focalização em excelência no Brasil começou há muito tempo, muito antes das políticas afirmativas recentes. Estou falando das décadas de 70, 80, 90. Já se notava a proliferação de cursos em todo o lado, de baixo nível. Se houvésemos feito isso e mantido grandes centros de primeira linha, de pesquisa, tudo bem. Mas não fizemos.

BBC Brasil - O senhor dirige uma universidade pública num país onde as universidades mais renomadas são privadas. Como concorrer com instituições que estão entre as melhores do mundo?

Sartarelli - Você tem que ter grandes estudantes. Quando eles chegam aqui, eu digo: "Não estou interessado em coletar sua anuidade. Quero que venham aqui para trabalhar duro". Vai ser muito importante minha habilidade em angariar fundos para bolsas de estudos, porque com elas vou conseguir atrair os melhores. Se você é um estudante de primeira linha nos Estados Unidos, vai fazer faculdades privadas sem pagar nada, com bolsas de estudo. As

grandes universidades públicas têm que fazer a mesma coisa. Se você traz grandes alunos, isso atrai grandes professores, porque eles querem ensinar os melhores. É um círculo virtuoso.

BBC Brasil - O senhor doou US\$ 100 mil para um programa de bolsas da Universidade de West Virginia. Acha que as doações, que são uma prática comum entre americanos ricos, deveriam desempenhar um papel maior no financiamento do ensino no Brasil?

Sartarelli - Sem dúvida alguma. O Bill Gates e outros foram recentemente à China falar sobre doações. O número de doações que têm vindo do Oriente para grandes instituições americanas é muito grande. São ex-alunos asiáticos que fizeram fortunas nas suas terras de origem. Acho uma prática muito boa, que deveria ser incentivada. Depois de ter criado grandes empresas de aço, o (Andrew) Carnegie (1835-1919) deu toda a fortuna dele para criar grandes bibliotecas em todo o mundo. O Bill Gates, a mesma coisa.

BBC Brasil - Por que isso não ocorre no Brasil?

Sartarelli - Na nossa cultura ibérica, esperamos que a educação seja provida pelo Estado, grátis. Agora, com o Estado em dificuldades, as pessoas de sucesso se voltam para proteger e investir na própria família. Temos tido algumas exceções, como o Antônio Ermírio de Moraes (1928-2014), pessoas que sabem que não vão levar à tumba todo esse dinheiro. Mas muitos deixam fortunas para a família, que em uma ou duas gerações desperdiça tudo. Eu doei porque tinha condições e achei que devia fazê-lo. Sou um produto também de bolsas de estudos. Recebi três ou quatro bolsas que me permitiram fazer o que sou hoje.

BBC Brasil - Há quem defenda que as universidades se aproximem das empresas e quem pregue que sejam completamente independentes. Com o senhor acha que deve ser a relação delas com o setor privado?

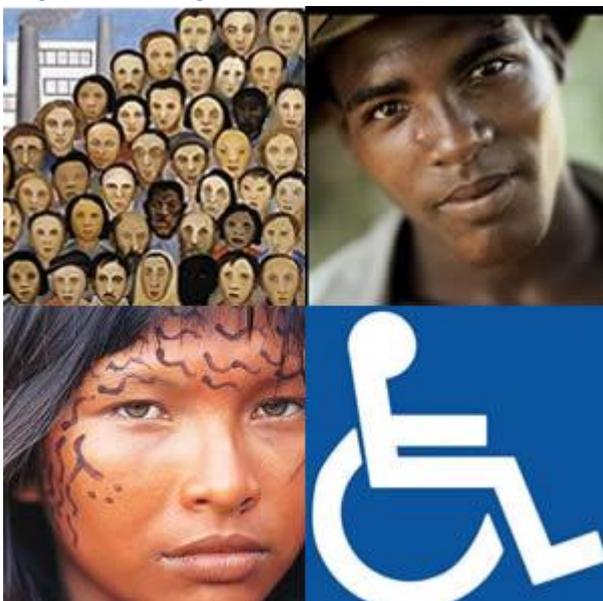
Sartarelli - Acho que ela deve existir, deve ser cooperativa. A universidade tem muito a ganhar com o mundo corporativo e vice-versa. Nos Estados Unidos, as universidades que mais auferem dinheiro em termos de licenças comerciais são grandes universidades de pesquisa, como Yale, Stanford, Harvard. Essas universidades descobriram algumas coisas e hoje recebem royalties que são usados para mais pesquisa, bolsas de estudo. O que não queremos fazer é transformar a universidade num curso profissionalizante. A universidade forma a pessoa como um todo: queremos que nosso aluno aprecie as artes, tenha um profundo conhecimento de ciências e também seja um profissional.

BBC Brasil - O senhor considera um dia trabalhar com educação no Brasil?**Sartarelli**- Essas opções são sempre abertas. Adoro o Brasil e gostaria que estivéssemos muito mais avançados do que estamos

20. Lei das Cotas revolucionará acesso da população excluída a universidade

Posted: 21 Aug 2012 05:55 AM PDT Najla Passos, Carta

O discurso conservador condena o projeto aprovado pelo Senado. Os movimentos sociais que lutam por uma política de cotas há 13 anos afirmam que ele irá revolucionar o acesso da população pobre ao ensino superior de qualidade



Coordenador do Movimento dos Sem Universidade diz que a condenação intransigente das cotas reflete a defesa da elitização da universidade. “É um pouco de desespero da elite, porque o que está em jogo são as vagas dos seus filhos”, afirma.

Nos próximos dias, a presidenta Dilma Rousseff terá a oportunidade de colocar um ponto final na luta pela implantação de uma política nacional de cotas nas universidades públicas federais que, há pelo menos 13 anos, consome os movimentos sociais do país. Aprovado pelo Senado esse mês, a chamada Lei das Cotas combina critérios étnicos e sociais, com o propósito central de valorizar a escola pública e, conseqüentemente, os milhões de cidadãos que têm nela a sua única opção de formação.

A divisão das vagas é complexa. A política aprovada prevê a reserva de 50% delas para as cotas. Metade, ou 25% do total, é distribuída entre negros e índios, de acordo com o perfil étnico de cada região, definido pelo censo do IBGE. Os outros 25% são destinados aos alunos das escolas públicas, sendo 12,5% para os estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo.

“Esta política permite que o sonho do brasileiro pobre de formar o filho doutor se torne realidade. E o melhor, com uma formação de qualidade que, até pouco

tempo, era reservada apenas para os filhos da elite. Além disso, cria uma fé na escola pública. E isso é importantíssimo porque nove em cada dez estudantes do ensino médio estão nas escolas públicas”, afirma Sérgio Custódio, coordenador do Movimento dos Sem Universidade (MSU), criado por professores de cursinhos comunitários e um dos principais articuladores do projeto.

Leia mais

- [USP rejeita negros e pobres; Uerj e Unicamp defendem inclusão](#)
- [O preconceito e a arrogância dos bonzinhos no debate sobre cotas](#)
- [Racismo no Brasil e cotas viram pauta na imprensa mundial: um debate valioso](#)

“O principal mérito do projeto é colocar a escola pública no centro do acesso ao ensino superior de qualidade. É valorizar a escola pública e dar aos milhões de jovens que estudam nelas a oportunidade real de ter acesso à universidade”, complementa Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que articula mais de 200 entidades, incluindo movimentos sociais, sindicatos, ONGs, fundações, grupos universitários, estudantis, juvenis e comunitários.

Campanha conservadora

A expectativa em relação à postura de Dilma é grande, mas tudo indica que o desfecho será favorável. Ministério da Educação (MEC), Secretária de Direitos Humanos (SDH) e Secretária de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) aprovam a lei. O que preocupa os idealizadores é que a campanha conservadora contra as cotas segue forte na mídia. Esta semana, editorias e artigos sustentaram teses há muito já superadas de que o Brasil é uma democracia racial e de que as ações afirmativas aprofundam as discrepâncias sociais. “A presidenta Dilma é mais suscetível ao discurso da mídia do que seu antecessor, o ex-presidente Lula. Mas, pelo menos neste caso, acreditamos que ela não vai se render”, avalia Cara.

De acordo com ele, qualquer mudança proposta pelos movimentos sociais na área de educação é amplamente atacada pela mídia. “Educação mexe com o status quo, é questão emancipatória. No caso da luta pelos 10% do PIB para a Educação, a batalha é grande, porque isso mexe com a prioridade

orçamentária do país. E a imprensa representa exatamente as 200 famílias proprietárias da dívida interna brasileira, que não querem perder percentuais para a educação”, ataca.

No caso das cotas, ele acredita que a condenação intransigente reflete a defesa da elitização da universidade. “É um pouco de desespero da elite, porque o que está em jogo são as vagas dos seus filhos”, compara. Sérgio Custódio também atribui às críticas conservadoras ao ranço da elite patrimonialista brasileira. “É preciso acabar com esta concepção de que os bens públicos servem a eles. Inclusive as universidades. O Brasil está crescendo e precisa de milhões de profissionais bem formados para alavancarem este crescimento”, argumenta.

Efeito Demóstenes

Há também uma espécie de trauma em relação à articulação das forças conservadoras durante o processo de tramitação do projeto. “Em 2008, para aprovar o projeto na Câmara, nós conseguimos fechar um acordo com todos os partidos políticos. Entretanto, depois que o projeto seguiu para o Senado, apareceu o ovo da serpente: o ex-senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que descumpriu o acertado e reatualizou o discurso racista no país”, relembra Custódio.

Segundo ele, o ex-senador, que teve seu mandato cassado em função do seu envolvimento com a organização criminosa chefiada por Carlinhos Cachoeira, capitaneou o discurso das elites, prejudicando a aprovação do projeto, naquele momento tida como consensual. “Hoje, tenta-se vender o Demóstenes apenas como caso de polícia, mas ele desempenhou um papel muito mais nocivo para o país. Ele criou uma frente ideológica, fundou movimentos sociais dentro do seu gabinete, como o dos pardos e dos caboclos brasileiros”, argumenta o militante.

Daniel acrescenta que, com a cassação do mandato dele, esse tipo de discurso perdeu força no parlamento. Apenas o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) repetiu a cantilena na votação da última terça. “Até mesmo a oposição brincava que Nunes estava mais preocupado com os editoriais dos jornais do que com a justiça social”, relatou.

Problema consensual

Do ponto de vista do campo popular, uma das poucas críticas ao projeto é determinar que o critério de acesso sejam as notas obtidas nas escolas, e não em avaliações mais gerais como o ENEM ou os vestibulares. Mas, antes do Senado aprová-lo, o senador Paulo Paim (PT-RS) negociou o veto ao artigo pela presidenta.

“A nota escolar não pode ser critério de acesso. Seria o caos. Vai ter professor sequestrado para garantir o ingresso de aluno em universidade”, aponta o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), entusiasta histórico do projeto, mas que não gostou nada da forma como ele foi aprovado. “Acho constrangedor o Senado aprovar uma lei, esperando o veto presidencial de parte dela. Não acho que este seja um arranjo republicano”, criticou.

Para o senador, que já foi reitor da Universidade de Brasília (UnB) e é considerado um dos maiores especialistas da casa em Educação, a proposta precisava ser melhor amadurecida no Congresso. “Não é nada contra o mérito da proposta, que acredito ser muito positiva. Mas tem aspectos que precisam ser mais debatidos. O limitador de renda, por exemplo, vai impedir que a classe média volte a colocar seus filhos na escola pública para que tenham melhores chances de entrar numa universidade. E seria ótimo que isso ocorresse, porque a escola seria pressionada a melhorar em qualidade”, argumenta.

O presidente do MSU discorda. Segundo ele, o limitador só vale para parte das vagas. Portanto, defende que a essência do projeto ainda é a valorização da escola pública. Em relação à negociação para o veto, afirma que foi a melhor solução. “Foi um erro que veio da proposta aprovada lá na Câmara. Se o Senado alterasse, o projeto teria que voltar a tramitar entre os deputados e poderia levar mais 13 anos para ser aprovado. Não podemos minimizar a capacidade das forças conservadoras se reaglutinarem”, opina.

Cara acrescenta que tanto o limitador de renda quanto à avaliação pelas notas escolares foram frutos da negociação com a oposição para que o projeto fosse aprovado, desde 2008. Entretanto, avalia que o limitador de renda não será relevante para tirar o foco da escola pública. “Este é um critério que pode mudar ao longo dos dez anos em que a proposta vigorar.

E se mudar, melhor: será a comprovação de que a renda média do brasileiro subiu”, esclarece. Quanto às notas escolares, também defende que o problema será corrigido, de forma prática, com o veto presidencial.

Autonomia universitária

A outra crítica relevante ao projeto parte da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Mas também não tem a ver com o mérito da proposta. Os reitores defendem posição histórica de que a forma de acesso às universidades deve ser discutida por cada instituição, obedecendo às demandas regionais. Porém, o presidente da entidade, Carlos Maneschy, ressalta que o tema ainda não foi retomado pelo pleno de reitores, após a aprovação do projeto. “Nossa prioridade tem sido encontrar uma solução para o problema da greve das universidades”, justifica.

Critovam Buarque discorda. “A universidade tem que ser autônoma, mas não autista. Essa autonomia tem que estar limitada às regras definidas pelo interesse público. É preciso que existam mecanismos capazes de impedir, por exemplo, que uma instituição decida que filhos de senadores terão prioridades de acesso”, argumenta. Daniel Cara também contesta a posição da Andifes. “Os reitores participaram da discussão deste projeto desde o início. Agora, precisam compreender que a posição deles foi vencida. Isso é acatar o jogo democrático”, avalia.

Maneschy insiste que a crítica não é ao mérito da política de cotas, mas à forma como será imposta às instituições. E ressalta que, ao contrário do que a mídia faz parecer, a Andifes compreende a importância das ações afirmativas e é favorável às cotas. Como exemplo, cita a política implantada há cinco anos pela Universidade federal do Pará (UFPA), instituição da qual é reitor. “É muito parecida com a prevista pelo projeto, porque reserva metade das vagas para alunos egressos da escola pública, sendo 40% delas para negros”, explicita.

E o reitor ainda defende os resultados já aferidos. “Como estamos formando as primeiras turmas agora, não tivemos como medir o desempenho dos nossos alunos cotistas no mercado de trabalho. Mas na vida acadêmica, tem sido muito equilibrado entre cotistas e não cotistas. A média das notas dos cotistas é até um pouco maior. E o nível de evasão escolar ficou abaixo do dos não

cositas, principalmente porque implantamos uma política de permanência”, afirma.



JORNAL INSTANTÂNEO POR CORRESPONDÊNCIA
Os fatos vistos e revistos por Pedro Porfírio

21. De como o STF sacramenta uma ilusão e ajuda a minar a universidade pública

Desgastados por denúncias mútuas, ministros aplicam às cotas raciais a hermenêutica de conveniência

"Privilegiar um número significativo de candidatos despreparados (negros ou brancos, ou verdes) leva ao rebaixamento do nível das aulas, e contribui para o desmantelamento da cultura do país. Os alunos mais despreparados não têm escolha outra do que lutar para passarem, independentemente de terem assimilado o material ou não. A pressão política torna-se insuportável para os professores e para a administração, e mesmo que esta não entre, existe a pressão humana, porque normalmente os professores preferem aprovar os alunos por uma questão de empatia com os alunos"

Sérgio Monteiro, brasileiro professor de física aposentado da Universidade de Los Angeles, comentando minha coluna na **TRIBUNA DA IMPRENSA** de 13 de fevereiro de 2006

Há várias maneiras de fazer o mal: a pior delas é a que se escuda sob o manto do bem. Há várias formas de destruir: a mais perversa delas é a que, como uma hidra, destrói muitas coisas ao mesmo tempo. Há vários artifícios para se praticar uma fraude: o mais pernicioso deles é o que se investe de todas as faculdades de legitimidade e de justiça.

Digo isso em meio a uma sofrida perplexidade diante do poder de uma cortina de fumaça, uma manobra solerte que ganha foros de um resgate, mas que, na prática, provoca danos irreparáveis aos próprios "beneficiários" e desfigura perigosamente o já minado sistema público de educação.

Estou me referindo à decisão do STF, adotada por UNANIMIDADE, que considera constitucional o regime de cotas raciais, pelo qual, em nome dos melhores propósitos, alguns brasileiros têm mais direitos do que os outros no acesso às universidades públicas. Direitos, aliás, que institucionalizam uma

sociedade de separação racial, como se tivéssemos a mesma trajetória histórica dos Estados Unidos ou África do Sul.

Não é de hoje que alerto sobre essa forma desonesta de desobrigar os governos com o ensino público nos níveis médios e elementares e de dar ao ensino superior uma finalidade totalmente oposta à formação de profissionais capacitados para o exercício de profissões de grande responsabilidade científica e social.

Mas o que me pareceu mais chocante foi a postura dos mais altos magistrados do país, todos nomeados sem concurso público - é bom que se ressalte - que resolveram recorrer a uma hermenêutica de conveniência, em face do desgaste de sua imagem, ferida por acusações mútuas gravíssimas, como a manipulação de julgamentos e conflitos de baixo nível.

À margem do próprio questionamento dos votos demagógicos que não ficam bem para ministros da Suprema Corte, persiste outra perplexidade: a usurpação sistemática da função legislativa por parte do Judiciário, isto porque, reconheça-se, esse Congresso que está aí pode ser tudo, menos uma casa de leis.

Pode ser um antro de tráfico de influências, com senadores e deputados alugando seus mandatos aos interesses mais escusos, em sintonia com governadores e representantes do Poder Executivo Federal dados à cobiça do ganho fácil, na promíscua convivência com quem presta serviços e é remunerado generosamente pelos cofres públicos.

*Como disse, há muitos anos tenho advertido para esse embuste com cara de fada madrinha. Em 13 de fevereiro de 2006, portanto há seis anos, já questionava em minha coluna na TRIBUNA DA IMPRENSA, sob o título [Cotas na Universidade, mais um contrabando made in USA:](#) ***Você acredita mesmo que a reserva de vagas para "afrodescendentes" e descendentes de índios é uma medida honesta que reduzirá desigualdades sociais e não comprometerá nem a qualidade da Universidade nem os princípios constitucionais pétreos que asseguram direitos iguais, independente de raça, cor ou credo? Pois eu diria, antes de me aprofundar na matéria, que, paradoxalmente, não há proposta mais racista do que a fixação de cotas. E mais: tal medida só serve à grande conspiração contra o ensino público, já vitoriosa nos primeiros graus, num retrocesso irresponsável".****

Não foram duas ou três as colunas que escrevi, mas quero destacar ainda a de 7 de março de 2010, em que colocava o dedo na ferida: [As cotas da insensatez escondem a desconstrução do ensino público.](#) Então abri a coluna, lamentando:

O que é que eu posso fazer? A manipulação das angústias é tão eficiente que entorpece as mentes com a carga de uma droga letal. Há fórmulas para toda dúvida. E sofismas de sobra. E de tais ingredientes é a química das idéias que não deixa escolha. É concordar com o dito ou correr risco.

Nessa questão das cotas raciais nas universidades, discutidas neste momento em audiências no Supremo Tribunal, ai de quem não concordar. O fogo parte de todos os lados, inclusive dos intocáveis da mídia, que chegam ao ponto de equiparar o Brasil aos Estados Unidos, fonte de inspiração dessas "ações afirmativas"..

<p>Hoje, mais do que nunca, estou convencido de um grande complô contra a universidade e a inteligência no país, o resto exposto a uma macabra sinfonia de mediocridade manipulada</p>	 <p>Os gêmeos Alex e Alan disputaram vagas na Universidade de Brasília: um como branco, outro como negro, segundo critério da própria escola. O que você acha?</p>
--	---

O alvo é de fato conseguir fazer com as universidades públicas, que são as melhores do país segundo todos os "provões", o mesmo que fizeram com o ensino médio e o elementar, outrora de qualidade, tendo o Colégio Pedro II e as escolas técnicas federais e o Colégio Estadual André Maurois, como degraus garantidos de acesso por concurso e sem cotas às universidades públicas.

Curioso a esta altura é que as três universidades que estão melhor posicionadas no ensino superior brasileiro - USP, UNESP e Unicamp - têm

resistido até hoje à implantação de cotas. A USP oferece um bônus em pontuação para estudantes da rede pública. A Unicamp dá bônus também para alunos que se declaram afro-descendentes, mas nada que tumultue o livre acesso a quem queima a mufa para fazer vestibular e se prepara efetivamente para o desempenho durante o curso.

Com as cotas excludentes, quem ganha mesmo são as faculdades particulares, cada vez mais caras, principalmente as que têm padrões de qualidade próximos às universidades públicas, como a PUC, FGV e o IBMEC.

E quem perde é a sociedade brasileira, como um todo, que precisa de uma escola pública de qualidade em todos os níveis, capaz de formar profissionais à altura de uma era rica em novidades tecnológicas e científicas.

Em tempo: para ser coerente, o STF poderia produzir um projeto de cotas raciais para a escolha dos juízes de primeira instância, os únicos, aliás, que entram por concurso na magistratura.

Como o foi escolhido o primeiro negro para o Supremo

[Clique aqui](#) e como aconteceu a nomeação do primeiro ministro negro para o Supremo, conforme narrativa do Frei Betto, ex-assessor direto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu livro *Calendário do Poder*, comentado por mim em 14 de dezembro de 2008.

[Permitida a publicação, preservada a autoria](#)

Permitida a reprodução e repasse desta matéria, desde que preservada sua autoria

<http://www.facebook.com/porfiriolivre>

<http://twitter.com/pedroporfirio#>

LEIA A COLUNA no BLOG [PORFÍRIO LIVRE](#)

Síntese dos Indicadores Sociais 2008- Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira -

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&

Hiato entre brancos e pretos e pardos com superior completo aumenta entre 1997 e 2007

Em 2007, a taxa de freqüência a curso universitário para estudantes entre 18 e 25 anos de idade na população branca (19,4%) era quase o triplo da registrada entre pretos e pardos (6,8%). Quadro que se repetia, com pouca variação, em todas as regiões.

Nesse nível de ensino, em todas as idades entre 18 e 25 anos, os estudantes pretos e pardos não conseguiram alcançar em 2007 a taxa de freqüência que os brancos tinham dez anos antes. Nesse intervalo de tempo, a diferença a favor dos brancos, em vez de diminuir, aumentou, passando, por exemplo, de 9,6 pontos percentuais, aos 21 anos de idade, em 1997, para 15,8 pontos percentuais em 2007.

Essas desigualdades se expressam nas informações referentes a pessoas com ensino superior concluído, que apresentam níveis bastante diferentes entre brancos e pretos e pardos, quadro que também tem se agravado. Em 1997, 9,6% dos brancos e 2,2% dos pretos e pardos tinham nível superior completo no país; em 2007, esses percentuais eram, respectivamente, de 13,4% e 4,0%. Ou seja, o hiato entre os dois grupos, que era de 7,4 pontos percentuais em 1997, passou para 9,4 em 2007.

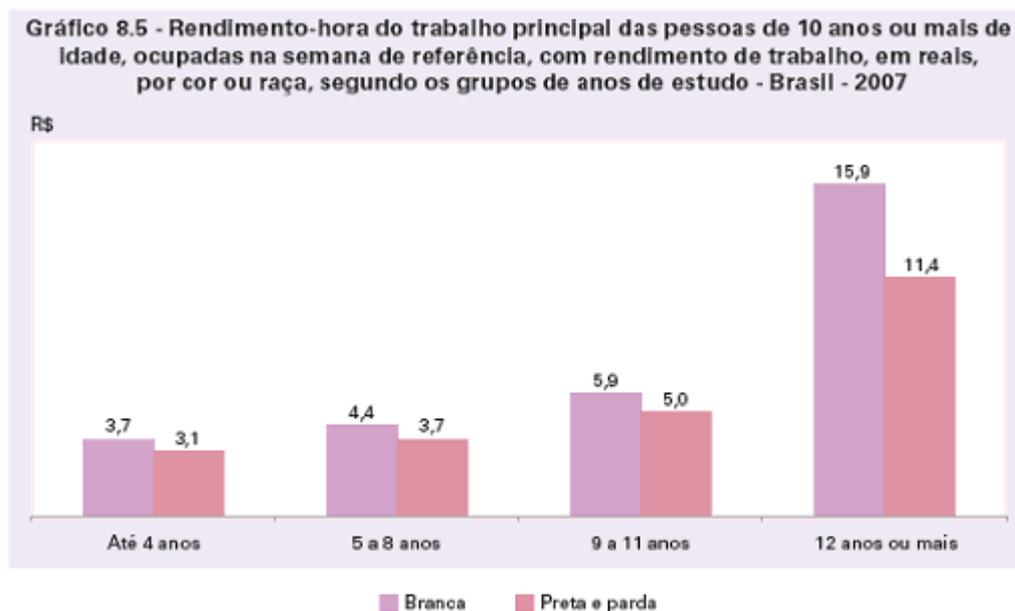
Com 12 anos ou mais de estudo, rendimento-hora dos brancos é 40% maior que o de pretos e pardos

As conseqüências das desigualdades educacionais se refletem nos rendimentos médios dos pretos e pardos, que se apresentam sempre menores (em torno de 50%) que os dos brancos. Mesmo quando são considerados os rendimentos-hora de acordo com grupos de anos de estudo, em todos eles os brancos são favorecidos, com rendimentos-hora até 40% mais elevados que os de pretos e pardos, no grupo com 12 ou mais anos de estudo.

A distribuição das pessoas por cor ou raça entre os 10% mais pobres e entre o 1% mais rico mostra que os brancos chegavam a pouco mais de 25% dos mais pobres e a mais de 86% entre os mais ricos. Por sua vez, os pretos e pardos são quase 74% entre os mais pobres e só correspondem a pouco mais de 12% dos mais ricos. As variações desses percentuais por grandes regiões, embora reflitam as diferenças de distribuição por cor na população como um todo, mantêm as desigualdades.

Há, também, uma diminuição sistemática do percentual de pretos e pardos à medida que aumentam os décimos de rendimentos, com crescimento constante da participação dos brancos. No primeiro décimo, onde estão os mais pobres, aparecem quase 15% da população preta ou parda e apenas

pouco mais de 5% dos brancos, sendo que no último décimo, o do mais ricos, esses valores se invertem, encontrando-se quase 16% dos brancos e apenas pouco mais de 4% dos pretos e pardos.



Quase metade dos jovens vivem em domicílios com renda *per capita* de até ½ salário mínimo

Em 2007, do total das 60,1 milhões de famílias brasileiras, 28,1 milhões (47,7%) contavam com pelo menos uma criança ou adolescente de até 14 anos de idade. A pobreza no país, embora tenha se reduzido nos últimos 10 anos, continua a afetar com muito mais intensidade as crianças e adolescentes. Em 2007, a PNAD revelou que 30,0% dos brasileiros viviam com rendimento familiar mensal de até ½ salário mínimo *per capita*. No caso dos domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, essa proporção sobe para 46%. Chama mais atenção ainda o percentual de domicílios com rendimento familiar mensal de até ¼ de salário mínimo e com crianças, que chega a 19,6%. Em contrapartida, apenas 1,7% desse segmento da população vivia com rendimento familiar de mais de 5 salários mínimos *per capita*.

Entre jovens de 18 a 24 anos que estudavam, os que cursavam ensino superior passaram de 22,1% a 48,1% em 10 anos

A população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo (ensino médio completo) representava 37,9% do total nessa faixa etária, em 2009. As desigualdades regionais também eram marcantes: no Sudeste, a proporção era de 44,0%; e no Nordeste, 31,8%. Ainda entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, 15,1% tinham 11 anos ou mais de estudo, e, entre estes, 10,7% continuavam estudando.

A distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos entre os níveis educacionais revela avanços: em 1999, 24,8% deles ainda estavam no ensino fundamental, contra 22,1% no ensino superior; em 2009, esses percentuais foram para 8,3% e 48,1%, respectivamente.

IBGE /SIS – 2010 -
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1

22."Negros têm de ser prioridade no Brasil sem Miséria"

13 de maio de 2011 | 0h 00

Roldão Arruda - O Estado de S.Paulo

Os negros e os pardos constituem a maioria (70,8%) da população de 16,2 milhões de miseráveis que o programa Brasil Sem Miséria pretende beneficiar. Para a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, tal constatação, anunciada na semana passada, deveria levar os mentores do programa, a ser lançado nos próximos dias, a explicitar que seu alvo principal é a população negra. A decisão contribuiria para focar as ações, orientar agentes sociais e atrair um segmento populacional que acredita "muito pouco" na capacidade do poder público de lhe oferecer atenção.



Célio Messias/AE

Cotas. 'Sociedade conviveu muito tempo com a desigualdade'

Em entrevista ao Estado, a ministra defendeu a permanência de cotas raciais nas universidades e a sua extensão a concursos públicos, como forma de superar os efeitos de séculos de exclusão. Para ela, o Brasil precisa superar a tendência de achar natural a pobreza entre negros: "Existe o pressuposto, alimentado pelo racismo, de que os negros são pessoas sem capacidade, sem força de vontade".

No dia do 123.º aniversário da Lei Áurea, que oficialmente pôs fim à escravidão no País, a ministra diz que o Brasil ainda tem muito a mudar, mas já pode

comemorar o fato de cada vez mais negros brasileiros assumirem a cor de sua pele, como demonstrou o último censo.

A senhora tem sido ouvida nas conversas sobre o programa Brasil Sem Miséria, que deve ser lançado nos próximos dias?

Participamos de reuniões com o Ministério do Desenvolvimento Social. A nossa preocupação foi sempre no sentido de que se deve ir além do diagnóstico de que os negros constituem a maioria dos miseráveis. Para nós, o fato de a maioria dos miseráveis identificados pelo governo serem negros tem que ser traduzido nas ações do programa. Sugerimos que seja explicitado que as categorias que serão prioritariamente beneficiadas são formadas por pessoas negras. É importante deixar isso explícito, considerando que existe certa tendência no Brasil de se naturalizar a presença de negros na condição de pobreza. Ela não causa estranheza porque existe um pressuposto, alimentado pelo racismo, de que os negros são pessoas sem capacidade e sem força de vontade, além de uma série de outras imagens negativas.

Pode dar um exemplo de como essa explicitação seria útil?

Podemos citar o caso das ações específicas que o programa terá para a agricultura familiar, setor no qual existe a tendência a se esquecer o negro. O agricultor familiar não é associado ao trabalhador negro e, por isso, é preciso deixar claro à pessoa que trabalha no programa que está procurando comunidades negras rurais, quilombos, e que é isso que vai encontrar. Se a gente nomear, o programa também fica mais evidente para quem se deseja atingir. Essa recomendação tem a ver com o que aconteceu com a adoção de cotas para negros nas universidades.

O que aconteceu?

À medida que ficou evidente a intenção de se democratizar o acesso à universidade pela via da inserção de estudantes negros, ocorreu uma reação positiva no meio da juventude negra, que passou a se inscrever no vestibular - coisa que não fazia antes, porque a universidade não era para ela. Por isso, o programa de combate à miséria deve deixar explícita a vontade de incluir segmentos até agora esquecidos e que acreditam muito pouco na capacidade do poder público de olhar para sua situação.

As cotas têm sido muito criticadas. Como vê essa reação?

Era esperada, porque a sociedade conviveu por muito tempo com a desigualdade e, como já disse, passou a achar natural. O que sustenta a permanência da desigualdade racial no Brasil é justamente o fato de pessoas acharem que negros e brancos não são iguais, que não têm a mesma capacidade. Sob esse ponto de vista é mais fácil manter a sociedade do jeito que sempre foi do que criar condições para mudanças. O que deve ficar evidente, por outro lado, é que estamos passando por processos de transformação profundos. O fato de o último censo demográfico ter

demonstrado que a população negra ultrapassou a metade do total de brasileiros é emblemático.

Por quê?

Porque demonstra a mudança de mentalidade. Os analistas do censo perceberam que houve um aumento em todas as faixas etárias de pessoas que se declararam negras. Isso ocorreu até com pessoas que haviam declarado outra coisa em 2001. É uma mudança que contraria todos os prognósticos feitos no início do século 20. A aposta era de que a população negra desapareceria, por meio da miscigenação, embranquecimento e de outros caminhos.

Existem coisas para serem comemoradas neste 13 de Maio?

Na questão racial, a cada patamar alcançado aparecem novas contradições. É por isso que muitas vezes surge a sensação de que continuamos no mesmo lugar. Hoje, ao mesmo tempo que celebramos o fato de a população negra constituir maioria no Brasil, convivemos com esse cenário no qual mais de 70% dos miseráveis são negros.

Existem problemas também para os negros em situação econômica melhor. Na iniciativa privada, ganham menos e enfrentam maiores dificuldades.

Ainda não temos um levantamento de todos os efeitos das ações afirmativas no ensino superior, mas já sabemos que há uma quantidade de pessoas negras com título universitário muito maior do existia há dez anos. E agora? Se você cria estímulos, agora tem que assegurar a inserção no mercado de trabalho, de modo compatível com a formação que se adquiriu.

A elevação do grau de escolaridade ocorreu no meio de toda a população mais pobre. Por que desenvolver políticas específicas para negros, em vez de garantir boa inserção para todos?

Porque sem políticas específicas não se consegue produzir resultados na rapidez ideal. A grande questão é diminuir a desigualdade. Com todo o investimento que se fez em educação, ainda existe uma diferença de cerca de 1,8 ano de estudos entre negros e brancos.

QUEM É

Gaúcha de Porto Alegre, é doutora em sociologia. Mudou-se para a Bahia em 1979, quando passou a militar no movimento negro. Atuou na conferência mundial contra o racismo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e trabalhou no Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional, na implementação do programa de combate ao racismo.

23. Cotas e democracia

domingo, 11 de abril de 2010

O texto abaixo sobre as cotas para negros nas universidades foi apresentado ao STF. Na audiência pública, onde compareci no dia 4/03/2010 como representante da Fundação Palmares, junto com a jurista Flávia Piovesan, autora de um **notável** parecer, modifiquei meu texto para tomar em conta intervenções do dia anterior (é a fala que foi transmitida pela TV Justiça e que **está** no **Youtube**). Fiz em seguida um resumo que publiquei na **Folha** em 7/03/2010.

Por iniciativa dos professores Martha Abreu (da UFF) e João Reis (UFBA) este parecer circulou entre especialistas, recebendo o apoio de uma centena de pesquisadores e professores universitários « na sua maioria especialista em história da escravidão e da pós-abolição no Brasil » (Ver post **acima**). Na elaboração do parecer, agradeço a ajuda de Fúlvia Rosemberg (Fundação Carlos Chagas), Ciro Biderman (FGV), Paulo Sérgio Pinheiro (USP), Mário Theodoro (IPEA), Marcelo Tragtemberg (UFSC), José Jorge de Carvalho (UNB) e da procuradora federal Dra. Dora Bertúlio (Fundação Palmares).

Já tinha escrito sobre **isso** há alguns **anos** e voltarei ao assunto mais adiante.

Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal

No presente ano de 2010, os brasileiros afro-descendentes, os cidadãos que se auto-define como pretos e pardos no recenseamento nacional, passam a formar a maioria da população do país. A partir de agora -, na conceituação consolidada em décadas de pesquisas e de análises metodológicas do IBGE -, mais da metade dos brasileiros são negros. Esta mudança vai muito além da demografia. Ela traz ensinamentos sobre o nosso passado, sobre quem somos e de onde viemos, e traz também desafios para o nosso futuro. Minha fala tentará juntar os dois aspectos do problema, partindo de um resumo histórico para chegar à atualidade e ao julgamento que nos ocupa. Os ensinamentos sobre nosso passado, referem-se à densa presença da população negra na formação do povo brasileiro. Todos nós sabemos que esta presença originou-se e desenvolveu-se na violência. Contudo, a extensão e o impacto do escravismo não tem sido suficientemente sublinhada. A petição inicial de ADPF apresentada pelo DEM a esta Corte fala genericamente sobre “o racismo e a opção pela escravidão negra » (pp. 37-40), sem considerar a especificidade do escravismo em nosso país. Na realidade, nenhum país americano praticou a escravidão em tão larga escala como o Brasil. Do total de cerca de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o

território brasileiro num período de três séculos (1550-1856). O outro grande país escravista do continente, os Estados Unidos, praticou o tráfico negreiro por pouco mais de um século (entre 1675 e 1808) e recebeu uma proporção muito menor -, perto de 560.000 africanos -, ou seja, 5,5% do total do tráfico transatlântico.[1] No final das contas, o Brasil se apresenta como o agregado político americano que captou o maior número de africanos e que manteve durante mais tempo a escravidão. Durante estes três séculos, vieram para este lado do Atlântico milhões de africanos que, em meio à miséria e ao sofrimento, tiveram coragem e esperança para constituir as famílias e as culturas formadoras de uma parte essencial do povo brasileiro. Arrancados para sempre de suas famílias, de sua aldeia, de seu continente, eles foram deportados por negreiros luso-brasileiros e, em seguida, por traficantes genuinamente brasileiros que os trouxeram acorrentados em navios arvorando o auriverde pendão de nossa terra, como narram estrofes menos lembradas do poema de Castro Alves. No século XIX, o Império do Brasil aparece ainda como a única nação independente que praticava o tráfico negreiro em larga escala. Alvo da pressão diplomática e naval britânica, o comércio oceânico de africanos passou a ser proscrito por uma rede de tratados internacionais que a Inglaterra teceu no Atlântico. [2]

O tratado anglo-português de 1818 vetava o tráfico no norte do equador. Na sequência do tratado anglo-brasileiro de 1826, a lei de 7 de novembro de 1831, proibiu a totalidade do comércio atlântico de africanos no Brasil. Entretanto, 50.000 africanos oriundos do norte do Equador são ilegalmente desembarcados entre 1818 e 1831, e 710.000 indivíduos, vindos de todas as partes da África, são trazidos entre 1831 e 1856, num circuito de tráfico clandestino. Ora, da mesma forma que o tratado de 1818, a lei de 1831 assegurava plena liberdade aos africanos introduzidos no país após a proibição. Em consequência, os alegados proprietários desses indivíduos livres eram considerados sequestradores, incorrendo nas sanções do artigo 179 do «Código Criminal», de 1830, que punia o ato de “reduzir à escravidão a pessoa livre que se achar em posse de sua liberdade ». A lei de 7 de novembro 1831 impunha aos infratores uma pena pecuniária e o reembolso das despesas com o reenvio do africano sequestrado para qualquer porto da África. Tais penalidades são reiteradas no artigo 4º da Lei de 4 de setembro de 1850, a lei Eusébio de Queirós que acabou definitivamente com o tráfico negreiro. Porém, na década de 1850, o governo imperial anistiou, na prática, os senhores culpados do crime de seqüestro, mas deixou livre curso ao crime correlato, a escravização de pessoas livres.[3] De golpe, os 760.000 africanos desembarcados até 1856 -, e a totalidade de seus descendentes -, continuaram sendo mantidos ilegalmente na escravidão até 1888[4]. Para que não estourassem rebeliões de escravos e de gente ilegalmente escravizada, para que a ilegalidade da posse de cada senhor, de cada seqüestrador, não se transformasse em insegurança coletiva dos proprietários, de seus sócios e credores -, abalando todo o país -, era preciso que vigorasse um conluio geral, um pacto implícito em favor da violação da lei. Um pacto fundado nos “interesses coletivos da sociedade”, como sentenciou, em 1854, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco. O tema subjaz aos debates da época. O próprio Joaquim Nabuco -, que está sendo homenageado neste ano do centenário de sua morte -, escrevia com

todas as letras em “O Abolicionismo” (1883): “Durante cinqüenta anos a grande maioria da propriedade escrava foi possuída ilegalmente. Nada seria mais difícil aos senhores, tomados coletivamente, do que justificar perante um tribunal escrupuloso a legalidade daquela propriedade, tomada também em massa”[5].

Tal “tribunal escrupuloso” jamais instaurou-se nas cortes judiciárias, nem tampouco na historiografia do país. Tirante as ações impetradas por um certo número de advogados e magistrados abolicionistas, o assunto permaneceu encoberto na época e foi praticamente ignorado pelas gerações seguintes. Resta que este crime coletivo guarda um significado dramático: ao arrepio da lei, a maioria dos africanos cativados no Brasil a partir de 1818 -, e todos os seus descendentes -, foram mantidos na escravidão até 1888. Ou seja, boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda -, primeiro e sobretudo -, ilegal. Como escreví, tenho para mim que este pacto dos sequestradores constitui o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira.[6]

Firmava-se duradouramente o princípio da impunidade e do casuísmo da lei que marca nossa história e permanece como um desafio constante aos tribunais e a esta Suprema Corte. Conseqüentemente, não são só os negros brasileiros que pagam o preço da herança escravista. Outra deformidade gerada pelos “males que a escravidão criou”, para retomar uma expressão de Joaquim Nabuco, refere-se à violência policial. Para expor o assunto, volto ao século XIX, abordando um ponto da história do direito penal que os ministros desta Corte conhecem bem e que peço a permissão para relembrar. Depois da Independência, no Brasil, como no sul dos Estados Unidos, o escravismo passou a ser consubstancial ao State building, à organização das instituições nacionais. Houve, assim, uma modernização do escravismo para adequá-lo ao direito positivo e às novas normas ocidentais que regulavam a propriedade privada e as liberdades públicas. Entre as múltiplas contradições engendradas por esta situação, uma relevava do Código Penal: como punir o escravo delinqüente sem encarcerá-lo, sem privar o senhor do usufruto do trabalho do cativo que cumpria pena prisão? Para solucionar o problema, o quadro legal foi definido em dois tempos. Primeiro, a Constituição de 1824 garantiu, em seu artigo 179, a extinção das punições físicas constantes nas aplicações penais portuguesas. “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”; a Constituição também prescrevia: “as cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes”. Conforme os princípios do Iluminismo, ficavam assim preservadas as liberdades e a dignidade dos homens livres. Num segundo tempo, o Código Criminal de 1830 tratou especificamente da prisão dos escravos, os quais representavam uma forte proporção de habitantes do Império. No seu artigo 60, o Código reatualiza a pena de tortura. “Se o réu for escravo e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar, o número de açoites será fixado na sentença e o escravo não

poderá levar por dia mais de 50”. Com o açoite, com a tortura, podia-se punir sem encarcerar: estava resolvido o dilema. Longe de restringir-se ao campo, a escravidão também se arraigava nas cidades. Em 1850, o Rio de Janeiro contava 110.000 escravos entre seus 266.000 habitantes, reunindo a maior concentração urbana de escravos da época moderna. Neste quadro social, a questão da segurança pública e da criminalidade assumia um viés específico.[7] De maneira mais eficaz que a prisão, o terror, a ameaça do açoite em público, servia para intimidar os escravos.

Oficializada até o final do Império, esta prática punitiva estendeu-se às camadas desfavorecidas, aos negros em particular e aos pobres em geral. Junto com a privatização da justiça efetuada no campo pelos fazendeiros, tais procedimentos travaram o advento de uma política de segurança pública fundada nos princípios da liberdade individual e dos direitos humanos. Enfim, uma terceira deformidade gerada pelo escravismo afeta diretamente o estatuto da cidadania. É sabido que nas eleições censitárias de dois graus ocorrendo no Império, até a Lei Saraiva, de 1881, os analfabetos, incluindo negros e mulatos alforriados, podiam ser votantes, isto é, eleitores de primeiro grau, que elegiam eleitores de 2º grau (cerca de 20.000 homens em 1870), os quais podiam eleger e ser eleitos parlamentares. Depois de 1881, foram suprimidos os dois graus de eleitores e em 1882, o voto dos analfabetos foi vetado. Decidida no contexto pré-abolicionista, a proibição buscava criar um ferrolho que barrasse o acesso do corpo eleitoral à maioria dos libertos. Gerou-se um estatuto de infracidania que perdurou até 1985, quando foi autorizado o voto do analfabeto. O conjunto dos analfabetos brasileiros, brancos e negros, foi atingido.[8] Mas a exclusão política foi mais impactante na população negra, onde o analfabetismo registrava, e continua registrando, taxas proporcionalmente bem mais altas do que entre os brancos.[9] Pelos motivos apontados acima, os ensinamentos do passado ajudam a situar o atual julgamento sobre cotas universitárias na perspectiva da construção da nação e do sistema político de nosso país. Nascidas no século XIX, a partir da impunidade garantida aos proprietários de indivíduos ilegalmente escravizados, da violência e das torturas infligidas aos escravos e da infracidania reservada ao libertos, as arbitrariedades engendradas pelo escravismo submergiram o país inteiro. Por isso, agindo em sentido inverso, a redução das discriminações que ainda pesam sobre os afrobrasileiros -, hoje majoritários no seio da população -, consolidará nossa democracia. Portanto, não se trata aqui de uma simples lógica indenizatória, destinada a quitar dívidas da história e a garantir direitos usurpados de uma comunidade específica, como foi o caso, em boa medida, nos memoráveis julgamentos desta Corte sobre a demarcação das terras indígenas. No presente julgamento, trata-se, sobretudo, de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no aperfeiçoamento da democracia, no vir a ser da nação. Tais são os desafios que as cotas raciais universitárias colocam ao nosso presente e ao nosso futuro.

Atacando as cotas universitárias, a ADPF do DEM, traz no seu ponto 3 o seguinte título « o perigo da importação de modelos : os exemplos de Ruanda e dos Estados Unidos da América » (pps. 41-43). Trata-se de uma

comparação absurda no primeiro caso e inepta no segundo. Qual o paralelo entre o Brasil e Ruanda, que alcançou a independência apenas em 1962 e viu-se envolvido, desde 1990, numa conflagração generalizada que os especialistas denominam a « primeira guerra mundial africana », implicando também o Burundi, Uganda, Angola, o Congo Kinsasha e o Zimbabuê, e que culminou, em 1994, com o genocídio de quase 1 milhão de tutsis e milhares de hutus ruandenses ?

Na comparação com os Estados Unidos, a alegação é inepta por duas razões. Primeiro, os Estados Unidos são a mais antiga democracia do mundo e servem de exemplo a instituições que consolidaram o sistema político no Brasil. Nosso federalismo, nosso STF -, vosso STF – são calcados no modelo americano. Não há nada de “perigoso” na importação de práticas americanas que possam reforçar nossa democracia. A segunda razão da inépcia reside no fato de que o movimento negro e a defesa dos direitos dos ex-escravos e afrodescendentes tem, como ficou dito acima, raízes profundas na história nacional. Desde o século XIX, magistrados e advogados brancos e negros tem tido um papel fundamental nesta reinvidicações.

Assim, ao contrário do que se tem dito e escrito, a discussão relançada nos anos 1970-1980 sobre as desigualdades raciais é muito mais o resultado da atualização das estatísticas sociais brasileiras, num contexto de lutas democráticas contra a ditadura, do que uma propalada « americanização » do debate sobre a discriminação racial em nosso país. Aliás, foram estas mesmas circunstâncias que suscitaram, na mesma época, os questionamentos sobre a distribuição da renda no quadro do alegado « milagre econômico ». Havia, até a realização da primeira PNAD incluindo o critério cor, em 1976, um grande desconhecimento sobre a evolução demográfica e social dos afrodescendentes.

De fato, no Censo de 1950, as estatísticas sobre cor eram limitadas, no Censo de 1960, elas ficaram inutilizadas e no Censo de 1970 elas eram inexistentes. Este longo período de eclipse estatística facilitou a difusão da ideologia da “democracia racial brasileira”, que apregoava de inexistência de discriminação racial no país. Todavia, as PNADs de 1976, 1984, 1987, 1995, 1999 e os Censos de 1980, 1991 e 2000, incluíram o critério cor. Constatou-se, então, que no decurso de três décadas, a desigualdade racial permanecia no quadro de uma sociedade mais urbanizada, mais educada e com muito maior renda do que em 1940 e 1950. Ou seja, ficava provado que a desigualdade racial tinha um carácter estrutural que não se reduzia com progresso econômico e social do país. Daí o adensamento das reinvidicações da comunidade negra, apoiadas por vários partidos políticos e por boa parte dos movimentos sociais. Nesta perspectiva, cabe lembrar que a democracia, a prática democrática, consiste num processo dinâmico, reformado e completado ao longo das décadas pelos legisladores brasileiros, em resposta às aspirações da sociedade e às iniciativas de países pioneiros. Foi somente em 1932 -, ainda assim com as conhecidas restrições suprimidas em 1946 -, que o voto feminino instaurou-se no Brasil. Na época, os setores tradicionalistas alegaram que a capacitação política das mulheres iria dividir as famílias e perturbar a tranquilidade de nação. Pouco a pouco, normas consensuais que impediam a plena cidadania e a realização profissional das mulheres foram sendo reduzidas, segundo o preceito -, aplicável também na questão racial -, de que se deve tratar de maneira desigual o problema gerado por uma situação

desigual.

Para além do caso da política de cotas da UNB, o que está em pauta neste julgamento são, a meu ver, duas questões essenciais. A primeira é a seguinte : malgrado a inexistência de um quadro legal discriminatório a população afrobrasileira é discriminada nos dias de hoje? A resposta está retratada nas creches, nas ruas, nas escolas, nas universidades, nas cadeias, nos laudos dos IML de todo o Brasil. Não me cabe aqui entrar na análise de estatísticas raciais, sociais e econômicas que serão abordadas por diversos especialistas no âmbito desta Audiência Pública. Observo, entretanto, que a ADPF apresentada pelo DEM, na parte intitulada « A manipulação dos indicadores sociais envolvendo a raça » (pp. 54-59), alinha algumas cifras e cita como única fonte analítica, o livro do jornalista Ali Kamel, o qual, como é sabido, não é versado no estudo das estatísticas do IBGE, do IPEA, da ONU e das incontáveis pesquisas e teses brasileiras e estrangeiras que demonstram, maciçamente, a existência de discriminação racial no Brasil. Dai decorre a segunda pergunta que pode ser formulada em dois tempos. O sistema de promoção social posto em prática desde o final da escravidão poderá eliminar as desigualdades que cercam os afrobrasileiros? A expansão do sistema de bolsas e de cotas pelo critério social provocará uma redução destas desigualdades ?

Os dados das PNADs organizados pelo IPEA mostram, ao contrário, que as disparidades se mantêm ao longo da última década. Mais ainda, a entrada no ensino superior exacerba a desigualdade racial no Brasil. Dessa forma, no ensino fundamental (de 7 a 14 anos), a diferença entre brancos e negros começou a diminuir a partir de 1999 e em 2008 a taxa de frequência entre os dois grupos é praticamente a mesma, em torno de 95% e 94% respectivamente. No ensino médio (de 15 a 17 anos) há uma diferença quase constante entre 1992 e 2008. Neste último ano, foram registrados 61,0% de alunos brancos e 42,0% de alunos negros desta mesma faixa etária. Porém, no ensino superior a diferença entre os dois grupos se escancarou. Em 2008, nas faixas etárias de brancos maiores de 18 anos de idade, havia 20,5% de estudantes universitários e nas faixas etárias de negros maiores de 18 anos, só 7,7% de estudantes universitários.[10] Patenteia-se que o acesso ao ensino superior constitui um gargalo incontornável para a ascensão social dos negros brasileiros.

Por todas estas razões, reafirmo minha adesão ao sistema de cotas raciais aplicado pela Universidade de Brasília. Penso que seria uma simplificação apresentar a discussão sobre as cotas raciais como um corte entre a esquerda e a direita, o governo e a oposição ou o PT e o PSDB. Como no caso do plebiscito de 1993, sobre o presidencialismo e o parlamentarismo, a clivagem atravessa as linhas partidárias e ideológicas. Aliás, as primeiras medidas de política afirmativa relativas à população negra foram tomadas, como é conhecido, pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Como deixei claro, utilizei vários estudos do IPEA para embasar meus argumentos. Ora, tanto o presidente do IPEA no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, o professor Roberto Borges Martins, como o presidente do IPEA no segundo governo Lula, o professor Márcio Porchman -, colegas por quem tenho respeito e admiração -, coordenaram vários estudos sobre a discriminação racial no Brasil nos dias de hoje e são ambos favoráveis às políticas afirmativas e às políticas de cotas raciais.

A existência de alianças transversais deve nos conduzir -, mesmo num ano de eleições -, a um debate menos ideologizado, onde os argumentos de uns e de outros possam ser analisados a fim de contribuir para a superação da desigualdade racial que pesa sobre os negros e a democracia brasileira.

Notas

[1]. Ver o Database acessível no sítio <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>

[2]. Demonstrando um grande desconhecimento da história pátria e superficialidade em sua argumentação, a petição do DEM afirma na página 35: “Por que não direcionamos a Portugal e à Inglaterra a indenização a ser devida aos afrodescendentes, já que foram os portugueses e os ingleses quem organizaram o tráfico de escravos e a escravidão no Brasil?”. Como é amplamente conhecido, os ingleses não tiveram participação no escravismo brasileiro, visto que o tráfico negreiro constituía-se como um monopólio português, com ativa participação brasileira no século XIX. Bem ao contrário, por razões que não cabe desenvolver neste texto, a Inglaterra teve um papel decisivo na extinção do tráfico negreiro para o Brasil

[3]. A. Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico, Jurídico, Social* (1867), Vozes, Petrópolis, R.J., 1976, 2 vols. , v. 1, pp. 201-222. Numa mensagem confidencial ao presidente da província de São Paulo, em 1854, Nabuco de Araújo, ministro da Justiça, invoca “os interesses coletivos da sociedade”, para não aplicar a lei de 1831, prevendo a liberdade dos africanos introduzidos após esta data, Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império* (1897-1899), Topbooks, Rio de Janeiro, 1997, 2 vols., v. 1, p. 229, n. 6

[4] . Beatriz G. Mamigonian, comunicação no seminário do Centre d’Études du Brésil et de l’Atlantique Sud, Université de Paris IV Sorbonne, 21/11/2006; D.Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Oxford University Press, Oxford, U.K. 1989, appendix A, pp. 234-244.

[5] . Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo* (1883), ed. Vozes, Petrópolis, R.J., 1977, pp 115-120, 189. Quinze anos depois, confirmando a importância primordial do tráfico de africanos -, e da na reprodução desterritorializada da produção escravista -, Nabuco afirma que foi mais fácil abolir a escravidão em 1888, do que fazer cumprir a lei de 1831, id., *Um Estadista do Império* (1897-1899), Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2 vols., v. 1, p. 228.

[6] . L.F. de Alencastro, “A desmemória e o recalque do crime na política brasileira”, in Adauto Novaes, *O Esquecimento da Política*, Agir Editora, Rio de Janeiro, 2007, pp. 321-334.

[7] . Luiz Felipe de Alencastro, “Proletários e Escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro 1850-1870”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, 1988, pp. 30-56;

[8] . Elza Berquó e L.F. de Alencastro, “A Emergência do Voto Negro”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº33, 1992, pp.77-88.

[9] . O censo de 1980 mostrava que o índice de indivíduos maiores de cinco anos "sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução" era de 47,3% entre os pretos, 47,6% entre os pardos e 25,1% entre os brancos. A desproporção reduziu-se em seguida, mas não tem se modificado nos últimos 20 anos.

Segundo as PNADs, em 1992, verificava-se que na população maior de 15 anos, os brancos analfabetos representavam 4,0 % e os negros 6,1 %, em 2008 as taxas eram, respectivamente de 6,5% e 8,3%. O aumento das taxas de analfabetos provém, em boa parte, do fato que a partir de 2004, as PNADs passa a incorporar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Dados extraídos das tabelas do IPEA. [10] . Dados fornecidos pelo pesquisador do IPEA, Mario Lisboa Theodoro, que também participa desta Audiência Pública.

Revolução Quilombolivariana! 1PARTE
Viva Zumbi! Viva Che! Viva Hugo Chávez!
Conscientização! Justiça ! Prosperidade! Solidariedade!
Fraternidade! Amor! Paz! Socialismo Quilombolivariano!
Ao Nosso Povo! Viva Brasil! Venceremos Feliz 2010!

Manifesto em solidariedade, liberdade e desenvolvimento dos povos afro-ameríndio latinos, no dia 01 de maio dia do trabalhador foi lançado o manifesto da Revolução Quilombolivariana fruto de inúmeras discussões que questionavam a situação dos negros, índios da América Latina, que apesar de estarmos no 3º milênio em pleno avanço tecnológico, o nosso coletivo se encontra a margem e marginalizados de todos de todos os benefícios da sociedade capitalista euro-americano, que em pese que esse grupo de países a pirâmide do topo da sociedade mundial e que ditam o que e certo e o que é errado, determinando as linhas de comportamento dos povos comandando pelo imperialismo norte-americano, que decide quem é do bem e quem do mal, quem é aliado e quem é inimigo, sendo que essas diretrizes da colonização do 3º Mundo, Ásia, África e em nosso caso América Latina, tendo como exemplo o nosso Brasil, que alias é uma força de expressão, pois quem nos domina é a elite associada à elite mundial, é de conhecimento que no Brasil que hoje nos temos mais de 30 bilionários, sendo que a alguns destes dessas fortunas foram formadas como um passe de mágica em menos de trinta anos, e até casos de em menos de 10 anos, sendo que algumas dessas fortunas vieram do tempo da escravidão, e outras pessoas que fugidas do nazismo que vieram para cá sem nada, e hoje são donos deste país, ocupando posições estratégicas na sociedade civil e pública, tomando para si todos os canais de comunicação uma das mais perversas mediáticas do Mundo. A exclusão dos negros e a usurpação das terras indígenas criaram-se mais e 100 milhões de brasileiros sendo este afro-ameríndio descendente vivendo num patamar de escravidão, vivendo no desemprego e no subemprego com um dos piores salários mínimos do Mundo, e milhões vivendo abaixo da linha de pobreza, sendo as maiores vitimas da violência social, o sucateamento da saúde publica e o péssimo sistema de ensino, onde milhões de alunos tem dificuldades de uma simples soma ou leitura, dando argumentos demagógicos de sustentação a vários políticos que o problema do Brasil e a educação, sendo que na realidade o problema do Brasil são as péssimas condições de vida

das dezenas de milhões dos excluídos e alienados pelo sistema capitalista oligárquico que faz da elite do Brasil tão poderosas quantos as do 1º Mundo. É inadmissível o salário dos professores, dos assistentes de saúde, até mesmo da polícia e os trabalhadores de uma forma geral, vemos o surrealismo de dezenas de salários pagos pelos sistemas de televisão Globo, SBT, BAND, Record e outros aos seus artistas, jornalistas, apresentadores e diretores e etc. Movimento Revolucionário Socialista (Seja um, uma) QUILOMBOLIVARIANO O maior blog de Chávez e Chavista das Américas vivachavezviva.blogspot.com

quilombonnq@bol.com.br

Organização Negra Nacional Quilombo
O.N.N.Q. Brasil .Fundação 20/11/1970
Por Secretário Geral Antonio Jesus Silva

18 de setembro de 2010 22h35min00s GMT+01:00

<http://sequenciasparisienses.blogspot.com.br/2010/04/cotas-e-democracia.html>

24. Pelo menos, sete votos a favor e quatro contra

Elio Gaspari

Hoje o STF julgará as cotas

Elio Gaspari, na Folha de S. Paulo, sugestão de Eduardo Guimarães

O Supremo Tribunal Federal julgará hoje a constitucionalidade das cotas para afrodescendentes e índios nas universidades públicas brasileiras. No palpite de quem conhece a Corte, o resultado será de, pelo menos, sete votos a favor e quatro contra. Terminará assim um debate que durou mais de uma década e, como outros, do século 19, expôs a retórica de um pedaço do andar de cima que via na iniciativa o prelúdio do fim do mundo.

Em 1871, quando o Parlamento discutia a Lei do Ventre Livre, argumentou-se que libertando-se os filhos de escravos condenava-se as crianças ao desamparo e à mendicância. “Lei de Herodes”, segundo o romancista José de Alencar.

Quatorze anos depois, tratava-se de libertar os sexagenários. Outro absurdo, pois significaria abandonar os idosos. Em 1888, veio a Abolição (a última de

país americano independente), mas o medo a essa altura era menor, temendo-se apenas que os libertos caíssem na capoeira e na cachaça.

Como dizia o Visconde de Sinimbu: “A escravidão é conveniente, mesmo em bem ao escravo”. A votação do projeto foi acelerada pelo clamor provocado pelo linchamento de um promotor que protegia negros fugidos no interior de São Paulo. Entre os assassinos, estava James Warne, vulgo “Boi”, um fazendeiro americano que emigrara depois da derrota do Sul na Guerra da Secessão.

As cotas seriam coisa para inglês ver, “lumpenescas propostas de reserva de mercado”. Estimulariam o ódio racial e baixariam a qualidade dos currículos das universidades. Como dissera o barão de Cotegipe, “brincam com fogo os tais negrófilos”. Os cotistas seriam incapazes de acompanhar as aulas.

Passaram-se dez anos, pelo menos 40 universidades instituíram cotas para afrodescendentes e hoje há milhares de negros exercendo suas profissões graças à iniciativa.

O fim do mundo ficou para a próxima. Para quem acha que existe uma coisa como ditadura dos meios de comunicação, no século 21, como no 19, todos os grandes órgãos de imprensa posicionaram-se contra as cotas. Ressalve-se a liberdade assegurada aos articulistas que as defendiam.

Julgando a constitucionalidade das iniciativas das universidades públicas que instituíram as cotas, o Supremo tirará o último caroço da questão. No memorial que encaminharam na defesa do sistema, os advogados Márcio Thomaz Bastos, Luiz Armando Badin e Flávia Annenberg começaram pelos números:

“Em 2008, os negros e pardos correspondiam a 50,6% da população e a 73,7% daqueles que são considerados pobres. (...) Em 1997, 9,6% dos brancos e 2,2% dos pretos e pardos de 25 ou mais idade tinham nível superior”.

E concluíram: “A igualdade nunca foi dada em nossa história. Sempre foi uma conquista que exigiu imaginação, risco e, sobretudo, coragem. Hoje não é diferente”.

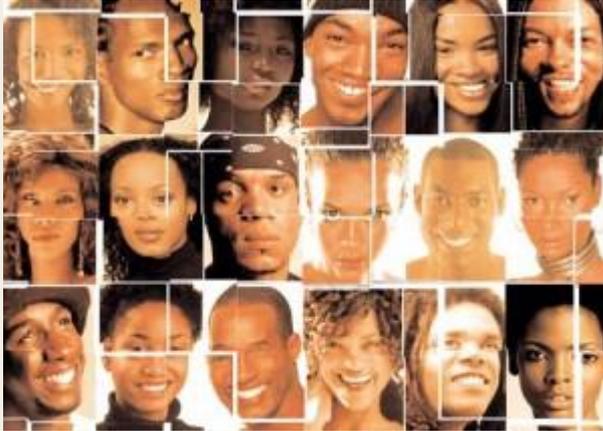
O senador Demóstenes Torres, campeão do combate às cotas, chegou a lembrar que a escravidão era uma instituição africana, o que é verdade, mas não foram os africanos que impuseram a escravatura ao Brasil.

Nas suas palavras: “Não deveriam ter chegado aqui na condição de escravos, mas chegaram....”

Hoje o Supremo virará a última página da questão. Ninguém se lembra de James Barne, mas Demóstenes será lembrado por outras coisas.

25. Por que o Brasil precisa das cotas

By admin – 27/04/2012



Políticas anti-discriminatórias vão muito além de reparar injustiças. Libertam país de laços que nos prendem a segregação, violência e privilégios

Por **Luiz Felipe de Alencastro***

A importância histórica de certos fatos não é compreendida de imediato pelos que os testemunham. A decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), que ontem derrotou, por onze votos a zero, a tentativa de anular as cotas para negros nas universidades é, provavelmente, um deles – por pelo menos dois motivos.

Primeiro, a rapidez com que foram superadas as visões mais preconceituosas sobre o tema. Há cerca de cinco anos, quando as políticas de reserva de vagas começaram a ser adotadas, um coro de condenações e desprezo erguia-se contra elas, na velha mídia – e não só lá. Nos jornais e TVs, “intelectuais” como Ali Kamel e Demétrio Magnoli tinham todo espaço para afirmar que as novas medidas iriam introduzir... racismo e discriminação no Brasil! A oposição espalhava-se pela classe média e a agressividade contra as cotas atingia (embora minoritária) as próprias universidades públicas. Em muito pouco tempo, porém, estas manifestações de superficialidade e histeria foram se dissipando. O conjunto de fatores que provocou a mudança inclui os expressivos resultados acadêmicos alcançados pelos cotistas, a emergência das periferias como sujeito social e político ativo e influente e o declínio dos antigos “formadores de opinião” – classe média e mídia conservadoras em primeiro lugar.

*O segundo motivo é analisado em detalhes, no texto abaixo, por um mestre. Autor, entre outros, de O Trato dos Viventes e Introdução ao Brasil – um banquete nos trópicos, organizador do segundo volume da História da Vida Privada no Brasil, **Luiz Felipe Alencastro** é um dos autores brilhantes da historiografia brasileira contemporânea. Um dos focos de seus estudos são,*

precisamente, as relações entre Brasil e África e como elas marcaram o país, desde a Colônia até o presente.

Em março de 2010, Alencastro foi convidado a depor, numa das audiências públicas que o STF promoveu sobre as cotas. Sintética, erudita e elegante, sua intervenção destaca dois aspectos cruciais: a) A discriminação dos afrodescendentes está na raiz de fenômenos que deformam nossa sociedade até hoje – entre eles, impunidade, violência policial e negação dos direitos e da cidadania; b) Os avanços materiais e culturais vividos no século XX não foram capazes de superar esta nódoa. Um século depois de abolida a escravidão, as estatísticas demonstram que o abismo de desigualdade entre brancos e negros não se fecha por si mesmo.

Uma terceira conclusão, natural, é negar o fatalismo. Os seres humanos não estão condenados a se submeter às heranças que infelicitam seu presente, nem a esperar que forças mágicas (o mercado?) as corrijam. É possível construir agora as políticas das transformação. As cotas são um caminho real. Os que as negam o fazem sob argumentos risíveis, que disfarçam muito mal a defesa de seus privilégios. A transcrição do depoimento de Alencastro vem a seguir. (A.M.)

No presente ano de 2010, os brasileiros afro-descendentes, os cidadãos que se auto-definem como pretos e pardos no recenseamento nacional, passam a formar a maioria da população do país. A partir de agora, na conceituação consolidada em décadas de pesquisas e de análises metodológicas do IBGE, mais da metade dos brasileiros são negros.

Esta mudança vai muito além da demografia. Ela traz ensinamentos sobre o nosso passado, sobre quem somos e de onde viemos, e traz também desafios para o nosso futuro.

Minha fala tentará juntar os dois aspectos do problema, partindo de um resumo histórico para chegar à atualidade e ao julgamento que nos ocupa. Os ensinamentos sobre nosso passado, referem-se à densa presença da população negra na formação do povo brasileiro. Todos nós sabemos que esta presença originou-se e desenvolveu-se na violência. Contudo, a extensão e o impacto do escravismo não tem sido suficientemente sublinhada. A petição inicial de ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, semelhante a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ver [Wikipedia](#)] apresentada pelo DEM a esta Corte fala genericamente sobre “o racismo e a opção pela escravidão negra” (pp. 37-40), sem considerar a especificidade do escravismo em nosso país.

Na realidade, nenhum país americano praticou a escravidão em tão larga escala como o Brasil. Do total de cerca de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o território brasileiro num período de três séculos (1550-1856). O outro grande país escravista do continente, os Estados Unidos, praticou o tráfico negreiro por pouco mais de um século (entre 1675 e 1808) e recebeu uma proporção muito menor – perto de 560 mil africanos – ou seja, 5,5% do total do tráfico

transatlântico.[1] No final das contas, o Brasil se apresenta como o agregado político americano que captou o maior número de africanos e que manteve durante mais tempo a escravidão.

Durante estes três séculos, vieram para este lado do Atlântico milhões de africanos que, em meio à miséria e ao sofrimento, tiveram coragem e esperança para constituir as famílias e as culturas formadoras de uma parte essencial do povo brasileiro. Arrancados para sempre de suas famílias, de sua aldeia, de seu continente, eles foram deportados por negreiros luso-brasileiros e, em seguida, por traficantes genuinamente brasileiros que os trouxeram acorrentados em navios arvorando o auriverde pendão de nossa terra, como narram estrofes menos lembradas do poema de Castro Alves.

No século XIX, o Império do Brasil aparece ainda como a única nação independente que praticava o tráfico negreiro em larga escala. Alvo da pressão diplomática e naval britânica, o comércio oceânico de africanos passou a ser proscrito por uma rede de tratados internacionais que a Inglaterra teceu no Atlântico. [2]

O tratado anglo-português de 1818 vetava o tráfico no norte do equador. Na sequência do tratado anglo-brasileiro de 1826, a lei de 7 de novembro de 1831, proibiu a totalidade do comércio atlântico de africanos no Brasil.

Entretanto, 50 mil africanos oriundos do norte do Equador são ilegalmente desembarcados entre 1818 e 1831, e 710 mil indivíduos, vindos de todas as partes da África, são trazidos entre 1831 e 1856, num circuito de tráfico clandestino. Ora, da mesma forma que o tratado de 1818, a lei de 1831 assegurava plena liberdade aos africanos introduzidos no país após a proibição. Em consequência, os alegados proprietários desses indivíduos livres eram considerados sequestradores, incorrendo nas sanções do artigo 179 do “Código Criminal”, de 1830, que punia o ato de “reduzir à escravidão a pessoa livre que se achar em posse de sua liberdade”. A lei de 7 de novembro 1831 impunha aos infratores uma pena pecuniária e o reembolso das despesas com o reenvio do africano sequestrado para qualquer porto da África. Tais penalidades são reiteradas no artigo 4º da Lei de 4 de setembro de 1850, a lei Eusébio de Queirós que acabou definitivamente com o tráfico negreiro.

Porém, na década de 1850, o governo imperial anistiou, na prática, os senhores culpados do crime de sequestro, mas deixou livre curso ao crime correlato, a escravização de pessoas livres.[3] De golpe, os 760 mil africanos desembarcados até 1856, e a totalidade de seus descendentes, continuaram sendo mantidos ilegalmente na escravidão até 1888[4]. Para que não estourassem rebeliões de escravos e de gente ilegalmente escravizada, para que a ilegalidade da posse de cada senhor, de cada sequestrador, não se transformasse em insegurança coletiva dos proprietários, de seus sócios e credores, abalando todo o país, era preciso que vigorasse um conluio geral, um pacto implícito em favor da violação da lei. Um pacto fundado nos “interesses coletivos da sociedade”, como sentenciou, em 1854, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco.

O tema subjaz aos debates da época. O próprio Joaquim Nabuco, que está sendo homenageado neste ano do centenário de sua morte, escrevia com todas as letras em “O Abolicionismo” (1883): “Durante cinquenta anos a grande maioria da propriedade escrava foi possuída ilegalmente. Nada seria mais difícil aos senhores, tomados coletivamente, do que justificar perante um tribunal escrupuloso a legalidade daquela propriedade, tomada também em massa”[5].

Tal “tribunal escrupuloso” jamais instaurou-se nas cortes judiciárias, nem tampouco na historiografia do país. Tirante as ações impetradas por um certo número de advogados e magistrados abolicionistas, o assunto permaneceu encoberto na época e foi praticamente ignorado pelas gerações seguintes.

Resta que este crime coletivo guarda um significado dramático: ao arrepio da lei, a maioria dos africanos cativados no Brasil a partir de 1818 – e todos os seus descendentes – foram mantidos na escravidão até 1888. Ou seja, boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda, primeiro e sobretudo ilegal. Como escrevi, tenho para mim que este pacto dos sequestradores constitui o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira.[6]

Firmava-se duradouramente o princípio da impunidade e do casuísmo da lei que marca nossa história e permanece como um desafio constante aos tribunais e a esta Suprema Corte. Conseqüentemente, não são só os negros brasileiros que pagam o preço da herança escravista.

Outra deformidade gerada pelos “males que a escravidão criou”, para retomar uma expressão de Joaquim Nabuco, refere-se à violência policial.

Para expor o assunto, volto ao século XIX, abordando um ponto da história do direito penal que os ministros desta Corte conhecem bem e que peço a permissão para relembrar.

Depois da Independência, no Brasil, como no sul dos Estados Unidos, o escravismo passou a ser consubstancial ao *state building*, à organização das instituições nacionais. Houve, assim, uma modernização do escravismo para adequá-lo ao direito positivo e às novas normas ocidentais que regulavam a propriedade privada e as liberdades públicas. Entre as múltiplas contradições engendradas por esta situação, uma relevava do Código Penal: como punir o escravo delinquente sem encarcerá-lo, sem privar o senhor do usufruto do trabalho do cativo que cumpria pena prisão?

Para solucionar o problema, o quadro legal foi definido em dois tempos. Primeiro, a Constituição de 1824 garantiu, em seu artigo 179, a extinção das punições físicas constantes nas aplicações penais portuguesas. “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”; a Constituição também prescrevia: “as cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes”.

Conforme os princípios do Iluminismo, ficavam assim preservadas as liberdades e a dignidade dos homens livres.

Num segundo tempo, o Código Criminal de 1830 tratou especificamente da prisão dos escravos, os quais representavam uma forte proporção de habitantes do Império. No seu artigo 60, o Código reatualiza a pena de tortura. “Se o réu for escravo e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar, o número de açoites será fixado na sentença e o escravo não poderá levar por dia mais de 50”. Com o açoite, com a tortura, podia-se punir sem encarcerar: estava resolvido o dilema.

Longe de restringir-se ao campo, a escravidão também se arraigava nas cidades. Em 1850, o Rio de Janeiro contava 110 mil escravos entre seus 266 mil habitantes, reunindo a maior concentração urbana de escravos da época moderna. Neste quadro social, a questão da segurança pública e da criminalidade assumia um viés específico.[7] De maneira mais eficaz que a prisão, o terror, a ameaça do açoite em público, servia para intimidar os escravos.

Oficializada até o final do Império, esta prática punitiva estendeu-se às camadas desfavorecidas, aos negros em particular e aos pobres em geral. Junto com a privatização da justiça efetuada no campo pelos fazendeiros, tais procedimentos travaram o advento de uma política de segurança pública fundada nos princípios da liberdade individual e dos direitos humanos.

Enfim, uma terceira deformidade gerada pelo escravismo afeta diretamente o estatuto da cidadania.

É sabido que nas eleições censitárias de dois graus ocorrendo no Império, até a Lei Saraiva, de 1881, os analfabetos, incluindo negros e mulatos alforriados, podiam ser votantes, isto é, eleitores de primeiro grau, que elegiam eleitores de 2º grau (cerca de 20 mil homens, em 1870), os quais podiam eleger e ser eleitos parlamentares. Depois de 1881, foram suprimidos os dois graus de eleitores e em 1882, o voto dos analfabetos foi vetado. Decidida no contexto pré-abolicionista, a proibição buscava criar um ferrolho que barrasse o acesso do corpo eleitoral à maioria dos libertos. Gerou-se um estatuto de infra-cidadania que perdurou até 1985, quando foi autorizado o voto do analfabeto. O conjunto dos analfabetos brasileiros, brancos e negros, foi atingido.[8] Mas a exclusão política foi mais impactante na população negra, onde o analfabetismo registrava, e continua registrando, taxas proporcionalmente bem mais altas do que entre os brancos.[9]

Pelos motivos apontados acima, os ensinamentos do passado ajudam a situar o atual julgamento sobre cotas universitárias na perspectiva da construção da nação e do sistema político de nosso país. Nascidas no século XIX, a partir da impunidade garantida aos proprietários de indivíduos ilegalmente escravizados, da violência e das torturas infligidas aos escravos e da infra-cidadania

reservada ao libertos, as arbitrariedades engendradas pelo escravismo submergiram o país inteiro.

Por isso, agindo em sentido inverso, a redução das discriminações que ainda pesam sobre os afrobrasileiros – hoje majoritários no seio da população – consolidará nossa democracia.

Portanto, não se trata aqui de uma simples lógica indenizatória, destinada a quitar dívidas da história e a garantir direitos usurpados de uma comunidade específica, como foi o caso, em boa medida, nos memoráveis julgamentos desta Corte sobre a demarcação das terras indígenas. No presente julgamento, trata-se, sobretudo, de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no aperfeiçoamento da democracia, no vir a ser da nação. Tais são os desafios que as cotas raciais universitárias colocam ao nosso presente e ao nosso futuro.

Atacando as cotas universitárias, a ADPF do DEM, traz no seu ponto 3 o seguinte título “o perigo da importação de modelos : os exemplos de Ruanda e dos Estados Unidos da América” (pps. 41-43). Trata-se de uma comparação absurda no primeiro caso e inepta no segundo.

Qual o paralelo entre o Brasil e Ruanda, que alcançou a independência apenas em 1962 e viu-se envolvido, desde 1990, numa conflagração generalizada que os especialistas denominam a “primeira guerra mundial africana”, implicando também o Burundi, Uganda, Angola, o Congo Kinsasha e o Zimbábue, e que culminou, em 1994, com o genocídio de quase 1 milhão de tutsis e milhares de hutus ruandenses ?

Na comparação com os Estados Unidos, a alegação é inepta por duas razões. Primeiro, os Estados Unidos são a mais antiga democracia do mundo e servem de exemplo a instituições que consolidaram o sistema político no Brasil. Nosso federalismo, nosso STF – vosso STF – são calcados no modelo americano. Não há nada de “perigoso” na importação de práticas americanas que possam reforçar nossa democracia. A segunda razão da inépcia reside no fato de que o movimento negro e a defesa dos direitos dos ex-escravos e afrodescendentes tem, como ficou dito acima, raízes profundas na história nacional. Desde o século XIX, magistrados e advogados brancos e negros têm tido um papel fundamental nesta reivindicações.

Assim, ao contrário do que se tem dito e escrito, a discussão relançada nos anos 1970-1980 sobre as desigualdades raciais é muito mais o resultado da atualização das estatísticas sociais brasileiras, num contexto de lutas democráticas contra a ditadura, do que uma propalada “americanização” do debate sobre a discriminação racial em nosso país. Aliás, foram estas mesmas circunstâncias que suscitaram, na mesma época, os questionamentos sobre a distribuição da renda no quadro do alegado “milagre econômico”. Havia, até a realização da primeira PNAD incluindo o critério cor, em 1976, um grande desconhecimento sobre a evolução demográfica e social dos afrodescendentes.

De fato, no Censo de 1950, as estatísticas sobre cor eram limitadas, no Censo de 1960, elas ficaram inutilizadas e no Censo de 1970 elas eram inexistentes. Este longo período de eclipse estatística facilitou a difusão da ideologia da “democracia racial brasileira”, que apregoava de inexistência de discriminação racial no país. Todavia, as PNADs de 1976, 1984, 1987, 1995, 1999 e os Censos de 1980, 1991 e 2000, incluíram o critério cor. Constatou-se, então, que no decurso de três décadas, a desigualdade racial permanecia no quadro de uma sociedade mais urbanizada, mais educada e com muito maior renda do que em 1940 e 1950. Ou seja, ficava provado que a desigualdade racial tinha um caráter estrutural que não se reduzia com progresso econômico e social do país. Daí o adensamento das reivindicações da comunidade negra, apoiadas por vários partidos políticos e por boa parte dos movimentos sociais.

Nesta perspectiva, cabe lembrar que a democracia, a prática democrática, consiste num processo dinâmico, reformado e completado ao longo das décadas pelos legisladores brasileiros, em resposta às aspirações da sociedade e às iniciativas de países pioneiros. Foi somente em 1932 – ainda assim, com as conhecidas restrições suprimidas em 1946 – que o voto feminino instaurou-se no Brasil. Na época, os setores tradicionalistas alegaram que a capacitação política das mulheres iria dividir as famílias e perturbar a tranquilidade de nação. Pouco a pouco, normas consensuais que impediam a plena cidadania e a realização profissional das mulheres foram sendo reduzidas, segundo o preceito, aplicável também na questão racial, de que se deve tratar de maneira desigual o problema gerado por uma situação desigual.

Para além do caso da política de cotas da UNB, o que está em pauta neste julgamento são, a meu ver, duas questões essenciais.

A primeira é a seguinte: malgrado a inexistência de um quadro legal discriminatório a população afrobrasileira é discriminada nos dias de hoje?

A resposta está retratada nas creches, nas ruas, nas escolas, nas universidades, nas cadeias, nos laudos dos IMLs de todo o Brasil. Não me cabe aqui entrar na análise de estatísticas raciais, sociais e econômicas que serão abordadas por diversos especialistas no âmbito desta Audiência Pública. Observo, entretanto, que a ADPF apresentada pelo DEM, na parte intitulada “A manipulação dos indicadores sociais envolvendo a raça” (pp. 54-59), alinha algumas cifras e cita como única fonte analítica, o livro do jornalista Ali Kamel, o qual, como é sabido, não é versado no estudo das estatísticas do IBGE, do IPEA, da ONU e das incontáveis pesquisas e teses brasileiras e estrangeiras que demonstram, maciçamente, a existência de discriminação racial no Brasil.

Dai decorre a segunda pergunta que pode ser formulada em dois tempos. O sistema de promoção social posto em prática desde o final da escravidão poderá eliminar as desigualdades que cercam os afrobrasileiros? A expansão do sistema de bolsas e de cotas pelo critério social provocará uma redução destas desigualdades?

Os dados das PNAD organizados pelo IPEA mostram, ao contrário, que as disparidades se mantêm ao longo da última década. Mais ainda, a entrada no ensino superior exacerba a desigualdade racial no Brasil.

Dessa forma, no ensino fundamental (de 7 a 14 anos), a diferença entre brancos e negros começou a diminuir a partir de 1999 e em 2008 a taxa de frequência entre os dois grupos é praticamente a mesma, em torno de 95% e 94% respectivamente. No ensino médio (de 15 a 17 anos) há uma diferença quase constante desde entre 1992 e 2008. Neste último ano, foram registrados 61,0% de alunos brancos e 42,0% de alunos negros desta mesma faixa etária. Porém, no ensino superior a diferença entre os dois grupos se escancara. Em 2008, nas faixas etárias de brancos maiores de 18 anos de idade, havia 20,5% de estudantes universitários e nas faixas etárias de negros maiores de 18 anos, só 7,7% de estudantes universitários.[10] Patenteia-se que o acesso ao ensino superior constitui um gargalo incontornável para a ascensão social dos negros brasileiros.

Por todas estas razões, reafirmo minha adesão ao sistema de cotas raciais aplicado pela Universidade de Brasília.

Penso que seria uma simplificação apresentar a discussão sobre as cotas raciais como um corte entre a esquerda e a direita, o governo e a oposição ou o PT e o PSDB. Como no caso do plebiscito de 1993, sobre o presidencialismo e o parlamentarismo, a clivagem atravessa as linhas partidárias e ideológicas. Aliás, as primeiras medidas de política afirmativa relativas à população negra foram tomadas, como é conhecido, pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Como deixei claro, utilizei vários estudos do IPEA para embasar meus argumentos. Ora, tanto o presidente do IPEA no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, o professor Roberto Borges Martins, como o presidente do IPEA no segundo governo Lula, o professor Márcio Porchman, colegas por quem tenho respeito e admiração, coordenaram vários estudos sobre a discriminação racial no Brasil nos dias de hoje e são ambos favoráveis às políticas afirmativas e às políticas de cotas raciais.

A existência de alianças transversais deve nos conduzir, mesmo num ano de eleições, a um debate menos ideologizado, onde os argumentos de uns e de outros possam ser analisados a fim de contribuir para a superação da desigualdade racial que pesa sobre os negros e a democracia brasileira.

* **Luís Felipe Alencastro** é Cientista Político e Historiador, Professor titular da cátedra de História do Brasil da Universidade de Paris IV Sorbonne

[1].Ver o Database da Universidade de Harvard acessível no [sítio](#)
[2]. Demonstrando um grande desconhecimento da história pátria e superficialidade em sua argumentação, a petição do DEM afirma na página 35: “Por que não direcionamos a Portugal e à Inglaterra a indenização a ser devida aos afrodescendentes, já que foram os portugueses e os ingleses quem organizaram o tráfico de escravos e a escravidão no Brasil?”. Como é amplamente conhecido, os ingleses não tiveram participação no escravismo

brasileiro, visto que o tráfico negreiro constituía-se como um monopólio português, com ativa participação brasileira no século XIX. Bem ao contrário, por razões que não cabe desenvolver neste texto, a Inglaterra teve um papel decisivo na extinção do tráfico negreiro para o Brasil

[3]. A. Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico, Jurídico, Social* (1867), Vozes, Petrópolis, R.J., 1976, 2 vols. , v. 1, pp. 201-222. Numa mensagem confidencial ao presidente da província de São Paulo, em 1854, Nabuco de Araújo, ministro da Justiça, invoca “os interesses coletivos da sociedade”, para não aplicar a lei de 1831, prevendo a liberdade dos africanos introduzidos após esta data, Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império* (1897-1899), Topbooks, Rio de Janeiro, 1997, 2 vols., v. 1, p. 229, n. 6

[4] . Beatriz G. Mamigonian, comunicação no seminário do Centre d’Études du Brésil et de l’Atlantique Sud, Université de Paris IV Sorbonne, 21/11/2006; D.Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Oxford University Press, Oxford, U.K. 1989, appendix A, pp. 234-244.

[5] . Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo* (1883), ed. Vozes, Petrópolis, R.J., 1977, pp 115-120, 189. Quinze anos depois, confirmando a importância primordial do tráfico de africanos e da na reprodução desterritorializada da produção escravista, Nabuco afirma que foi mais fácil abolir a escravidão em 1888, do que fazer cumprir a lei de 1831, id., *Um Estadista do Império* (1897-1899), Rio de Janeiro, Topbooks,1997, 2 vols., v. 1, p. 228.

[6] . L.F. de Alencastro, “A desmemória e o recalque do crime na política brasileira”, in Adauto Novaes, *O Esquecimento da Política*, Agir Editora, Rio de Janeiro, 2007, pp. 321-334.

[7] . Luiz Felipe de Alencastro, “Proletários e Escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro 1850-1870”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, 1988, pp. 30-56;

[8] . Elza Berquó e L.F. de Alencastro, “A Emergência do Voto Negro”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº33, 1992, pp.77-88.

[9] . O censo de 1980 mostrava que o índice de indivíduos maiores de cinco anos “sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução” era de 47,3% entre os pretos, 47,6% entre os pardos e 25,1% entre os brancos. A desproporção reduziu-se em seguida, mas não tem se modificado nos últimos 20 anos. Segundo as PNADs, em 1992, verificava-se que na população maior de 15 anos, os brancos analfabetos representavam 4,0% e os negros 6,1%, em 2008 as taxas eram, respectivamente de 6,5% e 8,3%. O aumento das taxas de analfabetos provém, em boa parte, do fato que a partir de 2004, as PNADs passa a incorporar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Dados extraídos das tabelas do IPEA.

[10] . Dados fornecidos pelo pesquisador do IPEA, Mario Lisboa Theodoro, que também participa desta Audiência Pública.

PDF

XML

Print

 Share / Save    

Leia também: [A obra em que Darcy Ribeiro desafia o Brasil](#)

<http://www.outraspalavras.net/2012/04/27/por-que-o-brasil-precisa-das-cotas/>

26.O julgamento das cotas no STF: Balanço de uma vitória histórica

30 de abril de 2012 às 14:14 [2 Comentários](#)

O Supremo Tribunal Federal, na semana passada, julgou improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, ajuizada pelo DEM, que pedia à Suprema Corte que declarasse a inconstitucionalidade das cotas para negros nas universidades públicas. A decisão foi unânime: 10 x 0, com o Ministro Dias Toffoli tendo se declarado impedido por já haver emitido, como Advogado Geral da União, um parecer favorável às cotas. Para todos os efeitos, trata-se, então, de um sonoro 11 x 0. Segundo o testemunho de Carmen Feijó, do Tribunal Superior do Trabalho, foi a primeira vez que ela viu uma decisão do STF ser aplaudida no plenário depois do encerramento da sessão.

Tendo escrito vários textos em defesa das cotas [desde o ano de 2005](#), o que mais me chamou a atenção desta vez foi a enormidade do massacre argumentativo. Os *amici curiae* arrolados pelo DEM, da advogada Roberta Fragoso Kauffman às inacreditáveis representantes do “Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro” e do “Movimento contra o Desvirtuamento do Espírito da Política de Ações Afirmativas nas Universidades Federais” recorriam, na melhor das hipóteses (quando não protagonizavam embaraçosos vexames) à sofismática conhecida: a doce e gingada malemolência mestiça brasileira, a impossibilidade de se definir quem é negro, a tradição supostamente não segregada das nossas relações raciais, a existência de brancos pobres (os quais só parecem ser lembrados quando se trata de garantir direitos para a população negra), a estranhíssima referência ao princípio da igualdade para negar reparação àqueles que nunca foram tratados como iguais até, por fim, a falácia que subjaz, explícita ou implicitamente, a todas as anteriores: no Brasil não existe racismo. A Procuradora Deborah Duprat, em aproximadamente cinco minutos, dizimou todos os argumentos usualmente evocados para negar aos negros o benefício dessas medidas de reparação, com uma clareza que não deixava margens a dúvidas.

Higienópolis povoada de brancos, Capão Redondo povoado de negros e pardos. A USP povoada de brancos (exceto na faxina, nas cozinhas, na vigilância) e os presídios povoados de negros e pardos. As reuniões de banqueiros e executivos compostas de brancos, garis e flanelinhas majoritariamente negros. Mas, segundo o argumento daqueles que se opõem às cotas universitárias para negros, seriam estas que instalariam as “[divisões perigosas](#)”, de acordo com o título do livro que reúne os apóstolos da guerra santa contra as medidas de reparação. O país atravessou quase 400 anos de escravidão, os negros ganham, em média, metade dos brancos, continuam sendo as vítimas preferenciais da violência policial e totalizam 70% dos miseráveis, mas estranhamente, segundo a advogada Roberta Fragoso Kauffman, só na semana passada, com a decisão do STF, [passou a existir racismo no Brasil!](#) O poeta e jurista Pádua Fernandes não deixou de notar a

ironia: não se falou de “divisões perigosas” enquanto [vigoravam as cotas exclusivas para brancos](#).

Há que se dizer aqui que se trata de uma grande derrota da mídia brasileira. Durante toda a década, mesmo depois de ela própria noticiar que a experiência das cotas não produziu o tão propalado “ódio racial”, que os alunos cotistas tiravam [notas iguais ou melhores](#) que os não-cotistas, que a evasão entre aqueles [era menor](#), em nenhum momento a mídia brasileira revisou a sua dogmática constantemente contradita pelos fatos (há duas exceções que devo mencionar aqui: Elio Gaspari e Miriam Leitão sempre defenderam as cotas). Como [afirmou muito bem](#) o Walter Hupsel, isso nem precisava ter chegado à Suprema Corte. Mas, já que chegou, que se releia quantas vezes for necessário [esse maravilhoso voto](#) e que se reitere: o placar foi 10 x 0.

Imediatamente depois da sessão do STF, Globo, Estadão e Folha publicaram editoriais lamentando a decisão. O curioso é que nenhum desses editoriais polemizava com a argumentação presente no voto de Lewandowski, mas repetia falácias já desmontadas por ele. Referindo-se à cor da pele como “obsessão importada” (puxa, avisem isso para o nosso sistema carcerário!), a Folha, por exemplo, [afirmou](#): *A Constituição estipula que todos são iguais perante a lei. É um princípio abstrato; inúmeras exceções são admitidas se forem válidos os critérios para abri-las. A ninguém ocorreria impugnar, em nome daquele preceito constitucional, a dispensa de pagar Imposto de Renda para os que detêm poucos recursos. O cerne da questão, portanto, consiste em definir se há justiça em tratar desigualmente as pessoas por causa do tom da pele ou se seria mais justo, no empenho de corrigir a mesma injustiça, tratá-las desigualmente em decorrência do conjunto de condições sociais que limitaram suas possibilidades de vida.* A Folha não parece atinar para o fato de que “exceções” como a isenção de imposto de renda para os mais pobres visa justamente [efetivar o princípio da igualdade](#), tratando de forma desigual aqueles que são desiguais no mundo fático exatamente para fazer valer o princípio constitucional. Não se trata, portanto, de uma “exceção”, mas da aplicação do princípio.

O “conjunto de condições sociais” que “limitaram suas possibilidades de vida”, no caso dos negros, inclui a herança de quase 400 anos de escravidão; um cotidiano de discriminação e ataques à sua autoestima; constante violência policial; sobrerrepresentação entre os pobres, miseráveis e presos, e subrepresentação entre os diplomados e ricos, realidade que tem impacto devastador sobre as crianças negras – todos eles fatos amplamente demonstrados por uma montanha de números, estudos, estatísticas. Mas, curiosamente, o Estadão [acredita que](#) *O fator não econômico e estritamente racial nunca foi esclarecido na exposição da ministra nem nos votos de seus colegas*, como se não tivesse ficado amplamente demonstrado, mais uma vez, que a pobreza no Brasil tem cor.

A coleção de falácias derrotadas no STF tenta agora se reciclar. Tendo ignorado durante uma década os estudos que mostram que os cotistas se saem igual ou melhor que os não cotistas nas universidades, os proponentes da guerra santa agora se utilizam desse dado sociologicamente comprovado

para argumentar que, bem, já que eles se saem melhor, então não precisa de cota! É a falácia reciclada por [este texto de Simon Schwartzman](#), já devidamente [desmontada por André Egg](#). Schwartzman consegue descobrir a pólvora ao afirmar: *Se eles têm pior desempenho nos vestibulares ou no ENEM mas têm melhor desempenho nos cursos, isto indica que existem sérios problemas no ENEM e nos exames vestibulares, que precisariam ser corrigidos.*

Parabéns, anti-cotistas! Precisamos de uma surra de 10 x 0 na Suprema Corte para que vocês descobrissem que há “sérios problemas” com as instituições supostamente meritocráticas que tanto defendiam. Quem sabe, com mais um pouquinho de esforço, vocês consigam ouvir a experiência da população negra, colocar-se, por um minuto que seja, no lugar do outro, e começar a questionar seus dogmas e enxergar a realidade efetivamente existente numa das sociedades mais racistas do planeta.

27. Eduardo Guimarães: Rejeição a cotas explica desde desigualdade até o mensalão

Posted: 10 Aug 2012 10:14 PM PDT

Em meio a gritaria política, a mídia ressuscita a teoria sobre “prejuízo acadêmico” que seria gerado pelos cotistas e abafa o contraditório e os próprios fatos



Por Eduardo Guimarães, em seu

[sítio](#)

Durante a semana que finda, assisti reportagem do Jornal da Globo que se propôs a dar “dicas” sobre as profissões “em alta” no mercado e que ofereceu um dado absolutamente estarrecedor, ainda que não seja novo: o país tem enorme carência de profissionais em profissões absolutamente imprescindíveis ao crescimento econômico.

Um exemplo: faltam engenheiros a um país que, na contramão de um mundo em recessão, segue crescendo, ainda que, agora, em ritmo bem menor devido ao agravamento da crise econômica internacional.

Leia mais

[Apenas um senador votou contra cotas para estudantes de escolas públicas](#)

O fato é que escasseiam profissionais com curso superior no país apesar do forte aumento do número de universitários nos últimos anos. Isso ocorre porque cursar universidade, por aqui, sempre foi privilégio da elite branca do Sul e do Sudeste. Foi assim que o Brasil chegou a ser um dos três países mais desiguais do mundo na segunda metade do século passado.

O gráfico que ilustra este texto explica a política no Brasil ao menos entre 1960 e 2012. Representa a Curva de Lorenz, desenvolvida pelo economista estadunidense Max O. Lorenz em 1905 para representar a distribuição de renda em regiões ou países.

O método é muito simples: quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade, e quanto mais perto de 0 é menor.

O Coeficiente de Gini, vale explicar, não é uma criação “petralha”. É calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – no Brasil, é apurado em parceria com o IBGE e com o IPEA.

Como se vê no gráfico, em 1960 a posição do Brasil no índice era de 0,5367. Durante a ditadura militar a desigualdade foi aumentando e mesmo após a redemocratização o país continuou promovendo concentração de renda chegando ao ponto máximo em 1990, cinco anos após o fim daquela ditadura.

A partir de 1990, a desigualdade começou a cair, ainda que de forma quase imperceptível. Entre aquele ano e 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, a desigualdade caiu de 0,6091 para 0,583. A partir de 2003, começou a cair em ritmo 3 vezes maior do que o preconizado pelo PNUD (ONU), chegando, ano passado, a 0,519 – inferior ao que vigia em 1960.

A queda da desigualdade brasileira durante o governo Lula, portanto, foi a maior em meio século – e, aliás, a maior da história do país em período tão

curto (oito anos).

A correlação desses dados com a política é imensa. Como se vê, a ditadura militar veio para tornar o rico mais rico e o pobre mais pobre. E, após a ditadura, a situação melhorou muito pouco por mera falta de vontade política.

Durante os governos pós-redemocratização, mas anteriores à era Lula, a melhora da concentração de renda foi pífia apesar de ter caído timidamente durante a era FHC, quando chegou a subir um pouco e depois caiu de novo. Mas pouco, repito.

No período tucano no governo do Brasil, o índice caiu de 0,59 para 0,58, ou seja, quase nada. Eis a explicação para o fato de o PT ter vencido as três últimas eleições presidenciais: os três governos petistas vêm diminuindo a distância entre pobres e ricos como nunca antes na história deste país...

Os estudos do IBGE, do IPEA e do próprio PNUD também revelam um dos principais fatores para a maior concentração de renda a partir de 1964: houve um desmonte literal da educação pública.

A fim de cumprir o objetivo para o qual foi instalada, a ditadura tornou a educação de qualidade um bem das classes mais abastadas do Sul e do Sudeste, que são essencialmente de ascendência indo-europeia, ou seja, essencialmente brancas. Para ter boa educação escolar as famílias tinham que pagar caro, o que, obviamente, só estava ao alcance dos mais ricos.

Por conta disso, no começo da era Lula as universidades brasileiras – sobretudo as públicas – pareciam ser de países nórdicos. Os estacionamentos dessas instituições viviam repletos de carros de luxo e os corpos discentes eram de uma brancura de ofuscar os olhos, com seus olhos azuis e cabelos loiros.

A partir da década passada, porém, políticas públicas começaram a mudar essa situação.

Claro que o mérito maior para a queda acelerada da concentração de renda que o Brasil vem experimentando se deve ao Bolsa Família, mas a política

reconhecidamente com maior potencial para mudar a ainda enorme concentração de renda no país é a que levou jovens pobres ao ensino superior.

Já dura quase uma década a política de cotas étnicas e sociais nas universidades públicas (sobretudo nas federais, como UFRG, UNB, UFRJ, UFBA e outras). Além das cotas há o Prouni, que permitiu aos jovens pobres chegarem a universidades privadas com financiamento federal.

No início, há quase uma década, quando o governo Lula trouxe para o Brasil a política afirmativa de inspiração norte-americana que criou uma classe média negra nos Estados Unidos, a elite branca do Sul e do Sudeste reagiu com ira e passou a propagar “criações mentais” (expressão em alta) sobre “prejuízo acadêmico”.

Mas o que seria esse “prejuízo acadêmico”?

Grandes grupos de mídia como as Organizações Globo, o Grupo Folha, o Grupo Estado, a Editora Abril e partidos políticos como DEM e PSDB abriram guerra contra o governo Lula valendo-se da teoria de que ao levar estudantes de escolas públicas para as universidades isso faria baixar o nível acadêmico delas.

A teoria demo-tucano-midiática era a de que, por terem formação escolar inferior, esses estudantes das escolas públicas – que, em maioria esmagadora no país, são negros – tornar-se-iam profissionais medíocres e não conseguiriam acompanhar os estudantes brancos egressos da escola particular, que proliferou durante a ditadura de forma a dar aos mais ricos chances melhores na vida.

O DEM, aliás, chegou a entrar na Justiça contra as políticas afirmativas petistas (cotas e Prouni) alegando que o governo federal estaria cometendo uma injustiça contra os brancos ricos das escolas particulares. O processo foi parar no STF e ali foi derrotado.

Ao mesmo tempo, a teoria sobre “prejuízo acadêmico” que seria gerado por jovens negros e pobres às universidades de elite (que, no Brasil, são as públicas, ou seja, financiadas pelos impostos sobretudo dos mais pobres),

desmoronou.

Universidades como UFRG, UNB, UFRJ, UFBA e outras começaram a formar turmas de cotistas oriundos da escola pública e negros e o que se viu foi que não só tiveram o mesmo desempenho acadêmico que os egressos brancos das escolas particulares como, em alguns casos, até os superaram, sem falar que os cotistas abandonam menos os cursos, enquanto que os não-cotistas lideram as desistências.

Após DEM, PSDB e imprensa perderem a ação no STF contra as cotas e o Prouni, nesta semana perderam no Legislativo – o Senado aprovou a política de cotas nas universidades federais. A mídia e os partidos de oposição reagiram, pois essa aprovação é ainda pior do que a derrota na Justiça porque materializa a política de cotas.

Não foi por outra razão que começaram a pipocar reações. Associações de escolas particulares prometem questionar na Justiça a política de reserva de vagas para negros e egressos de escolas públicas. Todavia, não passa de jogo político porque a instância máxima do Judiciário já rejeitou esse questionamento sobre as cotas serem injustiça de negros pobres contra brancos ricos.

No âmbito dessa gritaria política, a mídia ressuscita a teoria sobre “prejuízo acadêmico” que seria gerado pelos cotistas e abafa o contraditório e os próprios fatos.

Nos jornais ligados ao PSDB e ao DEM, as colunas de leitores e os colunistas voltam à carga contra as cotas com argumentos como o de que os cotistas rebaixariam o nível das universidades apesar de as experiências com a política afirmativa do PT mostrarem que os cotistas chegam a superar os não-cotistas.

Estabelecida a correlação entre a política de cotas e a queda da desigualdade mais intensa na era Lula, sobra outra correlação que o leitor certamente ainda não entendeu. Que relação têm as cotas com o mensalão?

Ainda na semana que finda, jornalistas respeitados como Janio de Freitas, da Folha, e até o ministro do STF Joaquim Barbosa ressaltaram como a mídia

trata diferentemente os mensalões tucano e petista – o primeiro é abafado e o segundo vira “reality show”.

Ora, por que a mídia não gosta do PT a ponto de ser seletiva ao cobrir casos de corrupção desse partido? Afinal, todos sabem que nunca os ricos ganharam tanto quanto na era petista, ainda que não mais ganhem sozinhos.

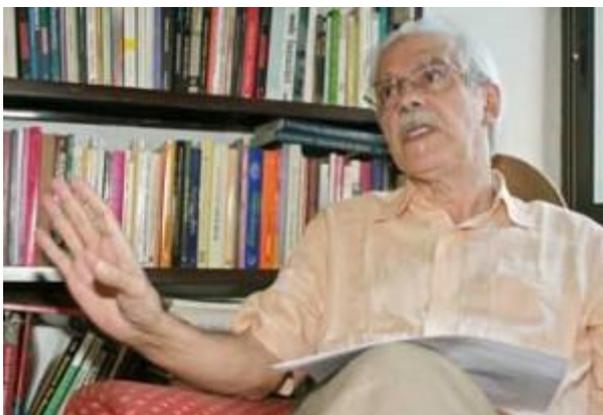
Essa ojeriza ao PT ocorre simplesmente porque a mídia, o DEM e o PSDB representam os setores abastados da sociedade que impuseram ao Brasil uma ditadura militar que concentrou renda valendo-se da Educação como instrumento de injustiça social.

Por isso é que o mensalão tucano está sendo abafado enquanto a mídia transforma o julgamento do mensalão petista nesse espetáculo circense que todos estão vendo. Tenta, assim, convencer o país de que o PT encerra mais corrupção do que os partidos que defendem os interesses da elite branca do Sul e do Sudeste.

Simple assim.

28. Lei das Cotas Raciais ‘é anacrônica’: José Jorge de Carvalho

20/8/2012 12:30, Por Redação - de Brasília



Sistema de cotas raciais, da forma como foi colocada, "decapita o movimento

negro" no Brasil

O projeto de Lei aprovado pelo Senado que estabelece as cotas sócio-raciais seguirá à sanção da presidenta Dilma Rousseff mas, na opinião de um dos autores do Programa de Ações Afirmativas da Universidade de Brasília (UNB), da forma que foi concebida, a nova Lei representará um enorme retrocesso ao dividir a comunidade negra. Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta Corte do país, reconhecer que “não precisa dividir” porque ser *negro* no Brasil representa, por si só, uma desvantagem.

Na opinião é do professor José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e pesquisador do CNPq, em entrevista à última edição da revista semanal de esquerda *Caros Amigos*, o projeto aprovado pelo Senado cria as chamadas cotas sócio-raciais, ao reservar 50% das vagas para estudantes oriundos da escola pública; destes 50% devem ser reservadas aos estudantes de famílias com renda per capita de 1,5 salários mínimos; e os outros 50% entre negros e indígenas proporcionalmente à presença de cada um desses segmentos em cada Estado da Federação, de acordo com o Censo do IBGE 2010.

– A Lei é anacrônica. A estória vai responsabilizar as lideranças negras que participaram desse retrocesso. Como é que o senador Paim, que tem assessores parlamentares afinados com esse tema, não lutou para desvincular as cotas sociais? Sarney virou paladino dos negros brasileiros? A elite branca racista brasileira entregou o anel para não entregar os dedos – ironizou.

Segundo afirmou José Jorge de Carvalho, a principal função da Lei “é conter a parte mais poderosa, a vanguarda do Movimento Negro”.

– Simplesmente, a Lei conteve a parte mais poderosa do Movimento, decapitou a comunidade negra. Os filhos dos empresários da Fiesp estudam na USP (Universidade de S. Paulo), na Universidade de Campinas (Unicamp). Os filhos dos empresários da Firjan, do Rio, também estudam nas melhores universidades públicas. Nossa luta sempre foi para que os filhos do Pelé tivessem os mesmos direitos dos filhos da faxineira e todos pudessem estudar – acrescentou.

José Jorge também critica o fato de o Senado ignorar, durante a tramitação da Lei, a experiência acumulada por 129 universidades que já adotam ações afirmativas por decisão dos seus próprios órgãos internos. Citou o caso das 51 que adotam cotas e lembrou que, destas, 46 instituições têm modelos diferentes.

– Das 51 universidades federais que tem cotas, 46 tem modelo diferente. Cada universidade que aprovou procurou a fazer de forma diferente das anteriores. Foi resultado sempre de uma negociação por parte dos Conselhos. Uma variedade de sistemas. A Lei simplifica o raciocínio. A massa crítica que gerou a luta pelas ações afirmativas não pôde influenciar o Congresso. Todas as audiências foram inúteis, foram inférteis, dissociadas de reflexão. Toda a inteligência gerada pela sociedade foi desprezada, considerada irrelevante –

frisa.

De acordo com o professor da UnB, a luta por cotas é uma luta política.

– Para que lutamos durante mais de uma década? Para que existissem cotas para negros, para empoderar a comunidade negra. A luta por cotas raciais é uma luta política. A opção de colocar negros de baixa renda ou negros da escola pública é uma medida de contenção da comunidade negra. Querem dizer que apenas aceitam apoiar, reconhecem direito à proteção pelo Estado da parte mais frágil da comunidade negra – concluiu.

Matérias Relacionadas:

1. [Pela votação das cotas raciais já!](#)
2. [Aprovado pelo Senado projeto que regulamenta sistema de cotas raciais e sociais nas universidades federais](#)
3. [Senado aprova projeto que garante 50% das vagas nas universidades públicas para cotas](#)
4. [Aprovado PL que amplia cotas nas universidades para 50%](#)
5. [Cotas para negros em concursos são aprovadas em comissão da ALERS](#)

29 . A saudade que a casa grande tem da senzala

por *Jorge Furtado* em 21 de outubro de 2012

<http://www.casacinepoa.com.br/o-blog/jorge-furtado/o-saudade-que-casa-grande-tem-da-exist%C3%A2ncia-da-senzala>

O Supremo Tribunal Federal aprovou o sistema de cotas nas universidades públicas por unanimidade, 10 votos a zero.

Há quem defenda e quem conteste as cotas, com argumentos aceitáveis, independentemente de sua posição política.

E há quem simplesmente classifique como vagabundos os alunos negros, deficientes ou egressos de escolas públicas que se utilizam do sistema de cotas.

Não se trata de pregar o politicamente correto, inimigo do humor, que precisa ser livre para se expressar, mesmo quando sem graça ou de mau gosto. Trata-se de respeitar a decisão da justiça e a constituição brasileira.

Racismo ou discriminação de deficientes físicos não tem graça nenhuma.

Segue o excelente texto de Elio Gaspari sobre o tema.

x

Elio Gaspari, no jornal Folha de São Paulo de hoje:

Percentual de negros com diploma salta de 4% para 20%

A notícia pareceu uma simples estatística: entre 1997 e 2011, quintuplicou a percentagem de negros e pardos que cursam ou concluíram o curso superior, indo de 4% para 19,8%. Em números brutos, foram 12,8 milhões de jovens de 18 a 24 anos.

Isso aconteceu pela conjunção de duas iniciativas: restabelecimento do valor da moeda, ocorrido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e as políticas de ação afirmativa desencadeadas por Lula.

Poucos países do mundo conseguiram resultado semelhante em tão pouco tempo. Para ter uma ideia do tamanho dessa conquista, em 2011 a percentagem de afrodescendentes matriculados em universidades americanas chegou a 13,8%, 3 milhões em números brutos. Isso depois de meio século de lutas e leis.

Em 1957, estudantes negros entraram na escola de Little Rock escoltados pela 101ª Divisão de Paraquedistas.

Pindorama ainda tem muito chão pela frente, pois seus negros e pardos formam 50,6% da sua população e nos Estados Unidos são 13%.

O percentual de 1997 retratava um Brasil que precisava mudar. O de 2011, uma sociedade que está mudando, para melhor. Por trás desse êxito estão políticas de cotas ou estímulos nas universidades públicas e no ProUni.

Em seis anos, o ProUni matriculou mais de 1 milhão jovens do andar de baixo, brancos, pardos, negros ou índios. Deles, 265 mil já se formaram. Novamente, convém ver o que esse número significa: em 1944, quando a sociedade americana não sabia o que fazer com milhões de soldados que combatiam na Europa e no Pacífico, o presidente Franklin Roosevelt criou a GI-Bill.

Ela dava a todos os soldados uma bolsa integral nas universidades que viessem a aceitá-los. Em cinco anos, a GI-Bill matriculou 2 milhões de jovens. Hoje entende-se que a iniciativa foi a base da nova classe média americana e há estudiosos que veem nela o programa de maior alcance social das reformas de Roosevelt.

30. Alunos cotistas têm desempenho superior a não-cotistas

Postado em: 7 nov 2012 - Agência Brasil – 04 dez 2012

Uma das explicações para o melhor desempenho é que os cotistas valorizam mais o fato de passar no vestibular e entrar na universidade, o que para eles pode representar uma possibilidade de mobilidade social

Estudos realizados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade de Campinas (Unicamp) mostraram que o desempenho médio dos alunos que entraram na faculdade graças ao sistema de cotas é superior ao resultado alcançado pelos demais estudantes.



Alunos cotistas apresentam desempenho acima da média nas universidades. (Foto: reprodução)

O primeiro levantamento sobre o tema, feito na Uerj em 2003, indicou que 49% dos cotistas foram aprovados em todas as disciplinas no primeiro semestre do ano, contra 47% dos estudantes que ingressaram pelo sistema regular.

No início de 2010, a universidade divulgou novo estudo, que constatou que, desde que foram instituídas as cotas, o índice de reprovações e a taxa de evasão totais permaneceram menores entre os beneficiados por políticas afirmativas.

A Unicamp, ao avaliar o desempenho dos alunos no ano de 2005, constatou que a média dos cotistas foi melhor que a dos demais colegas em 31 dos 56 cursos. Entre os cursos que os cotistas se destacaram estava o de Medicina, um dos mais concorridos – a média dos que vieram de escola pública ficou em 7,9; a dos demais foi de 7,6.

Leia também

- [O preconceito e a arrogância dos bonzinhos no debate sobre cotas](#)
- [Nunca houve tanto ódio na mídia conservadora do Brasil](#)

A mesma comparação, feita um ano depois, aumentou a vantagem: os egressos de escolas públicas tiveram média melhor em 34 cursos. A principal dificuldade do grupo estava em disciplinas que envolvem matemática.

Estudantes cotistas valorizam mais a vaga na universidade

Os estudantes que entraram na universidade por meio do sistema de cotas para negros tendem a valorizar mais a sua vaga do que aqueles que não são cotistas, especialmente nos cursos considerados de baixo prestígio. Essa é uma das conclusões do estudo Efeitos da Política de Cotas na UnB: uma Análise do Rendimento e da Evasão, coordenado pela pedagoga Claudete Batista Cardoso, pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB).

De acordo com a pedagoga, os cotistas negros obtiveram notas melhores do que os demais alunos em 27 cursos da UnB. No curso de música, por exemplo, as notas dos cotistas são 19% superiores às dos demais estudantes. Eles também se destacam em cursos como matemática, em que a diferença é de 15%, artes cênicas (14%), artes plásticas (14%), ciências da computação (13%) e física/licenciatura (12%).

De acordo com Claudete Cardoso, uma das explicações para o melhor desempenho é que os cotistas valorizam mais o fato de passar no vestibular e entrar na universidade, o que para eles pode representar uma possibilidade de mobilidade social.

“Até porque [geralmente] eles não conseguem entrar na universidade, então vêm as cotas, eles têm uma chance maior e tem sido atribuído esse melhor desempenho deles a um maior esforço para preservar a vaga, para chegar ao fim do curso”, disse a pesquisadora, em entrevista à Agência Brasil.

O estudo também mostrou que, em geral, os alunos cotistas têm desempenho melhor nos cursos da área de humanidades, rendimento semelhante ao dos demais na área de saúde e notas inferiores em alguns cursos de exatas, particularmente as engenharias. Isso porque são cursos que requerem uma base melhor do ensino médio, segundo Claudete.

“O aluno já entrou sabendo que uma das dificuldades é a barreira do vestibular, por isso a instituição das cotas. Na universidade ele precisa dessa base, é uma base que ele necessariamente vai ter que ter, então a dificuldade que ele encontra no vestibular se repete na universidade, por isso a diferença entre eles é bem maior e o cotista vai pior do que o não-cotista”, explicou.

Isso justifica as notas menores em cursos como engenharia civil (41% inferior às dos não-cotistas), engenharia mecânica (-32%) e engenharia elétrica (-12%).

Por outro lado, o caso do curso de matemática – no qual, apesar de ser da área das ciências exatas, os cotistas têm notas melhores – se justifica por ser um curso pouco prestigiado, não só na universidade, mas também socialmente e em termos de remuneração para o profissional.

De acordo com Claudete, em geral, os alunos acabam desistindo da carreira, já que o curso demanda um esforço relativamente grande, mas nem sempre dá o retorno profissional desejado. Para os cotistas, a visão é diferente. “Eles dão muito valor ao curso, mesmo que seja um curso de baixo prestígio social.”

31. IBGE: acesso de jovens negros e pardos à universidade triplicou em dez anos

Jornal do Brasil

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2012, divulgada hoje pelo IBGE, mostra melhoria na educação, na década 2001-2011, especialmente na educação infantil (0 a 5 anos), onde o percentual de crianças cresceu de 25,8% para 40,7%. Dentre as mulheres com filhos de 0 a 3 anos de idade na creche, 71,7% estavam ocupadas. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 83,7% frequentavam a rede de ensino, em 2011, mas apenas 51,6% estavam na série adequada para a idade. Já a proporção de jovens estudantes (18 a 24 anos) que cursavam o nível superior cresceu de 27,0% para 51,3%, entre 2001-2011, sendo que, entre os estudantes negros ou pardos nessa faixa etária, a proporção cresceu de 10,2% para 35,8%.

A SIS revela que as desigualdades reduziram-se, na década 2001-2011, em razão da valorização do salário mínimo, do crescimento econômico e dos programas de transferência de renda (como Bolsa Família). O índice de Gini (mede a distribuição de renda) passou de 0,559, em 2004, para 0,508, em 2011.

Em relação ao trabalho, entre 2001 e 2011, a Síntese constatou um crescimento da proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais (de 45,3% para 56,0%), embora se mantivessem na informalidade 44,2 milhões de pessoas, em 2011. O rendimento médio no trabalho principal teve um aumento real de 16,5%, nesse período, sendo que mulheres (22,3%) e trabalhadores informais (21,2%) tiveram os maiores ganhos reais. No entanto, o rendimento das pessoas ocupadas pretas ou pardas equivalia, em 2011, a 60% do rendimento dos brancos.

A SIS aponta, também, que em 2011 o tempo médio semanal dedicado pelas mulheres em afazeres domésticos era 2,5 vezes maior do que o dos homens.

Quanto aos indicadores demográficos, em 2011, a taxa de fecundidade era de 1,95 filhos por mulher, variando de acordo com a escolaridade (de 3,07 para mulheres com até 7 anos de estudo, para 1,69, para aquelas com 8 anos ou mais de estudo). Na década, a população idosa de 60 anos ou mais de idade

creceu a uma taxa anual de 3,7%, enquanto a população total cresceu a 1,2% ao ano.

A SIS 2012 inovou, ainda, ao tratar da proteção social e direitos humanos, abordando questões como a violência contra a mulher, entre outras. Verificou-se que, em mais da metade dos 75 mil registros de violência contra a mulher, elas acreditavam que havia risco de morte.

Esses são alguns dos destaques do estudo Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, que tem como fonte principal de informações a PNAD 2011, outras pesquisas do IBGE, e que traz avanços na utilização e análise de registros administrativos de órgãos federais.

- [preciso disciplinar a aplicação dos royalties nos municípios, diz diretor da Coppe](#)
- [MERENDA ESCOLAR: Prefeitos condenados por desvio de verbas](#)
- [Universidade alega ter sido vítima de fraude no MEC](#)
- [RS: 50% das escolas ficam abaixo da média no enem](#)
- [O burocratismo do Inep, Ideb \(Artigo\)](#)
- [“Se for bem-feita, cota é positiva”, afirma Alckmin](#)
- [Região Norte tem apenas 13 escolas de elite no ensino médio](#)
- [TRUQUES PARA O ENEM? Colégio Dínamis tem uma turma dividida em duas unidades no ranking do Enem](#)
- [Mercadante determina auditoria “completa” no MEC](#)
- [Paraná tem 1.181 presos inscritos no Enem](#)
- [Atraso em pagamento deixa bolsistas do governo sem dinheiro na Europa](#)
- [Fundação Casa tem 488 adolescentes inscritos para fazer a prova do Enem](#)
- [Conquista dos autistas marca audiência pública da CDH](#)
- [CRE aprova acordo sobre educação no Mercosul](#)
- [Requião defende ‘royalties’ para educação e pede mudanças no modelo econômico](#)
- [Mercadante: governo quer 100% dos ‘royalties’ do petróleo na educação](#)
- [Câmara e Senado promulgam emenda que cria Sistema Nacional de Cultura](#)
- [Especialistas querem estimular a formação integral no ensino médio](#)

32.Dez anos da política de cotas

Emir Sader

Há não muito tempo, um estranho conglomerado de jornalistas, artistas, antropólogos, esquerdistas arrependidos, entre outros, se lançou ao ataque contra a política de cotas, contra as ações afirmativas. Afirmações como as de que estaríamos “introduzindo” (sic) o racismo no Brasil (brilhante afirmação de Ali Kamel, em livro propagandeado por milhares de posters), como se a

escravidão não fosse um dos pilares da história brasileira, a de que constitucionalmente “somos iguais diante da lei”, entre outras expressões da ignorância, da má fé, dos preconceitos, juntaram a antropólogos da USP, a gente como Caetano (que nem parece que nasceu na Bahia, antes de tornar-se um cronista conservador do Globo), a editoriais indignados, em campanha frenética em torno do igualitarismo.

Não foi o suficiente para brevar esse avanço democrático no Brasil – o país mais desigual do continente mais desigual do mundo. O Judiciário aprovou por unanimidade a política, o Congresso fez o mesmo, diante da impotência dos conservadores. A própria realidade desmentiu as falsas concepções dos conservadores, mostrando como os cotistas tem excelente desempenho, superior à média, a entrada deles não rebaixou o nível das universidades, ao democratizar o acesso às faculdades pelas cotas.

Estranhamente, durante a recente greve dos professores universitários, reitores de universidades federais, em manifesto, expressaram a opinião de que seriam eles e não os parlamentares – em nome de todo o país – quem deveria decidir critérios de ingresso nas universidades. (E, em meio a centenas de assembleias da greve, não houve uma única manifestação de desacordo por parte dos grevistas.) São resquícios, junto a editoriais ranzinzas, da resistência à política de cotas.

Como se o Brasil não tivesse uma dívida histórica, gigantesca, com os milhões de pessoas, a primeira geração de trabalhadores da história brasileira, que durante séculos construiu a riqueza do país, exportada para o consumo das elites europeias. Cometeu-se o maior crime de lesa humanidade, tirando do seu mundo a milhões de pessoas, trazendo-as como gado para as Américas, onde eram consideradas raça inferior, para produzir riquezas para os que cometiam esses horrendos crimes.

A política de cotas, iniciada no Brasil na UERJ, durante a reitoria de Nilceia Freire, cumpre dez anos, com enorme caudal de experiências a aprender, para liquidar de vez os preconceitos e repara, minimamente, as injustiças secularmente cometidas.

Me lembrarei sempre, na reunião com o primeiro grupo de alunos cotistas, quando uma senhora negra disse que ela vivia na favela do Esqueleto, que foi destruída para dar lugar aos prédios da Uerj. Ela passava sempre por ali e lhe doía que sua casa tivesse sido destruída para dar lugar a uma instituição que lhe negava o acesso. Até que finalmente ela pode voltar ao espaço que havia habitado, agora, orgulhosa, como estudante de Serviço Social graças à política de cotas. Quantas histórias como essas estão aí para serem contadas, mas que a mídia privada esconde, porque não tolera a democratização por que o Brasil passa.

33. O Brasil e a 'nação diaspórica' - DEMÉTRIO MAGNOLI

O

GLOBO

-

07/11

A gloriosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece cotas raciais na representação parlamentar do povo. Ignorando tanto a Constituição quanto a Justiça, a CCJ aprova qualquer coisa que emane de um grupo de interesse organizado, o que é um sintoma clamoroso da desmoralização do Congresso. Nesse caso, viola-se diretamente o princípio fundamental da liberdade de voto. Por isso, a PEC de autoria dos petistas João Paulo Cunha (SP) e Luiz Alberto (BA) provavelmente dormirá o longo sono dos disparates nos escaninhos da Câmara. Mas ela cumpre uma função útil: evidencia o verdadeiro programa do racismo, rasgando a fantasia com que se adorna no debate público.

O argumento ilusionista para a introdução de cotas raciais no ingresso às universidades residia na suposta desvantagem escolar prévia dos “negros” — algo que, de fato, é uma desvantagem prévia dos pobres de todas as cores de pele. A fantasia da compensação social começou a esgarçar-se com a extensão das cotas raciais para cursos de pós-graduação, cujas vagas são disputadas por detentores de diplomas universitários. A PEC aprovada na CCJ comprova que as políticas de raça não são motivadas por um desejo de corrigir distorções derivadas da renda. O racismo exibe-se, agora, como ele realmente é: um programa de divisão dos brasileiros segundo o critério envenenado da raça.

De acordo com a PEC, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas estaduais, será reservada uma parcela de cadeiras para parlamentares “negros” equivalente a dois terços do percentual de pessoas que se declaram pretas ou pardas no mais recente censo demográfico. As bancadas “negras” não serão inferiores a um quinto ou superiores à metade do total de cadeiras. Os deputados proponentes operam como despachantes de ONGs racialistas e expressam, na PEC, a convicção política que as anima: o Brasil não é uma nação, mas um espaço geopolítico no qual, sob a hegemonia dos “brancos”, pulsa uma “nação africana” diaspórica. A presença parlamentar de bancadas “negras” representaria o reconhecimento tácito tanto da inexistência de uma nação brasileira quanto da existência dessa nação na diáspora.

Os eleitores, reza a PEC, darão dois votos: o primeiro, para um candidato de uma lista geral; o segundo, para um candidato de uma lista de “negros”. A proposta desvia-se, nesse ponto, de uma férrea lógica racialista. Segundo tal lógica, os eleitores deveriam ser, eles também, bipartidos pela fronteira da raça: os “negros” votariam apenas na lista de candidatos “negros” e os demais, apenas na lista geral. A hipótese coerente não violaria o princípio da liberdade de voto, pois estaria ancorada num contrato constitucional de reconhecimento da nação diaspórica. Como inexiste esse contrato, os racialistas optaram por um atalho esdrúxulo, que escarnece da liberdade de voto com a finalidade de, disfarçadamente, inscrever a nação diaspórica no ordenamento político e jurídico do país.

Nações não são montanhas, rios ou vales: não existem como componentes do mundo natural. Na expressão certa de Benedict Anderson, nações são “comunidades imaginadas”: elas podem ser fabricadas na esfera da política, por meio das ferramentas do nacionalismo. A PEC não caiu do céu. A “nação africana” na diáspora surgiu no nacionalismo negro do início do século XX com o americano W. E. B. Du Bois e o jamaicano Marcus Garvey. No Brasil, aportou cerca de três décadas atrás, pela nau do Movimento Negro Unificado, entre cujos fundadores estava Luiz Alberto. No início, a versão brasileira do nacionalismo negro tingia-se com as cores do anticapitalismo. Depois, a partir da preparação da Conferência de Durban, da ONU, em 2001, adaptou-se à ordem vigente, aninhando-se no colo bilionário da Fundação Ford. “Afro-americanos”, nos EUA, e “afrodescendentes”, no Brasil, são produtos identitários paralelos dessa vertente narrativa.

O acento americano do discurso racista brasileiro é tão óbvio quanto problemático. Nos EUA, o projeto político de uma identidade negra separada tem alicerces sólidos, fincados nas leis de segregação que, depois da Guerra de Secessão, traçaram uma linha oficial entre “brancos” e “negros”, suprimindo no nascedouro a possibilidade de construção de identidades intermediárias. No Brasil, em contraste, esse projeto choca-se com a noção de mestiçagem, que funciona como poderoso obstáculo no caminho da fabricação política de raças. A solução dos porta-bandeiras do nacionalismo negro é impor, de cima para baixo, a divisão dos brasileiros em “brancos” e “negros”. As leis de cotas raciais servem para isso, exclusivamente.

As diferenças históricas entre EUA e Brasil têm implicação direta na gramática do discurso político. Lá, o nacionalismo negro é uma proposição clara, que provoca um debate público informado — e, quando Barack Obama se define como mestiço, emerge uma resposta desconcertante no cenário conhecido da polaridade racial. Aqui, os arautos do nacionalismo negro operam por meio de subterfúgios, escondendo-se atrás do pretexto fácil da desigualdade social — e encontram políticos oportunistas, juízes populistas e intelectuais preguiçosos o suficiente para conceder-lhes o privilégio da prestidigitação.

“Tirem a máscara!” — eis a exigência que deve ser dirigida aos nossos racistas, na hora em que apresentam a PEC do Parlamento Racial. Saiam à luz do dia e conclamem o Brasil a escrever uma nova Constituição, redefinindo-se como um Estado binacional. Digam aos brasileiros que vocês não querem direitos iguais e oportunidades para todos numa república democrática, mas almejam apenas a condição de líderes políticos de um movimento racial. Vocês não têm vergonha de ocultar seu programa retrógrado à sombra da persistente ruína de nossas escolas públicas?

Postado por [MURILO](#) às [06:42](#) 

Organização:

Ligia Averbuck / Maria Assunta Campilongo
Lorena Holzmann / Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda
José Vicente Tavares dos Santos / Aron Taitelbaum

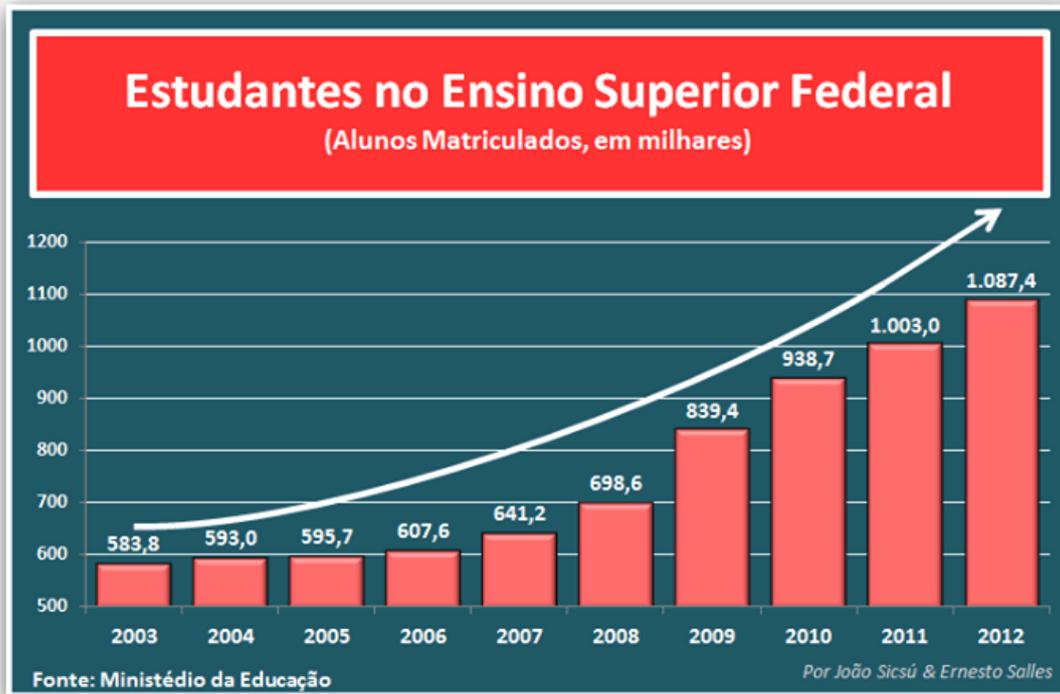
UNIVERSIDADE e REPRESSÃO

Os expurgos na UFRGS

L&PM EDITORES

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INDICADORES

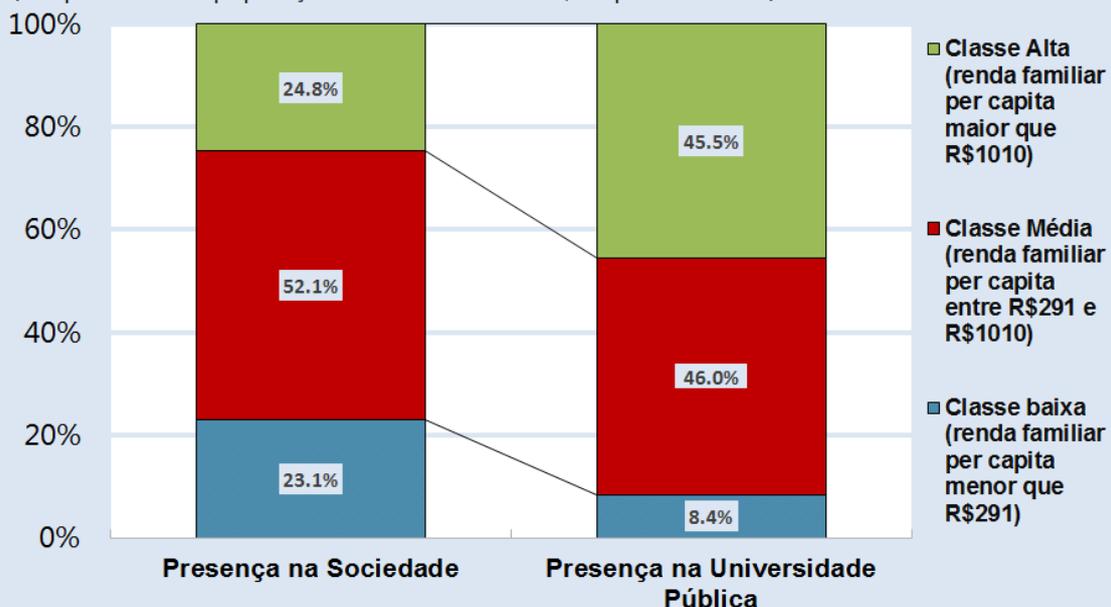


Brasil: Presença em universidades públicas, 2013



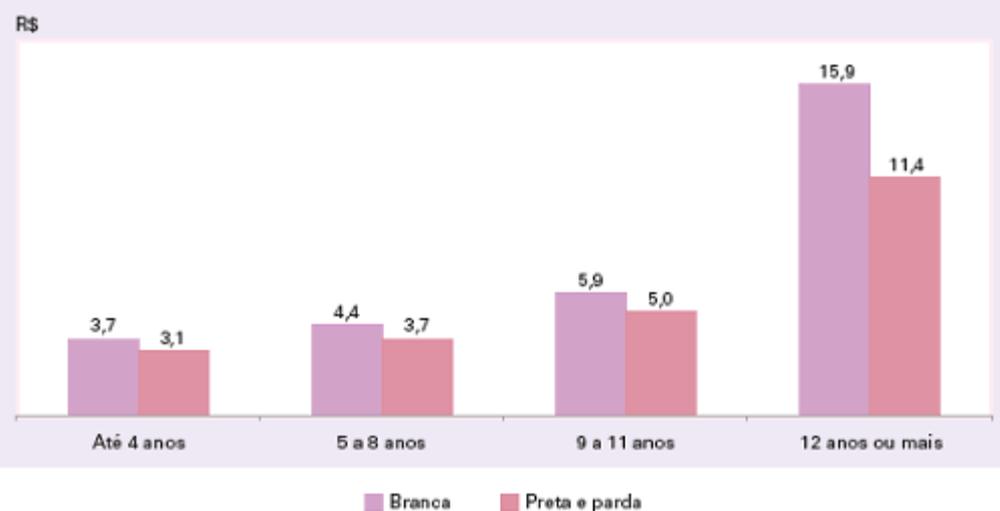
(em por cento da população total e universitária, respectivamente)

www.mercadopopular.org



Fonte: Construído a partir de microdados da IBGE/PNAD (<http://goo.gl/pbMTbt>) e faixas de renda da SAE. Definições de classe da SAE com base em **renda familiar per capita** (<http://goo.gl/VxhKTu>).

Gráfico 8.5 - Rendimento-hora do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em reais, por cor ou raça, segundo os grupos de anos de estudo - Brasil - 2007



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.